

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Ana Cristina Bianchi

**AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E REGIONAIS NO
ÂMBITO DO PLANEJAMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA
QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL**

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2007

Ana Cristina Bianchi

**AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E REGIONAIS NO
ÂMBITO DO PLANEJAMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA
QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mário Riedl

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2007

Ana Cristina Bianchi

**AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E REGIONAIS NO
ÂMBITO DO PLANEJAMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA
QUARTA COLÔNIA, RS, BRASIL**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Mario Riedl

Professor Orientador

Dr. Inácio Helfer

Dr. Leandro Lemos

RESUMO

O turismo é essencial à realização dos ambiciosos objetivos do Brasil, os quais sejam, a promoção do cidadão brasileiro, o desenvolvimento e a geração de empregos, o desenvolvimento regional, a gestão do patrimônio cultural e natural, bem como o reforço da identidade nacional. A atividade turística é um fenômeno coletivo e individual em diferentes etapas e perspectivas. O objetivo desta pesquisa é ampliar o debate sobre várias questões pertinentes aos processos de desenvolvimento da atividade na Quarta Colônia, situada na região central do estado do Rio Grande do Sul, região que merece uma atenção particular pela atuação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável. Analisa as ações que visam ao desenvolvimento regional orientadas para valorizar o capital natural, físico, humano e social, determinantes do desenvolvimento e não concebidas somente como possibilidade de crescimento econômico. Relata a trajetória das ações em prol da atividade turística, participação e integração das pessoas e instituições. O Plano Nacional de Turismo busca melhores horizontes para o desenvolvimento harmônico e integrado com vistas a uma melhor qualidade de vida para todos. Pretende-se ainda, discutir metodologias e conceitos presentes nas teorias do Turismo a partir das entrevistas realizadas com os atores-chave.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento regional. Quarta Colônia

ABSTRACT

TOURIST ACTIVITY IN QUARTA COLONIA (RS): A PERSPECTIVE FOR THE INTEGRATED DEVELOPMENT IN SMALL COUNTIES

Tourism is essential to Brazil's ambitious goals achievement, which are the promotion of Brazilian citizens, development and employment generation, regional development, management of the cultural and environmental heritages, as well as the reinforcement of the national identity. The tourist activity is a collective and individual phenomenon in different stages and perspectives. The objective of this research is to broaden the debate towards issues related to development processes of tourist activities in the Quarta Colonia region, situated in the central area of Rio Grande do Sul State, a region that deserves a particular attention due to the performance of the Sustainable Development Consortium. It analyses the actions which aim at the regional development oriented to enhance the environmental preservation, as well as the physical, human and social capital oriented to the development process and not only as a possibility of economic growth. It describes the actions on behalf of the tourist activity and the participation of citizens and institutions. The National Tourism Plan which aims to improve people's future, contributes to the improvement of the population's quality of life. The study intends also to discuss methodologies and concepts present in the theories of tourism from the perspective of interviews with key actors.

Key-words: Tourism. Regional Development. Quarta Colonia

LISTA DE FIGURAS

01 - Reconhecimento das ações	18
02 - Instâncias de Governança Regionais	60
03 - Ações inter-relacionadas e atividades turísticas	62
04 - Uma estrutura conceitual para o desenvolvimento	64
05 - Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul	65

LISTA DE TABELAS

1 – Características físicas e turísticas dos municípios da Quarta Colônia	079
2 – Características físicas e turísticas dos municípios da Quarta Colônia	081
3 – Características físicas e turísticas dos municípios da Quarta Colônia	083
4 – Efetivo dos rebanhos do município de Agudo	113
5 – Produtos da lavoura permanente do município de Agudo – RS	114
6 – Produtos da lavoura temporária do município de Agudo – RS	115
7 – Oferta de serviços e estrutura de atendimento ao turista do município de Agudo	116
8 – Efetivos dos rebanhos do município de Dona Francisca (2003)	120
9 – Produtos da lavoura permanente do município de Dona Francisca	120
10 – Produtos da lavoura temporária do município de Dona Francisca	121
11 – Efetivos dos rebanhos do município de Faxinal do Soturno (2003)	125
12 – Produtos da lavoura permanente do município de Faxinal do Soturno	125
13 – Produtos da lavoura temporária do município de Faxinal do Soturno	126
14 - Efetivos dos rebanhos do município de Ivorá (2003)	128
15– Produtos da lavoura permanente do município de Ivorá – RS	129
16– Produtos da lavoura temporária do município de Ivorá – RS	129
17 – Efetivos dos rebanhos do município de Nova Palma (2003)	133
18 – Produtos da lavoura permanente do município de Nova Palma – RS	133
19 – Produtos da lavoura temporária do município de Nova Palma – RS	134
20 – Efetivos dos rebanhos do município de Pinhal Grande (2003)	137
21 – Produtos da lavoura permanente do município de Pinhal Grande	137
22 – Produtos da lavoura temporária do município de Pinhal Grande	138
23 – Efetivos dos rebanhos do município de Restinga Seca (2003)	139

24 – Produtos da lavoura permanente do município de Restinga Seca	141
25 – Produtos da lavoura temporária do município de Restinga Seca	141
26 – Efetivos dos rebanhos do município de São João do Polêsine (2003)	143
27 – Produtos da lavoura permanente do município de São João do Polêsine ..	144
28 – Produtos da lavoura temporária do município de São João do Polêsine	144
29 – Efetivos dos rebanhos do município de Silveira Martins (2003)	147
30 – Produtos da lavoura permanente do município de Silveira Martins.....	147
31 – Produtos da lavoura temporária do município de Silveira Martins	147

LISTA DE MAPAS

01 Localização da Quarta Colônia – Rio Grande do Sul	28
02 Mapas Político da Quarta Colônia – Rio Grande do Sul	29

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI	Associação Comercial e Industrial
COREDE Central	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central – RS
CONDESUS	Consórcio de desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMATER	Empresa Sul Rio Grandense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAMURS	Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FUNDESUS	Fundo Rotativo de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
METROPLAN	Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
OCERGS	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do RS
PED	Projeto de Execução Descentralizada
PNMA	Programa Nacional da Mata Atlântica
PRODESUS	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto
UNIFRA	Universidade Franciscana Santa Maria – RS
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	013
1 FUNDAMENTOS E REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE TURISMO	030
1.1 História do Turismo no Brasil	030
1.2 Turismo na Constituição Federal de 1988	037
1.3 Turismo no Rio Grande do Sul	042
1.4 Turismo e Atualidade	047
1.4.1 O atual Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010	049
1.4.2 O Ministério do Turismo do Brasil em 2007.....	050
1.4.3 Embasamento teórico	051
1.5 Ações específicas na área do Turismo no Rio Grande do Sul – Fórum Regional de Turismo	054
1.6 O Papel do Fórum Estadual do Rio Grande do Sul na Gestão Descentralizada do Plano Nacional de Turismo	055
1.7 Estratégias de Gestão do Programa de Regionalização do Turismo	059
2 PLANEJAMENTO TURÍSTICO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	067
2.1 Planejamento e Gestão: Uma Questão Emergente	067
2.2 A dinâmica da metodologia para o desenvolvimento do turismo na Quarta Colônia	073
2.3 Os principais tipos de Turismo na região da Quarta Colônia – RS	075
2.4 O papel do Turismo no desenvolvimento da Quarta Colônia	085
2.5 A atividade turística e o desenvolvimento regional	092
3 PREDISPOSIÇÃO ECONÔMICA E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA	111
3.1 A influência da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul	111
3.2 Análise do município de Agudo	112
3.3 Análise do município de Dona Francisca	118
3.4 Análise do município de Faxinal do Soturno	123

3.5 Análise do município de Ivorá	127
3.6 Análise do município de Nova Palma	131
3.7 Análise do município de Pinhal Grande	135
3.8 Análise do município de Restinga Seca	139
3.9 Análise do município de São João do Polêsine	142
3.10 Análise do município de Silveira Martins	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	152
ANEXO: Roteiro de entrevistas	161

INTRODUÇÃO

O presente trabalho representa a etapa final obrigatória à conclusão do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Tema de pesquisa

O turismo planejado constitui-se em uma importante opção para o desenvolvimento sustentável de uma região. As atividades turísticas organizadas em consonância com o respeito ao meio ambiente natural e cultural geram empregos e receitas e, conseqüentemente melhoram a qualidade de vida da comunidade. (RUSCHMANN, p. 3 2004).

No Rio Grande do Sul, Brasil, as colônias italianas e alemãs da Serra Gaúcha, destacam-se pelo elevado grau de especialização da atividade turística. Desenvolvendo amplo programa de incentivo aos roteiros de turismo rural e patrimônio da imigração italiana, coordenando ações comuns entre vários municípios, visando ao desenvolvimento econômico e social. Esse sucesso deve-se em grande parte ao processo de planejamento da referida atividade, evidenciando a sua importância seguida de um estudo prévio e da inserção da comunidade em todas as etapas de desenvolvimento do turismo, tanto o urbano como o rural.

O planejamento dos empreendimentos de turismo, segundo Campanhola & da Silva e Roberto Boullón afirmam que deve respeitar certos passos. O primeiro, seria um zoneamento econômico e ecológico do espaço seguido de uma descrição dos principais produtos turísticos e análise de sua demanda atual e potencial, do ordenamento territorial das atividades produtivas, do cadastramento dos atores envolvidos. Após esta análise, segundo os autores, será possível avaliar a viabilidade de implantar-se um empreendimento turístico no local, com posterior delimitação de um plano de desenvolvimento integrado às demais atividades do município, contando com a participação da comunidade, devidamente organizada,

em todas as etapas de implantação e evolução do projeto turístico.

Na região da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, encontra-se a Quarta Colônia, ex-Quarta Colônia de Imigração Italiana, que conta com um alto potencial turístico e poderá ser uma região promissora para o turismo gaúcho¹. Sua área compreende os municípios de São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Silveira Martins, Nova Palma, Ivorá, Pinhal Grande, Dona Francisca, Agudo e Restinga Seca sendo estes três últimos com a maioria de colonização alemã e que antecedem a vinda dos primeiros imigrantes italianos à região. Com uma população de aproximadamente 63.135 mil habitantes, conforme dados do IBGE (2000), tendo a agropecuária como principal fonte econômica.

Em uma primeira análise comparativa a respeito do desenvolvimento das colônias de imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul, colônias de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Silveira Martins (Quarta Colônia), deve-se ao fato de que as três primeiras localizam-se perto de rios navegáveis, próximas de centros consumidores e de pequenas indústrias nascentes, como ferreiros, marceneiros, fundidores e principalmente comerciantes dos excedentes da agricultura de subsistência.

A partir destas diferenças entre as colônias de imigração italiana chegou-se ao tema em estudo que é a análise da Atividade Turística na Quarta Colônia (RS), Brasil: como uma perspectiva para o desenvolvimento integrado em pequenos municípios.

A Quarta Colônia de Imigração Italiana é historicamente conhecida como “a prima pobre” entre as colônias italianas ou a “emigração esquecida” (SANTIN, 1986). Ela foi criada em 1877 na região centro-oeste do Estado, entre os municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul, a fim de receber as primeiras 70 famílias de imigrantes vindos do norte da Itália para o núcleo colonial de Silveira Martins. Com a

¹Na realização, em agosto de 2004 em Porto Alegre, o Salão Gaúcho do Turismo, promovido pela Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e lazer e pelo SEBRAE/RS, com apoio do Ministério do Turismo, houve a participação de 22 regiões turísticas do Estado, dentre elas a Quarta Colônia. Conforme representantes do evento, foi constatado que a região possui potencialidades para tornar-se um grande pólo promissor de Turismo para o Estado do Rio Grande do Sul.

vinda de outras famílias, foram sendo demarcados os lotes e novos núcleos criados, sendo alguns locais já habitados por colonizadores alemães e poloneses.

Novos povoados foram se formando como: Vale Vêneto (1878), Arroio Grande (1879), São Marcos (1879), Ribeirão (1880), Val Veronês (1880-1885), Soturno (Nova Palma – 1883), Núcleo Norte (Ivorá – 1883), Geringonça (Novo Treviso – 1884) e outros menores. Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine seriam fundados mais tarde (ISAIA, 1990).

Em 1884, o Cônsul Italiano Pascoale Corte descrevia assim a Quarta Colônia de Imigração Italiana:

[...] a colônia emancipada está dividida em doze linhas com uma população de 5.008 habitantes, dos quais 4.300 são italianos, os austríacos são do Tirol Italiano, e os brasileiros também são de origem italiana. Todos os 991 lotes estão ocupados e contêm seiscentas casas de material e 160 casas de pedra e tijolos, as da sede são quase todas de material. (COSTA E BATTISTEL, 1982)

Das áreas não desmatadas o pesquisador comenta: “[...] Taes Valles, estufas em escala grande para matas virgens, são o Val Veneta e Val de Serra em Silveira Martins e Paraíso em Santo Ângelo, que podem ser contados entre sítios florestais mais pitorescos e mais maravilhosos do Brasil inteiro” (LINDMANN E FERRI, 1974).

Lindman comenta o contraste entre áreas com culturas e as cobertas pela mata:

[...] Se nos próprios distritos coloniais entramos n’uma nesga de matta virgem que ficou entre roça de milho, batatas, caapuêra queimada e suja de carvão, a transição para a matta é tão brusca como quando se entra pela porta n’uma casa. A limitação da mata para o terreno livre é uma verdadeira matta de folhas unidas que descem até o chão e, por detrás delas, reina uma sombra eterna. (LINDMANN E FERRI, 1974).

De 1857 ao início do século XX, as encostas da serra da Quarta Colônia de Imigração Italiana e de Santo Ângelo foram áreas para o cultivo de trigo, feijão, milho, batata, cana-de-açúcar, fumo, videira, entre outros. As áreas eram cultivadas por um período de 2 anos seguidos, depois abandonadas para sua “recuperação natural” por um período de seis a oito anos. Lavradores da região já usavam esse sistema. De acordo com Farinatti:

[...] De fato a derrubada e queimada de um trecho da floresta, sua utilização por alguns anos e seu posterior abandono, para que ali se

recompusesse naturalmente a vegetação, foi a técnica preponderante em todo o Brasil colonial e imperial, com variações em relação a tipos diferentes de relevo, solos ou culturas. De origem indígena, esse sistema não cessou de ser criticado tanto por autoridades e viajantes contemporâneos quanto por intelectuais do séc. XX, que viam nele um símbolo de atraso dos plantadores brasileiros. (FARINATTI, 1999)

A mata primitiva era cortada, transformada em áreas de cultivo. A madeira retirada era vendida ou utilizada na propriedade, grande parte era queimada.

Nas áreas de Várzea do Rio Jacuí, adquiridas pelos alemães e italianos, utilizava-se a cultura de arroz irrigado.

Após a 2ª grande Guerra, com o acesso à mecanização e às novas tecnologias difundidas pela “Revolução Verde” é que essa realidade mudou.

As florestas precisavam ser preservadas, ou seja, o que ainda restava delas. O Código Florestal Brasileiro foi aprovado em 1965, restringiu e normatizou a ação do agricultor. Áreas coloniais desgastadas pelo uso intenso de práticas tradicionais de cultivo, pioneiras na produção de grãos, frutas, verduras e produtos alimentares, da região e do estado passaram a ser vigiadas e multadas pela fiscalização ambiental. Muitas famílias migraram para as cidades, em busca de novas fronteiras agrícolas dentro e fora do Estado.

A perda da biodiversidade regional, estadual e nacional foi uma consequência lógica de um processo ocupacional impulsionado por um Estado omissivo, ineficiente, em relação às políticas preservacionistas quanto à promoção do desenvolvimento.

Os municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana começaram a emancipar-se no final da década de 50. Faxinal do Soturno em 1959, Nova Palma em 1960, Dona Francisca em 1964, Silveira Martins e Ivorá em 1988, São João do Polêsine e Pinhal Grande em 1993. Todos queriam melhor qualidade de vida, direitos básicos como educação, saúde, geração de empregos, melhores vias de acesso.

Com a emancipação de Silveira Martins em 1988, criou-se um conjunto de ações, animação sociocultural que foram articuladas, em todos os níveis,

formalizando o Projeto Identidade, assumido pela prefeitura de Silveira Martins, e, também pela Secretária de Cultura – Turismo e Desporto.

Para mediar as relações dos grupos e moradores foi criado O Fórum de Cultura, atividade de reflexão proposta pelo Núcleo de Cultura da prefeitura.

As regiões envolveram-se e formaram a Quarta Colônia, sendo necessário incluir Ivorá (antigo Núcleo Norte), Faxinal do Soturno (neste momento São João do Polêsine e Vale Vêneto eram distritos de Faxinal do Soturno), Nova Palma, Dona Francisca.

Dentre as ações catalisadoras desenvolvidas pelo Projeto Identidade (grupos comunitários de Animação e Resgate da História Oral, Filós Culturais, palestras, debates, Inventário do Patrimônio Histórico, etc.). O 1º Fórum de Cultura da Quarta Colônia reuniu a comunidade para discutir criticamente sua própria história, tendo a participação de outros municípios como Restinga Seca, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul, São Pedro do Sul, São Vicente, Santa Maria, Mata, Jaguarí.

O município de Silveira Martins, berço da imigração italiana na Região Central, passou a ser o palco da cultura endógena e nele foram debatidos temas como: “A Quarta Colônia no Contexto da Imigração Italiana no Estado”.

Já o 2º Fórum de Cultura da Quarta Colônia desenvolveu temas sobre: Educação, socialização primária e secundária. Em decorrência destes Fóruns foram desenvolvidos projetos como: Projeto Piloto de Museologia Popular – Projeto Regional de Educação Patrimonial, integrando sete secretarias municipais. Temas abordados: “A casa, espaços e mobiliários”, “Documentos familiares”, “Instrumentos de Trabalho e Técnicas de Uso”, Cultivos e alimentação”, “Flora Nativa da Quarta Colônia”, “Fauna Nativa da Quarta Colônia”, Água I ,II.

Silveira Martins integrou o processo de organização e promoção, com o apoio da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), realizou o II Curso de manejo Sustentável na Mata Atlântica, seminário que reuniu diversos órgãos governamentais dos Estados. Durante o 3º Fórum, Silveira Martins foi convidada a

ser uma das áreas Piloto da Reserva da Biosfera no Estado, deveria ser ampliada e integrada a outros municípios membros da Quarta Colônia.

Em 1994 no 3^o Fórum de Cultura, foi aprovado que a Quarta Colônia fosse Área Piloto e Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul.

Em 1995, o Governo do Estado por meio da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, coordenado pela FEPAM, e o Ministério do Meio Ambiente, elaboraram o Projeto de Execução Descentralizada PED, integrante do programa nacional do Ministério do Meio Ambiente/PNMA. A Quarta Colônia foi indicada para desenvolvê-lo. Foi criado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – PRODESUS embasado nos seguintes princípios: Gerenciamento Integrado dos Recursos Naturais, Desenvolvimento de uma Agricultura Ecológica Sustentável, Ações integradas de Turismo Ecológico, Rural e Cultural e Educação Ambiental.

Reconhecimento das Ações	
Criação da Área Piloto - 1995 <input type="checkbox"/>	Participação no PRODESUS/Quarta Colônia
Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente – PNMA	
Programa de Execução Descentralizada – PED/RS	
PRODESUS <input type="checkbox"/>	Ações compartilhadas
CONDESUS/ Quarta Colônia	Ações complementares

Figura 01 - Reconhecimento das ações

Fonte: Esquema elaborado pela autora, 2006.

Com a elaboração deste projeto integraram-se à ex-Quarta Colônia de Imigração Italiana os municípios de Agudo e Restinga Seca, devido as suas características geográficas e, portanto inseridas na Mata Atlântica, sendo oficializada a logomarca “Quarta Colônia”.

No que tange ao desenvolvimento econômico, a Quarta Colônia diferencia-se das demais colônias italianas principalmente porque não houve desenvolvimento industrial. Sempre predominou a agricultura familiar e o comércio de alguns excedentes. No passado, a região foi um pólo de educação e cultura religiosa, além disso, encontram-se muitas riquezas naturais, as quais devem ser preservadas, valorizadas. Em cada região a história mantém-se viva e presente, bem como a

cultura dos descendentes italianos.

Atualmente, conforme dados do IBGE 2007, na Quarta Colônia, em uma área de 2.500 km², vivem vários representantes dos principais contingentes étnicos do Brasil. Entre eles alemães, portugueses, africanos, índios, mas com uma forte predominância de italianos, dos quais 74,4% da população residem no meio rural, onde demonstraram prosperidade na área econômica oportunizada pelo trabalho árduo nas férteis terras adquiridas.

Em se tratando de economia, é essencialmente agropecuária. Aproximadamente 70 mil hectares são ocupados por plantações de milho, feijão, fumo, batata, soja e arroz, predominando unidades familiares de produção na média de 20 ha, sendo a topografia bastante acidentada na maior parte da área.

As referências de base trazidas pelos primeiros imigrantes italianos fazem parte do cotidiano das localidades que compõem a Quarta Colônia. São as festas religiosas: “A participação civil do Imigrante Italiano no Rio Grande do Sul tinha uma conotação comunitário-religiosa e como ponto de referência, a italianidade nas suas expressões históricas, folclóricas, artísticas e culturais” (BRAMBATTI, 2002, p.145).

Cechin (2002, p.2) também concorda ao afirmar que: “Os imigrantes italianos, em maioria, depois de assentados nesta terra estranha, agiram rapidamente. Conseguiram suplantar, com muita perseverança no trabalho e apoiados na religião, todo tipo de obstáculos” – oportuno é acrescentar as pestes, como tifo, que dizimaram milhares.

Destaca-se também a música, cantos, sobrados construídos em pedra e tijolos, erguidos no final do século passado e início deste, a gastronomia, o artesanato e os dialetos trazidos da região Vêneto, norte da Itália são referências culturais que balizam esse processo de 120 anos de colonização italiana da região central do Estado.

Em relação à natureza, a mata assegurou a sobrevivência dos imigrantes que ali se instalaram. No início do século, as árvores eram cortadas para várias

finalidades: servir de lenha tanto para cozinhar como para alimentar grandes fornos da estufa de secagem do fumo; dar lugar a plantações – o “fumo de galpão”, por exemplo. Somente depois do primeiro plantio de tabaco, a terra era aproveitada para outras culturas, como milho, feijão, trigo e batata inglesa; as madeiras mais nobres, como a grápia (*Apuleia leiocarpa*), o angico (*Parapiptadenia rigida*) e a cabriúva (*Myrocarpus frondosus*) eram usadas para fazer dormentes da viação férrea.

Até os anos 50 e 60, essa região de minifúndios mantinha uma exploração intensiva baseada em sistemas de produção tradicionais. Utilizando a boa fertilidade natural do solo, as sucessivas roçadas e queimadas foram exaurindo a sua capacidade produtiva, enquanto as florestas foram se empobrecendo de modo acelerado. A partir daí, com o advento da “modernização da agricultura” fomentada pela política oficial do governo, que abrangia pesquisa, ensino, assistência técnica e crédito rural houve uma mudança radical na base técnica da agricultura. Dentre elas, o uso massivo de insumos modernos, adubos policompostos de hidrocarbonetos, agrotóxicos, sementes melhoradas e a mecanização agrícola.

Dessa forma, avançou o processo de degradação ambiental. As águas foram contaminadas, a erosão acelerada, o solo empobrecido, os rios e arroios assoreados e a mata ciliar e das encostas, devastadas. Paralelo a isso, aumentou o êxodo rural até porque o lote dado começou a ficar pequeno para as numerosas famílias, as monoculturas começaram a proliferar diminuindo a mão-de-obra e a população rural envelheceu. Nos últimos anos, com a crise na agricultura, formaram faixas contínuas de vegetação nas encostas da serra em diferentes estágios de crescimento. Esses ambientes quase sempre estão situados entre vales de mata fechada cortados por córregos e arroios com dezenas de cascatas. Essas, na sua maioria, encontram-se em zonas de difícil acesso e em propriedades de colonos empobrecidos, os quais não podem desmatar para sequer exercer atividades agrícolas de subsistência. Uma das alternativas para melhorar a economia dos municípios, foi a emancipação política iniciada na década de 80.

A cultura de base tão combatida, principalmente na época da Segunda Guerra Mundial, quando os italianos e alemães do Rio Grande do Sul foram extremamente perseguidos, começa a ser entendida como um universo de

referências fundamentais para o processo de desenvolvimento local e regional.

Nesse sentido, a região vem trabalhando na qualificação de sua infraestrutura rural e urbana. Em 1989, o Rio Grande do Sul passou a integrar o Consórcio Mata Atlântica, através da FEPAM, que está desenvolvendo desde 1990 o Programa Mata Atlântica. Motivo pelo qual a Quarta Colônia começa a desenvolver ações compartilhadas e complementares com vistas também ao fomento da atividade turística.

Sendo que o Ministério de Integração Nacional com o intuito de fortalecer o pacto federativo promove ações de desenvolvimento regional com o objetivo de diminuir as disparidades regionais e promover a integração nacional. Dentre elas, neste trabalho em particular, destaca-se o CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) como instância responsável para o estabelecimento e articulação de ações e políticas de desenvolvimento local e regional.

Neste contexto, propõem-se analisar as possibilidades de um turismo integrado² na Quarta Colônia apresentando um planejamento estratégico emergente da política pública na área.

A promoção de um arranjo turístico é uma alternativa para a diversificação da economia da Quarta Colônia evitando a dependência da agropecuária, que a torna bastante vulnerável para o processo de desenvolvimento local e regional.

Os municípios formadores da Quarta Colônia trabalham muitos aspectos de forma conjunta, adotando como sistemática reuniões mensais onde cada um dos responsáveis pela pasta de turismo, juntamente com o CONDESUS, encontram-se para planejar, discutir o andamento das ações desenvolvidas.

² Entende-se por turismo integrado acordos de cooperação comuns nas diversas atividades turísticas, formações de associações entre municípios, com o objetivo de estimular o crescimento do turismo. Os municípios deverão estabelecer os mesmos objetivos com respeito à integração, difusão e promoção dos seus produtos turísticos potenciais, desenvolvendo sempre um trabalho em conjunto.

O CONDESUS é um consórcio, uma entidade jurídica, que tem o papel de articular as relações entre os municípios em função do desenvolvimento local e regional, onde o turismo é um dos setores envolvidos.

O turismo integrado e a idéia de formação de arranjos regionais estão intimamente ligados, pois através de um planejamento estratégico podem ser estabelecidas normas e diretrizes para relacionamento destes setores junto com o seu entorno. Assim, a exploração dos recursos ambientais naturais, a preservação dos recursos histórico-culturais, a preocupação com o reaproveitamento e o novo significado dos recursos temáticos artificiais em conjunto com a administração, consigam os objetivos a serem atingidos em longo prazo na execução de programas e roteiros turísticos integrados.

As relações de cooperação devem ser cultivadas por todos e estimuladas pelas instituições que dão sustentação ao setor, como as associações de produtores, sindicatos de empregados, prefeituras, partidos políticos, universidades, empresas e indivíduos sob forma de Parcerias Público-Privadas ou não, que promovam a base necessária, a implementação de ações compartilhadas e complementares, as quais fornecem suporte ao turismo integrado e sub-atividades relacionadas.

Objetivos

O Objetivo geral da pesquisa consiste em investigar os projetos públicos municipais e regionais, com vistas ao planejamento integrado na área do turismo da Quarta Colônia como a promoção de ações, implementação da Rota Paleontológica, sinalização turística, criação de roteiros integrados, capacitação dos atores envolvidos e educação patrimonial.

- Os principais objetivos específicos são: analisar a maneira como os agentes e atores sociais percebem o desenvolvimento do turismo na região;

- Analisar a forma como os agentes sociais realizam o planejamento na área do turismo buscando o compartilhamento e complementaridade das atividades desenvolvidas;
- Avaliar a forma de como está acontecendo a complementaridade e o compartilhamento da Rota Paleontológica, como também a sinalização turística, os roteiros integrados, capacitação dos atores envolvidos e educação patrimonial, de modo a desenvolver o turismo integrado na Quarta Colônia;
- Investigar os possíveis obstáculos que podem estar impedindo a consolidação do produto turístico.

Apresenta-se como justificativa o fato de que A Quarta Colônia situada na mesorregião⁴ da Metade Sul do Rio Grande do Sul, está em processo de integração propícia ao desenvolvimento do turismo ecológico e rural, (MI, 2002, p.06). Além disso, é área piloto da reserva da Mata Atlântica, inserida na região central do Estado do RS, possuindo um grande potencial turístico com comunidades organizadas, pequenas e diversificadas produções familiares como o artesanato, produtos gastronômicos e festas típicas de comunidades italianas e alemãs.

A partir das ações de desenvolvimento integrado na Quarta Colônia, sobre as políticas públicas abrangentes do Ministério de Integração Nacional e em nível mais restrito representado pelo CONDESUS destaca-se que:

[...] é através de um processo de planejamento integral que será possível abranger os problemas regionais em sua totalidade e conseguir, dessa forma, um desenvolvimento harmônico, no qual se deve tratar de evitar, ou pelo menos minimizar, as diferenças que se apresentam entre as diferentes zonas ou regiões que constituem o território de um país. (ACERENZA, 2002, p.174).

⁴Segundo o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul do Ministério de Integração Nacional – MI(2002, p.06) há a proposta para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da sua população com base em um modelo de gestão compartilhada para o desenvolvimento, no fortalecimento da base socioeconômica local e mesorregional, com base em ações para a inclusão social, para o estímulo à participação e à organização social, e à capacitação dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, isto é, com manejo dos recursos naturais.

Relevância da pesquisa

O presente estudo visa, a princípio, contribuir com a discussão do tema turismo e desenvolvimento integrado de pequenos municípios a partir das políticas mais amplas do Ministério de Integração nacional para a Metade Sul do Rio Grande do Sul. Desenvolvimento integrado entende-se pela integração de diversos setores da economia, ou seja transportes, logística, infra-estrutura, políticas públicas, gestão, etc.. A compreensão do processo de complementação e compartilhamento das ações turísticas nesta região certamente contribuirá como fonte de informação para prefeituras e órgãos responsáveis pelo planejamento da atividade turística.

A pesquisa adquire especial relevância, pois são poucos os estudos científicos, disponíveis que permitam oferecer materiais e instrumentos, interpretativos das potencialidades na área do turismo dos municípios formadores da Quarta Colônia. Sendo que esta pesquisa vai ser importante para a sociedade obter maiores esclarecimentos referente ao tema e servir de subsídios levando às ações desenvolvimentistas.

O problema de pesquisa

A sustentabilidade de uma região ocorre através da organização das estruturas locais, abrangendo a economia, meio ambiente, políticas sociais, economia e administração pública em conjunto com a iniciativa privada, sendo a escala regional essencial a fim de que as gestões municipais consigam se articular para a formulação de políticas integradas na área de turismo, que permitam a integração, ou pelo menos, o delineamento das bases à organização de um projeto contínuo de desenvolvimento turístico para a Quarta Colônia.

Existem trabalhos com objetivo de desenvolver atividades turísticas nos diferentes municípios pertencentes à Quarta Colônia, como a Rota paleontológica, sinalização turística, educação patrimonial, roteiros integrados elaborados pelos agentes sociais, prefeitos, secretários de turismo, na promoção e formação das diversas atividades turísticas integradas. Estes fatos nos remetem a seguintes

questões – Estarão surtindo efeitos práticos tais medidas na opinião da comunidade local e na satisfação dos turistas? – E se as ações fossem integradas, os resultados não apresentariam valores sinérgicos expressivos, aumentando o número de visitação nos municípios formadores da Quarta Colônia? As iniciativas realizadas na área do turismo são instrumentos capazes de promover o desenvolvimento regional?

Estrutura da pesquisa

No capítulo I, apresentam-se fundamentos e reflexões teóricas sobre o turismo. A História do Turismo no Brasil; O turismo na Constituição Federal de 1988; Turismo no Rio Grande do Sul, Turismo e Atualidade; O atual Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010; O Ministério do Turismo do Brasil em 2007; As Ações específicas na área do Turismo no Rio Grande do Sul - Fórum Regional de Turismo; O Papel do Fórum Estadual do Rio Grande do Sul na Gestão Descentralizada do Plano Nacional de Turismo e as Estratégias de Gestão do Programa de Regionalização do Turismo.

No capítulo II, relacionou-se a atividade turística e o desenvolvimento regional analisando-se as relações entre os componentes da pesquisa, turismo na atualidade, desenvolvimento regional, sua interdependência, sendo que a pesquisa deve ser vista e tratada como um processo contínuo de aproximações sucessivas, condicionadas e condicionantes entre si. Neste contexto, demonstra-se que para a promoção do desenvolvimento regional exige-se dos agentes diretamente envolvidos no processo e da sociedade como um todo, ações comprometidas com a humanização, solidariedade, inclusão, cooperação e lucro entre outros valores e benefícios.

O papel do turismo no desenvolvimento da Quarta Colônia e a sua importância deve-se dá combinação de vários fatores: envolve o movimento de revalorização e reabilitação dos centros históricos das cidades, do alargamento e a diversificação das práticas culturais, do interesse dos visitantes pelo patrimônio assim como a animação e oportunidades de adquirir produtos locais.

No Capítulo III, são apresentados dados referentes à Quarta Colônia, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, aos seus aspectos físico-geográficos buscando informar sobre sua localização e diversidades geográficas. Como fatores importantes a serem destacados identificam-se também a base econômica dos municípios envolvidos focados nos setores primário e terciário e as potencialidades turísticas existentes.

Concluindo, serão tecidas algumas considerações finais e aspectos sociais relevantes deste contexto como forma de sugerir alternativas para o desenvolvimento da atividade turística. Sendo que o turismo na Quarta Colônia aparece como uma região promissora para o desenvolvimento de uma política de ordenamento territorial que necessariamente, tem de propor uma oferta competitiva que vá ao encontro das necessidades e expectativas dos visitantes e, simultaneamente de forma positiva ao desenvolvimento regional.

Como procedimentos para desenvolver tal estudo e organização, utilizou-se como metodologia a pesquisa documental e a pesquisa de campo, além da observação com a participação em todas as etapas do programa.

Num primeiro momento, foram compiladas as bibliografias sobre a caracterização da Região, as ações desenvolvidas para o crescimento da atividade turística a fim de definir um referencial teórico e preciso para a análise do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável na região.

Num segundo momento, analisou-se o Programa do Ministério do Turismo e a legislação que fomenta a atividade do turismo. E, finalmente, para avaliação da situação dos municípios envolvidos realizou-se uma pesquisa direta com entrevista semi-estruturada. O roteiro dela consiste de quinze perguntas que foram aplicadas com prévio agendamento com as lideranças municipais, entidades comunitárias e representativas, como SEBRAE, SESC, UNIFRA, UFSM, CONDESUS. No poder público, Secretarias de Cultura e Turismo, diretamente aos responsáveis pelo desenvolvimento das ações, entrevistas gravadas dos diferentes agentes sociais. Nas entrevistas, foram coletadas informações referentes aos trabalhos realizados no

setor turístico, entre eles a hotelaria, restaurantes, artesanato, eventos da região e a importância da integração, a colaboração com fornecedores (Universidades) e prestadores de serviços, mão-de-obra local, que apresentam potencialidades de integração e complementaridade para o setor turístico, que posteriormente foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo.

Fontes que ofereceram meios para definir e entender a situação existente, permitindo um reforço paralelo na análise da pesquisa ou na manipulação de suas informações. Dessa forma, foram escolhidos sete dos nove municípios da região da Quarta Colônia: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Restinga Seca, Silveira Martins, São João do Polêsine, respectivamente tomando em consideração que no momento da pesquisa, eram os municípios com melhor infraestrutura turística.

Além das entrevistas com os setores públicos e privados utilizaram-se informações dos dados estatísticos secundários obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2000 e no Anuário Estatístico da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (2005). Os dados coletados constituem informações sobre características da população; distribuição da população: - habitat rural e urbano, densidade demográfica; fatores econômicos: mão-de-obra economicamente ativa, distribuição dos trabalhadores pelo setor primário e terciário da economia, número de empresas relacionadas com a atividade turística, renda per capita, produto interno bruto, infra-estrutura básica.

A região da Quarta Colônia foi selecionada para a realização da pesquisa por uma série de razões, dentre as quais destacam-se:

1. Por estar localizada na região central do Rio Grande do Sul, com razoável potencial turístico e aproveitando o já existente Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – CONDESUS que é um dos pioneiros no Estado;

2. Pela economia estar centrada no setor primário e apresentando sinais de atividades exauridas, deixando evidente oportunidade para o desenvolvimento da

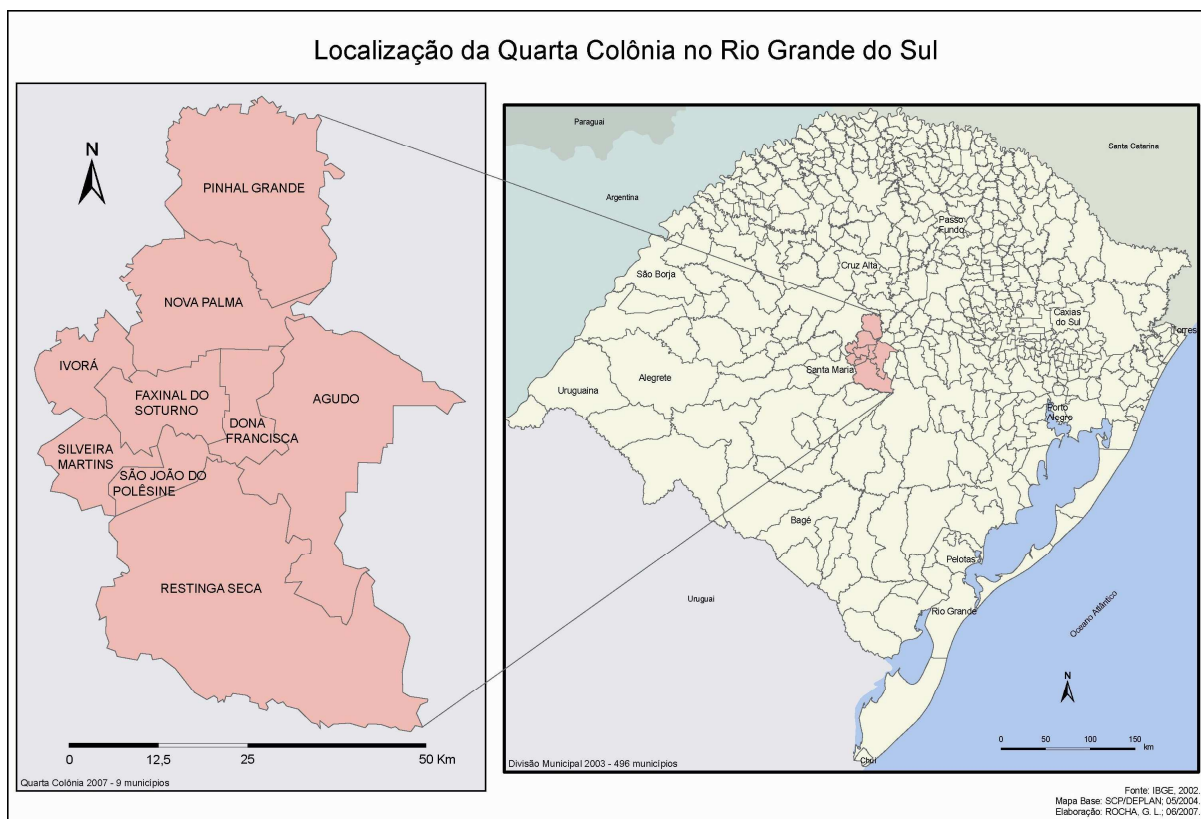
atividade turística, ecologicamente correto e economicamente viável, proporcionando retornos imediatos a comunidade local;

3. Pela proximidade de Santa Maria, facilitando o acesso e os contatos necessários;

4. Pela receptividade das lideranças locais e regionais, com interesse no desenvolvimento da pesquisa voltada ao turismo;

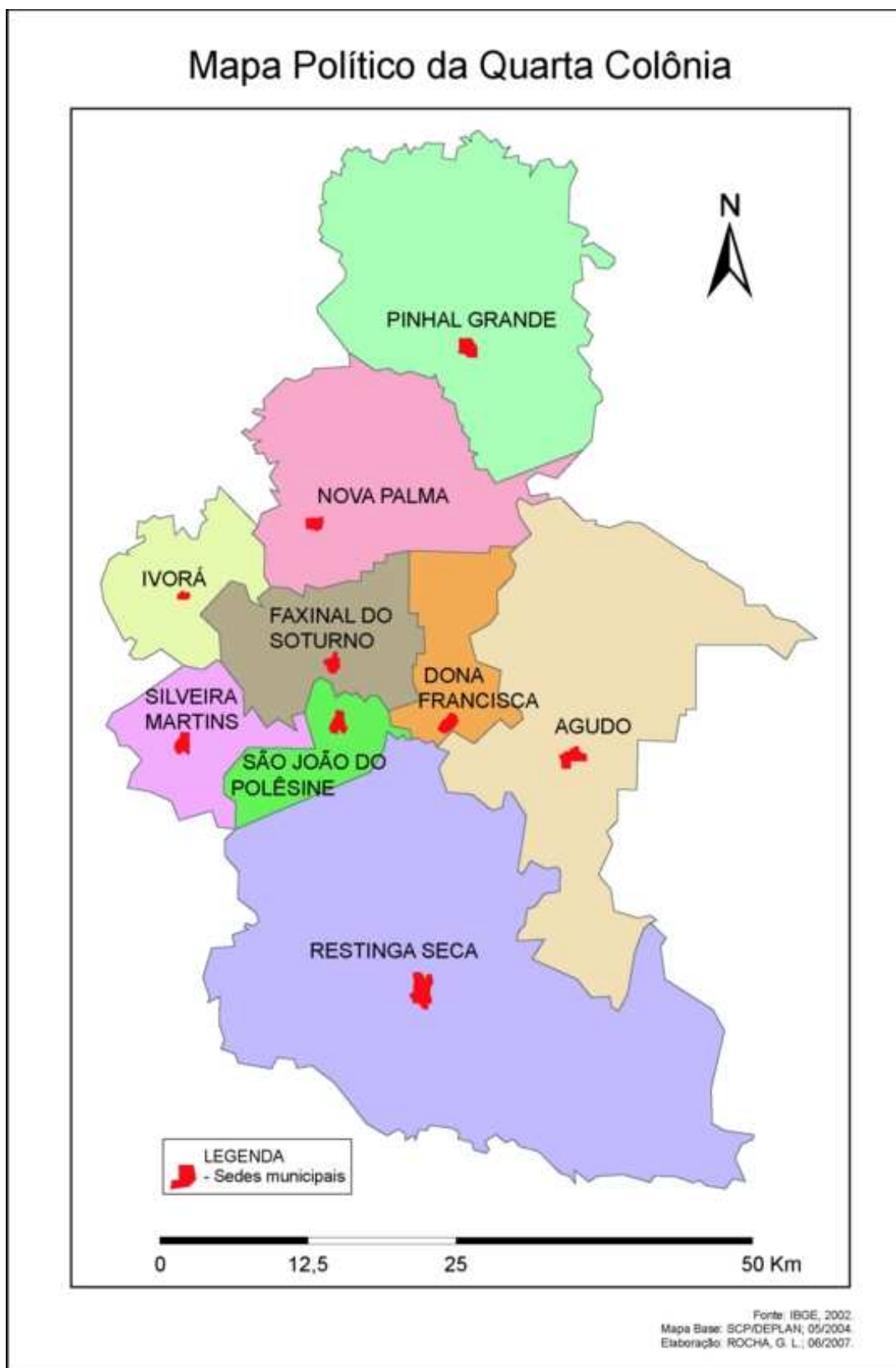
5. Pelos poucos ou raros estudos dirigidos ao desenvolvimento turístico e atividades correlacionadas na região, tornando-os válidos e com potencial para tal;

Pelas razões acima descritas, a presente pesquisa sustenta a idéia de que é possível conceber o turismo como uma contribuição positiva para o desenvolvimento da região na sua totalidade.



Mapa 01 - Localização da Quarta Colônia – Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE, 2002.



Mapa 02: Mapa Político da Quarta Colônia – Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE, 2002.

1 FUNDAMENTOS E REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA

1.1 História do Turismo no Brasil

Para melhor entender o turismo, no Brasil e sua história, buscou-se Hilda Agnes Flores (1993) de onde foram considerados alguns dos tópicos mais importantes da história do turismo. O desenvolvimento deste, no Brasil, não é um fenômeno recente. A atividade tem evoluído, acompanhando as mudanças econômicas, sociais, culturais e os avanços tecnológicos.

A partir do século XVII, já existia turismo no Brasil. Neste período, as viagens ocorriam em função da expansão para novos territórios em busca de riquezas e gêneros de primeira necessidade.

Quando a corte chegou ao Brasil, em 1808, não havia qualquer estrutura de hospedagem o que provocou profundas transformações no cotidiano, no comportamento, na economia e na infra-estrutura do Rio de Janeiro. Uma mudança significativa foi o uso da água do mar como propriedade terapêutica, denominado talassoterapia.

A partir de 1870, começaram a surgir em São Paulo e Rio de Janeiro meios de hospedagem que se entendiam por hotel.

O Rio de Janeiro, por ser capital federal, tornou-se a cidade mais conhecida do Brasil, como destino dos roteiros das viagens e das expedições científicas do século XIX. Na época começam a ser escritos os primeiros registros da história do país e os estudos sobre a fauna e flora, além das primeiras obras de engenharia.

No Brasil, desde 1900 a 1920, percebem-se novos padrões de consumo, estimulados pela publicidade, expansão do mercado fotográfico, atividades esportivas e popularização do cinema. Neste momento, também, houve o desenvolvimento de chácaras de lazer ao redor dos centros urbanos e litorais, onde os palacetes serviam como residências de férias.

Em 1922, o Copacabana *Palace* é construído no Rio de Janeiro, extremamente luxuoso e sofisticado, diferente do que era usual na hotelaria da época. Inclusive, neste momento, começa a organização dos proprietários dos hotéis, restaurantes, bares, cafeterias de São Paulo.

No período de 1936 e 1946, foram construídos imensos hotéis-cassinos, dos quais se destacam o Quitandinha em Petrópolis e o Atlântico em Santos. Este impulso, na hotelaria, estimulou alguns empresários a implantar complexos turísticos.

Em 1946, o Presidente Dutra assinou um decreto proibindo os jogos de azar no país, com isso os cassinos foram fechados e os empreendimentos tiveram grandes prejuízos, as localidades que possuíam outros atrativos continuaram a receber turistas, embora com um fluxo menor e acabaram entrando em decadência.

Na década de 20 e 30, começam a ser criadas as primeiras companhias aéreas nacionais, Varig em 1927, Panair em 1930, Vasp em 1933 e, em 1945, intensificaram-se os vôos regionais e internacionais.

A grande novidade do período foi a utilização do automóvel como veículo de passeio, o qual ainda era acessível a poucas pessoas e operava em situação calamitosa.

Em 1923, os motorista organizam-se e criam a Sociedade Brasileira do Turismo, que, em 1926, passa a denominar-se *Touring Club* do Brasil.

Em 1932, foi realizado o primeiro cruzeiro marítimo pela costa brasileira, fazendo o percurso entre o Rio de Janeiro e o estado do Amazonas.

No ano de 1936, já encontravam-se, no Brasil, algumas agências de viagens que ofereciam produtos nacionais e internacionais.

Na década de 30, o turismo não era prioridade do governo federal, sendo tratado por diferentes setores da administração. A primeira experiência foi em 1934 com a criação da Comissão Permanente de Exposições e Feiras cinco anos depois, em 1939, foi fundada a Divisão do Turismo, setor do Departamento de Imprensa e

Propaganda, e, em 1940 realizou-se a primeira regulamentação das atividades das empresas e agências de viagens e turismo.

Na esfera privada, acontecia a organização no setor hoteleiro. Em 1936, foi instituído a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira - ABIH, no Rio de Janeiro, durante o I congresso Nacional Hoteleiro.

Neste período, a atividade turística era destinada à elite, só no final da década de 1940, é que a população começa a ter acesso ao lazer e ao turismo. Destacando a construção da primeira colônia de férias pelo Serviço Social do Comércio - SESC, em Bertioga litoral do Estado de São Paulo.

Na década de 1950, a hotelaria nacional concentrava-se nas principais capitais do país e, é também neste momento, que começam a surgir várias expressões da atividade turística, junto ao desenvolvimento da infra-estrutura.

As companhias aéreas aumentavam suas frotas adquirindo os DC-3 e os DC-46, expandindo as linhas regulares e atendendo, em 1958, cerca de 333 localidades e com isso, o desenvolvimento do transporte rodoviário foi alterado, houve um aumento no movimento nas estradas.

Também, na década de 1950, as agências de viagens brasileiras começaram a se organizar, criando associações regionais e participando de eventos internacionais. Em 1953, um grupo de 14 agências fundou a Associação Brasileira de Agência de Viagens – ABAV, buscando consolidar e incentivar o turismo nacional.

Neste mesmo período, o governo federal criou a comissão Brasileira de Turismo com o objetivo de coordenar as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao fluxo de estrangeiros, estudar e supervisionar as medidas relacionadas à movimentação de turistas. Esta comissão foi extinta em 1961 e no seu lugar criou-se, em 1962, a Divisão do Turismo e Certames do Ministério da Indústria e Comércio, com a finalidade de promover, organizar e fiscalizar exposições, feiras e certames no território nacional. Essa divisão lançou a base do turismo nacional, por meio de muitas atividades.

Em 1966, é criada a EMBRATUR e o CNTUR e começou a ser discutida a necessidade de traçar diretrizes para uma política nacional de turismo.

À EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, caberia estudar e propor ao CNTUR – Conselho Nacional de Turismo, atos normativos necessários à promoção da política nacional do turismo. Enquanto que ao CNTUR caberia formular as diretrizes para uma política nacional do turismo.

Em 1967, por meio de um decreto, é criado o Sistema Nacional de Turismo, constituído pela EMBRATUR, pelo CNTUR e pelo Ministério das Relações Exteriores, imprimindo mudanças substanciais na condução das políticas federais de turismo.

O crescimento do turismo foi percebido de fato no período de 1950 a 1969, pois, ocorreu uma conjugação de diversos fatores como: melhoria de equipamentos e no sistema de transportes, ampliação no sistema de comunicação, urbanização e crescimento das cidades e o aumento de uma classe média propensa a viajar.

No período de 1970 a 1989, o turismo assumiu proporções mundiais, os fluxos turísticos aumentaram continuamente, foram realizados grandes investimentos na ampliação da infra-estrutura turística e de pólos turísticos.

O Brasil atraía muitos investimentos estrangeiros, com baixa inflação, a classe média e os empresários estavam eufóricos em relação aos negócios e à economia, mas também, enfrentavam repressão, censura e violência caracterizados pelo governo militar. Neste cenário, o turismo aparecia como atividade econômica do futuro, responsável pelo desenvolvimento do país.

Os anos 70 foram bastante produtivos para a hotelaria nacional, visto que ampliou o número de leitos, melhorou a qualidade dos serviços e diversificou os meios de hospedagem. Nesta época a EMBRATUR estabeleceu, como um de seus objetivos, ampliar a infra-estrutura hoteleira do país, criando em 1971, o Fundo de Gerenciamento ao Turismo – FUNGETUR para financiar a construção, ampliação ou reforma de hotéis, obras e serviços específicos de finalidade turística, além de

incentivos fiscais destinados a empreendimentos no setor turístico.

Em 1975, instalou-se em São Paulo, a primeira Cadeia Internacional de Hotel, a Hilton, com 400 apartamentos e uma nova filosofia em hotelaria. Ao longo da década, vieram outros. Ao mesmo tempo em que se implantavam vários hotéis luxuosos no país, surgiam meios de hospedagem alternativos com o *camping*, residências secundárias e albergues da juventude, estas modalidades tornaram-se acessíveis a muitos destinos brasileiros que, ainda, não tinham nenhuma infraestrutura turística.

Em 1978, a EMBRATUR elabora e amplia o regulamento geral para a classificação dos meios de hospedagens brasileiras.

Neste momento, o setor privado expandia e consolidava suas associações, havendo um incremento nos negócios turísticos e a abertura de um novo mercado de trabalho.

Na década de 70, iniciaram-se os primeiros eventos científicos da área, surgiram os cursos superiores da área, também, nesta época, foi realizado o Congresso Brasileiro de Turismo - CONTUR, para discutir as necessidades do setor e o mercado de trabalho.

Nos anos 80, com a crise do petróleo e as sucessivas crises econômicas, pelas quais passava o país, o turismo estagnou-se e a única área, que continuava a crescer era o transporte aéreo. Em 1985, é inaugurado o Aeroporto de Cumbica, em São Paulo. O grande fluxo de turistas e o crescimento no número de aeronaves estimularam a criação do Código Brasileiro Aeronáutico em 1986, e a coleta de dados sobre a venda de passagens aéreas nacionais.

Também, no período de 1970 a 1980, começam a surgir os primeiros mega projetos turísticos do Nordeste, influenciados pelas experiências européias da década de 60. As empresas estavam se organizando em associações, o poder público começou a perceber que a atividade turística era muito mais do que só investir na hotelaria, o turismo começou a ser visto como uma atividade séria e

profissional, que não traz soluções imediatas para problemas estruturais e principalmente econômicos.

Na década de 90, o turismo mundial cresce continuamente. No Brasil, os primeiros anos da década foram de muitas mudanças políticas, novo governo e, entre as prioridades, aparecia o turismo.

A EMBRATUR de empresa pública transforma-se em autarquia especial, passando, em 1991, para Instituto Brasileiro de Turismo com a finalidade de “formular, coordenar e fazer executar a Política Nacional do Turismo”.

Em 1992, foram estabelecidas diretrizes para a política nacional do turismo e criado o instrumento para operacionalizar essas políticas, o PLANTUR –. Nesta época, foram implementados vários programas de desenvolvimento turístico como o Programa de Desenvolvimento de Turismo - PRODETUR. Neste programa, os Estados possuíam autonomia para elaborar projetos através de agências de desenvolvimento.

Em 1994, a EMBRATUR criou o PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo, com o objetivo de descentralizar o desenvolvimento turístico na identificação dos municípios com potencial turístico e fornecer orientação técnica, para que as próprias comunidades realizassem seus planejamentos e desenvolvimento do turismo sustentável.

Em 1996, é que foi lançado um documento instituindo a Política Nacional do Turismo para o triênio de 1996 – 1999, caracterizado por inúmeros programas, destacando-se os de infra-estrutura básica e turística.

A definição de uma política para o turismo e os investimentos foram fatores fundamentais para alcançar um crescimento do fluxo internacional de turistas, inclusive pela percepção dos novos mercados com o Mercosul.

Neste momento, verificam-se novas tendências: o resgate do patrimônio cultural brasileiro, estimulado para atender novas demandas turísticas e também pelo tombamento de muitas cidades brasileiras como patrimônio histórico da

humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO. Também, as empresas turísticas começam a atuar em diversos segmentos do mercado, além dos tradicionais, destacando-se eventos, negócios, ecoturismo, aventura, entre outros.

O transporte marítimo ganhou grande destaque neste período, em razão da Lei de Cabotagem (Emenda constitucional nº 7 de 16/08/1995), que permitiu a navios estrangeiros levar turistas pela costa brasileira, propiciando assim o crescimento deste mercado.

Na hotelaria foram feitos muitos investimentos, desde os grandes mega projetos como a Costa do Sauípe, a construção de hotéis econômicos nos grandes centros urbanos do país, ao mesmo tempo verificava-se a vinda de inúmeras cadeias hoteleiras internacionais como a *Choice Atlântica* (EUA), *Posadas* (México), entre outras.

As empresas de entretenimento começam a aumentar com o surgimento de parques temáticos ou aquáticos. Em 1998, já existiam no Brasil, 35 parques nacionais estruturados comercialmente.

Para atender ao desenvolvimento e diversificação dos empreendimentos e serviços turísticos da década de 1990 tornou-se necessário capacitar recursos humanos. Houve uma explosão de cursos superiores, de especialização para profissionais a fim de que pudessem atuar no mercado. Algumas empresas criaram políticas de treinamento e cursos para atender a suas próprias necessidades.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, em todo o país, organiza-se para orientar os empresários do setor e, também, capacitá-los à gerenciar negócios turísticos, considerando os vários segmentos do mercado. O SENAC tem se destacado pelos cursos livres, principalmente para as áreas básicas inclusive, atuando na formação de tecnólogos.

O turismo, na década de 1990, demonstra um impulso e um crescimento acelerado, num movimento contínuo.

Num primeiro momento, a precariedade dos equipamentos, serviços e transporte dificultaram a realização de viagens e contribuíram para que só uma parcela da população pudesse se deslocar, principalmente, quando se tratava de descanso e lazer.

Em um segundo momento, a criação de novos equipamentos de hospedagem e os investimentos na infra-estrutura de transporte possibilitaram que outras classes sociais começassem a desfrutar do prazer das viagens, ainda que com características menos sofisticadas.

Enfim, a diversificação dos equipamentos e serviços turísticos, a segurança, rapidez nos transportes, os preços diferenciados fazem com que o Brasil esteja em completa expansão na área turística, além de estar bastante presente nos projetos de crescimento para o país.

1.2 Turismo na Constituição Federal de 1988

Ao tratar, em seu título VII, da ordem econômica e financeira, a Constituição Federal de 1988 estabelece, no capítulo I, os Princípios Gerais da Atividade Econômica. Onde o turismo, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, está expressamente contemplado, no art. 180, que dispõe o seguinte: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

Ferraz (1992, p. 21) comenta que o turismo está constitucionalmente enquadrado como um setor relevante da atividade econômica. E que para impulsionar e incentivar o turismo necessita de um tratamento interpretativo, pois são vocábulos que não se autodefinem caracterizam-se. Para tanto, a promoção pode ser a de estruturar a produção de serviços turísticos por meio da divulgação do país ou das regiões como destinos turísticos, ou ambos. Assim, a norma contida no art. 180 depende da complementação legal e regulamentar que a torne operacional; a qual poderá ser editada, em seu âmbito de atuação, indistintamente por União, Estados, ou municípios.

O exercício da atividade econômica turística no Brasil independe de autorização de órgão público desde a edição do Decreto-Lei nº 2.294 de 21 de novembro de 1986. Dentre os princípios da atividade turística estão “o da função social da propriedade, o da livre concorrência, o da defesa do consumidor, o da defesa do meio ambiente e o da redução das desigualdades regionais e sociais (FERRAZ, 1992, p.22)”.

Na constatação das entrevistas a respeito da Lei Orgânica Municipal, 20/03/1992, Município de São João do Polêsine/RS, inciso referente ao Turismo.

[...] Observa-se que: Apenas um município da região pesquisada institui em sua Lei Orgânica o Programa de Desenvolvimento Econômico, e dispõe sobre a política de incentivos ao Desenvolvimento Econômico. São João do Polêsine através do PROMUDE, que tem como objetivo apoiar, via incentivos materiais e financeiros, os projetos de empresas e pessoas físicas que tenham por objetivo o desenvolvimento econômico do Município, mediante investimentos, dos quais resultem a implantação ou expansão de unidades industriais, agroindústrias, comerciais, de prestação de serviços, de atividades turísticas e de produção agropecuária. Da política de incentivos, o município poderá conceder, mediante prévia demonstração do interesse público, nos termos desta Lei, incentivos sob as diversas formas nela previstos, às empresas industriais, comerciais, de prestação de serviços, de atividades turísticas, agroindustriais e produtores agropecuários, levando em conta a função social decorrente da criação de empregos e renda e a importância para a economia do Município. Dos incentivos às indústrias para fins de instalação ou ampliação de indústrias, considerando a função social e a expressão econômica do empreendimento, os incentivos industriais poderão consistir em: Dos incentivos aos setores do comércio e serviços; Aos empreendimentos comerciais e de prestação de serviços que se instalarem no Município, que venham gerar valor adicionado do ICMS e arrecadação do ISSQN. Dos incentivos à agroindústria e produtores rurais para as agroindústrias instaladas ou, que se instalarem no Município, poderão ser concedidos, no que couberem, os mesmos incentivos previstos nesta Lei para as empresas em geral, aplicando-se-lhes, igualmente, os critérios e condições estabelecidos em relação aos empreendimentos industriais.

O turismo, quando é focado, quase sempre se restringe à geração de emprego e renda, não contemplando, assim, as discussões nas diferentes áreas de abrangência tais como o social, cultural, política, ambiental, geração de riquezas..., o que dificulta o estabelecimento de ações específicas. Isso contribui para impedir o entendimento do turismo como objeto de estudo, campo de ação profissional e como esfera de atuação do poder público. Portanto, o âmbito municipal é apenas uma das atuações que deve ser considerada, na esfera da Administração Pública, é

fundamental que se diferencie das demais iniciativas, desde políticas nacionais até as espontâneas.

Faz-se necessário ampliar o leque de discussões sobre o papel da Administração Pública com relação à formulação de políticas de turismo, o qual vem se manifestando na maioria das cidades brasileiras, pelos “Calendários de eventos”, ou “pacotes de visitação turística”.

Aqui, Administração Pública é identificada essencialmente como “uma função, ou como uma atividade – fim (condicionada a um objetivo), e com organização, isto é, como uma atividade voltada para assegurar a distribuição e coordenação do trabalho dentro de um escopo coletivo” (BOBBIO, 1986, p.11).

Indica-se que a discussão passe pelo entendimento amplo da atividade turística, em termos de conteúdo, observando as interfaces com os demais órgãos municipais ou estaduais, onde esteja centralizada a ação relativa à política de turismo; transpor as barreiras sócio culturais verificadas, como preconceitos, estereótipos, inclusive nos meios acadêmicos, e por outro lado, pelos limites da Administração Municipal, significa levar em conta que o turismo só pode ser entendido na totalidade da ação humana, abrangendo questões que transcendem os gestores municipais, como resgate cultural, ocupação do solo, por exemplo, o que requer da governança, incentivar e participar das discussões as quais envolvam a questão de modo articulado, junto às entidades e outros setores constituídos da sociedade civil, principalmente se a questão envolve liberação de recursos, e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação.

No que se refere aos dados econômicos e financeiros, envolvendo montante de recursos repassados e aplicados em investimentos na área do Turismo, na região pesquisada: Os gestores não souberam informar sobre a quantia de recursos públicos destinados à promoção e fomento para a atividade turística em suas respectivas regiões, deixando transparecer problemas básicos de gestão e, desconhecimento da vocação turística de cada município.

Assim, se por um lado é preciso considerar que a questão do turismo não pode ser enfrentada de modo isolado da questão sociocultural, é preciso que estes

gestores também considerem as possibilidades de ações específicas na área, que levem em conta o turismo na totalidade das relações sociais e, dos limites e possibilidades de políticas públicas setoriais.

Para que a atividade desenvolva-se é necessário, por parte da administração do espaço urbano e rural, um conhecimento detalhado do ordenamento territorial e de suas possibilidades.

Sensibilizar as comunidades e gestores da importância da atividade turística não é tarefa fácil. Criar oportunidades, na sociedade contemporânea, predominantemente industrial e urbana, para que filhos de agricultores e trabalhadores rurais e/ou urbanos alcancem melhores condições de vida do que seus pais, sem terem que abandonar a terra ou antigas tarefas é um desafio ainda maior. Todo o conjunto de políticas públicas de turismo colocada em prática nos últimos anos está voltado para este fim, isto é, na realização de uma particular política em favor do desenvolvimento da atividade para a contribuição que lhe pode derivar para o desenvolvimento de uma região.

Quanto ao Capital social: Foi perguntado como o entrevistado vê o preparo do elemento humano para atividade turística?

[...] Nossa comunidade é organizada, na maioria das vezes a partir das festas religiosas, onde todos participam, cada um ajudando um pouco nas tarefas domésticas. Quando ocorrem os eventos, vem muita gente de fora prá cá. O turismo está melhorando a nossa comunidade. O SEBRAE também está ajudando na formatação e implantação de novos empreendimentos como exemplo: a construção de hotéis, serviços e lazer; A clínica oftalmológica conveniada com 39 municípios que movimenta hotéis, restaurantes, lancherias; A culinária vem gerando empregos diretos e indiretos bem como o turismo vêm desenvolvendo atividades ligadas à agroindústria e artesanato. Ocupando mão de obra local e melhorando a economia do município. Historicamente, a região foi sempre bem receptiva, com aquilo que vem de fora pela sua larga experiência da atividade de cunho religioso. As festas dos municípios são festas onde se compartilha com os outros. São festas hospitaleiras e, no turismo articula-se esta relação, não conflitando a vida da comunidade local'.

Além disso, segundo o Secretário executivo do CONDESUS,

[...] O Programa de Regionalização de Educação Patrimonial desenvolvido durante quatro anos, de modo planejado e sistemático, nos nove municípios integrantes da Quarta Colônia, experiência que envolveu 290 professores, 120 escolas, 2985 alunos, os pais e membros da comunidade,

foi um processo que, no seu desenvolvimento, possibilitou a articulação e a criação de parcerias para o fortalecimento do sentido de regionalização. Através da educação, como apropriação e transformação da cultura, a região começou a reconhecer-se como tal e a projetar-se como Quarta Colônia, tendo como objetivo a valorização do indivíduo e de sua trajetória histórico-social, a descoberta de seu contexto cultural e de suas raízes. Houve iniciativas como a divulgação na rádio local e na revista da Quarta Colônia, a formatação do calendário de eventos, fazem com que as comunidades fiquem a par dos principais acontecimentos da região, que se intensifica com a criação do Comitê do Turismo formado pelos atores sociais, co-responsáveis pelo desenvolvimento da atividade turística.

Entretanto, a ausência de políticas integrais e de soluções que encarem o turismo numa perspectiva totalizadora, na dificuldade de chegar a um acordo e de tratar a atividade de forma conjunta coloca o turismo de forma fragmentada em um grande número de organismos que superpõem suas atribuições em alguns campos e em outros deixam a desejar.

Boullón (1995, p.135) afirma que

[...] hay que agregar en algunos países, la fórmula jurídica del fideicomiso turístico y los bancos de fomento al turismo, que funcionan como fondos, guiados por su propia política, elaborada ésta con desconocimiento de los planes nacionales de turismo y recreación, que fueron realizados por el organismo central, y que al momento de aplicarse, no tiene como hacerlo porque dichos organismos comprueban que su poder es teórico, dado que todo el espacio turístico, en la práctica, es gobernado (o desgubernado) por otros poderes.

Há, evidentemente, toda uma gama de serviços e produtos no campo do turismo regidos pela mesma lógica, promoção do desenvolvimento local e regional. É verdade que, até agora, o setor de atividades turísticas tem se mostrado menos importante, no contexto mais amplo da reprodução das condições de operacionalidade, do que setores mais tradicionais.

A este respeito Boullón (1995, p.135) diz que:

[...] El trazado de una política que defina la posición de los gobiernos frente al turismo y la recreación, no es una tarea fácil, porque el sector está administrado oficialmente en la mayor parte de los países por funcionarios que posiblemente dominem la administración pública, pero no las características técnicas del sector que aceptaron conducir. Es frecuente que los cargos políticos del sector se otorguen sin exigir a sus titulares una trayectoria comprobada en alguna de las ramas del turismo, ni un conocimiento fundamentado de los matices funcionales de la administración del tiempo libre. Esto que es tan común en turismo, sería poco aceptable, por ejemplo, en salud pública, en educación o en vivienda.

Tal fato requer a atenção das autoridades e dos cidadãos, porque o resultado é que gestores de turismo passam grande parte de seu tempo resolvendo problemas circunstanciais que na maioria dos casos não se referem às necessidades daqueles a quem deve servir, uma vez que a gestão diz respeito diretamente aos interesses coletivos, não apenas dos agentes envolvidos.

1.3 Turismo no Rio Grande do Sul

Para Goidanich (1993, p.17), no Rio Grande do Sul, é possível falar do turismo desde a década de 1920, porque já se viajava de Porto Alegre para Pelotas e Rio Grande em navios que levavam uma noite inteira para percorrer a Lagoa dos Patos.

Em 1920, foram inauguradas novas instalações do cais do porto as quais deram a Porto Alegre uma entrada monumental, que até hoje impressiona por sua beleza.

Nesta época, os serviços ferroviários foram ampliados, a administração de Borges de Medeiros criou a Viação Férrea do Rio Grande do Sul e construiu a tradicional Estação do Caminho Novo, em 1922, o trem já buscava rotas na serra chegando a Taquara, Gramado e Canela.

Em 27 de maio de 1927, a Varig (Viação Aérea Riograndense) foi fundada e logo começou a operar os vôos regulares entre Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Todavia, a partir de 1935, é que se iniciou realmente um trabalho ordenado capaz de despertar o povo e o governo para as possibilidades e os benefícios que a exploração turística poderia trazer ao desenvolvimento e ao bem-estar social do Estado.

Em 21 de março de 1935, nasceu o *Touring Club* do Rio Grande do Sul, o qual deu a partida à conscientização da importância do turismo para o Estado. Ele passou a agir junto aos meios oficiais e privados como única entidade de turismo existente no Estado. Levantaram-se questões relacionadas ao turismo, ampliou-se

o quadro social, expandiram-se, através de delegacias, as áreas vocacionadas para o turismo no interior. Criou-se a primeira revista de publicação turística que circulou regularmente até 1945, ano traumático para o turismo em consequência da II guerra mundial.

No dia 21 de setembro de 1935, Porto Alegre promove um grande evento, a Exposição do Centenário Farroupilha que abriu seus portões, deixando deslumbrada a população gaúcha e numerosos visitantes do país e do exterior.

Na década de 30 e 40, o turismo praticamente inexistiu como preocupação governamental, assim de 1935 a 1950 o *Touring* conduziu sozinho o turismo no Estado. Tinha um endereço permanente no “*bureau*” do portão central da exposição, onde o turista podia buscar assistência e orientação gratuita, e inclusive levava os turistas para conhecerem a serra gaúcha utilizando carro ou trem.

A primeira meta turística, fora de Porto Alegre, foi Caxias do Sul, onde o vinho, as malhas e a metalurgia eram as atrações, com destaque para a Festa da Uva realizada desde 1931.

Foi no fim do ano de 1940 que houve, pela primeira vez, uma manifestação oficial a favor do turismo no Rio Grande do Sul. Foi apresentado ao congresso de prefeitos da região de Caxias do Sul e à Diretoria das Prefeituras Municipais (DPM) um documento enfatizando o papel que os municípios tinham a desempenhar nas atrações turísticas.

Em 1941, publicou-se o primeiro Guia de Turismo do Estado, com cerca de duzentas páginas, de textos informativos, além de mapas e plantas, ilustrações, horários de trens e aviões e das primeiras linhas inter municipais de ônibus a circularem no Estado. Também, neste ano, foi inaugurada a primeira Estação Rodoviária de Porto Alegre na Av. Júlio de Castilhos, passo importante para o Departamento Autônomo de Estrada e Rodagem - DAER que semeava estações rodoviárias nos municípios.

Outra medida significativa para o turismo no Estado foi o intercâmbio turístico firmado entre Brasil e Argentina, pelo qual foi abolido o passaporte, facilitando a entrada nos dois países apenas com a carteira de identidade.

Em 1947, os constituintes consagraram um dispositivo na Carta Magna, artigo 27, onde dizia que o Poder Executivo enviaria à Assembléia Legislativa projetos de lei que visem fomentar o turismo no Estado, propiciando condições de acesso, higiene e conforto às estações balneárias, hidrominerais, climáticas e de repouso.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado da federação a legislar sobre o turismo. Já a década de 1950 tornou-se histórica para o turismo gaúcho, pois em 23 de janeiro o governador Walter Jobim promulgou a lei 997, criando o Conselho Estadual de Turismo, CET, e o Serviço Estadual de Turismo, SETUR assegurando ao Rio Grande do Sul a condição de pioneiro no turismo, oficializado no Brasil em nível estadual.

O Conselho Estadual de Turismo logo tomou duas importantes medidas: a criação da taxa de turismo, para obter recursos financeiros e desenvolver os planos de fomento e estruturação; e um plano de ação, norteando as primeiras medidas a serem tomadas pelo CET.

No mesmo ano, Leonel Brizola, que na época era Secretário de Obras, conseguiu significados recursos para a desapropriação de áreas de excepcional interesse turístico; para a construção e aparelhamento de estâncias hidrominerais de Irai; e a realização de obras e serviços diversos, inclusive sob regime de cooperação com entidades que visassem ao fomento do turismo ou para festividades regionais com interesse turístico.

O ano de 1950, foi bastante significativo, porque foram inaugurados dois novos hotéis em Porto Alegre, o *City* hotel e o *Umbu* hotel. Em 23 de novembro, foi criada a OSPA (Orquestra Sinfônica de Porto Alegre). Já, no início do ano seguinte, Porto Alegre ganhou o moderno e bem aparelhado Aeroporto Salgado Filho. Em 1953, a Varig tornou-se internacional com seus vôos para Buenos Aires, ganhando vínculo aéreo direto com o Prata e, em 1957, inaugurava a rota Porto Alegre - *New*

York – Porto Alegre, com seus jatos *Caravelle*.

No final da década de 50, e início de 60, o SETUR muito trabalhou para afirmação do turismo divulgando-o no Estado todo, como também em grandes centros do país e pelo vizinho do Prata, revelando o potencial turístico e o progresso do Estado. Para tanto, organizou roteiros de familiarização com agentes de viagens do Uruguai e Argentina, difundindo o Estado em feiras pelo país todo. Colaborou com a COMBRATUR no zoneamento turístico do extremo sul e na elaboração do primeiro mapa turístico do Brasil. Atuou no sentido de que todas as cidades com vocação para o turismo constituíssem seus conselhos municipais. Através do SETUR, as agências de viagens tiveram assento no Conselho Estadual do Turismo, adquiriram consciência de classe e tornaram-se elementos significativos na luta pelo turismo, dando sua cooperação ao órgão estadual. Com isso, em 1961, fundou-se a ABAV/RS.

Em 1967, aconteceu a primeira Festa Nacional do Vinho, a Fenavinho, evento que se tornou clássico, movimentando o turismo da serra mais tarde veio juntar-se a ela, a Festa Nacional do *Champagne*. O tradicional roteiro da Região das Hortênsias ganhou competidores.

Em 17 de agosto de 1967, foi criada no Estado uma comissão parlamentar especial para examinar os problemas afetos à atividade turística, com prazo indeterminado, cujo relatório foi entregue em janeiro de 1970.

Como nesta época, o Estado era o segundo principal portão de acesso de turistas no Brasil, a EMBRATUR propôs à Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) um convênio pelo qual assumiria os encargos de desenvolver o Plano Regional de Turismo. Este convênio foi celebrado em 15 de agosto de 1969.

Em 14 de janeiro de 1970, em sessão solene, para inaugurar a grande sala de audiências do Palácio Farroupilha, a comissão especial entregou o relatório final de seus trabalhos. A primeira idéia era de criar-se a Secretaria de Estado para o

Turismo, os demais sessenta itens constituíam uma plataforma de ação para esta secretaria e abordavam, de forma objetiva, os problemas do turismo a merecerem atenção imediata e soluções a curto e médio prazo.

Em 1971, o SETUR foi extinto e a 23 de julho foi criada a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul. Outro grande passo foi em 1972 quando foi criada a EPATUR – Empresa Porto-alegrense de Turismo, capaz de assegurar a presença oficial no incentivo, desenvolvimento e apoio às atividades turísticas da capital do Estado. Assim sendo, aos poucos o COMTUR foi extinto.

De 1975 a 1979, a professora Norma Martine Moesch destacou-se como coordenadora da CITUR e posteriormente da EPATUR. Exerceu, também, a Diretoria de Turismo da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo.

Em 1978, o governador José Augusto Amaral de Souza, em sua administração, tomou uma iniciativa equivocada, transformou a Secretaria de Turismo em Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo. Este colocado em último lugar perdeu o *status* que havia conquistado entre as preocupações maiores do Estado.

O resultado dessa híbrida composição reuniu numa mesma Secretaria de Estado atividades completamente díspares o que gerou dificuldades naturais de uma estrutura administrativa inadequada. Em 1980, com a saída do Secretário Pereira Guimarães para assumir a Diretoria de Planejamento da EMBRATUR, agravou-se o problema.

No ano de 1980, em 22 de abril, foi criada a Associação Riograndense dos Guias de Turismo reunindo os profissionais desta área do atendimento turístico.

No ano de 1981, em 20 de agosto, Nova Petrópolis foi reconhecida como pólo cultural da Região dos Vales. Como no município já havia uma pré-disposição do órgão municipal no sentido de desenvolver o turismo cultural e, em harmonia com Gramado e Canela, contribuiu para a projeção nacional da região.

Por sua vez, em 1981, é fundada a Associação dos Jornalistas de Turismo (AJOTUR) a qual se transformou em 1985 na seção gaúcha da ABRAJET (Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo).

Em 1986, é inaugurado o Centro de Convenções do Hotel Serrano na Região das Hortênsias. E, em 1990, a ampliação do Hotel Serra Azul elevou o hotel à categoria cinco estrelas pela EMBRATUR, a serviço do turismo gaúcho, completando o aparelhamento da região.

Em 2003, houve a criação, pela primeira vez na história, de um Ministério do turismo uma atividade multidisciplinar capaz de mobilizar dezenas de setores produtivos, de movimentar contingentes de pessoas pelos territórios, de transformar os lugares. Assim, o turismo mostra que não é um tema passível de ser tratado apenas por um organismo da gestão pública.

1.4 Turismo e Atualidade

A importância econômica do turismo tem sido cada vez mais reconhecida nos últimos anos pelo governo Brasileiro, que aponta o setor como possível redentor das desigualdades sociais e regionais do país.

Assim, o governo respalda as comunidades turísticas, estimulando-as com a criação de um Ministério do Turismo, propiciando novas expectativas de gerar mais empregos, alavancar o desenvolvimento econômico e gerar riquezas em virtude das atividades nos diversos segmentos do turismo.

Embora este reconheça a contribuição econômica dada pelo turismo, também se preocupa com o fato de que uma abordagem equilibrada deve ser adotada para o crescimento do turismo. A fim de alcançar esse objetivo, foi preparado em 2003-2007 o Plano Nacional do Turismo. A política de desenvolvimento do turismo oficial do país, conforme apresentada no PNT, pode ser sintetizada como:

O objetivo básico do desenvolvimento do turismo será o de desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais, naturais. Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional³.

Entre as metas para o turismo para o ano de 2003 a 2007, citado pelo Governo, destaca-se: a criação de condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações; aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil; gerar 8 bilhões de dólares por ano em divisas; aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos; ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal.

Estas metas só serão realidade se o Brasil investir de forma efetiva no turismo, entendendo-o não como mais um item secundário e complementar ao planejamento do estado, mas sim, possuir uma visão holística, percebendo que a noção de hospitalidade move o planejamento de um local, região, pois o mesmo deve estar junto a qualquer política pública, a qual seja pensada e executada para o povo brasileiro.

Portanto, esse novo *status* adquirido pelo turismo na administração pública federal nada mais é do que um reflexo da reconhecida e crescente importância que tem esta atividade hoje, sobretudo no plano econômico, por sua capacidade de dinamizar diversos setores produtivos, gerar riqueza, renda e empregos. Em tempos de globalização, de desemprego, de crescimento da pobreza, o setor serviços e, inserido nele, o turismo, tem representado um papel cada vez mais importante para a sociedade brasileira.

Pesquisas realizadas pela Organização Mundial do Turismo mostram que em cada nove empregos é gerado pelo turismo por meio de micros, pequenas e médias empresas estabelecidas em áreas onde os níveis de desocupação são bastante elevados. Cabendo a atividade turística captar apreciável quantidade de

³ Citado pelo Governo Brasileiro, no Plano Nacional de Turismo em 29-04-2003.

divisas fortes para os países em desenvolvimento que se empenham em explorá-lo de forma conveniente.

1.4.1 O atual Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010

O turismo, hoje, já é o quinto principal produto na geração de divisas em moeda estrangeira para o Brasil, disputando a quarta posição com a exportação de automóveis. Os resultados até agora permitem vislumbrar um futuro promissor: no ano passado, as 80 principais empresas do setor registraram um faturamento de R\$ 29,6 bilhões, com crescimento de 29% em relação a 2005. (PNT 2007/2010).

O PNT 2007 – 2010 prevê investimentos com recursos provenientes do Orçamento Geral da União em promoção, interna e externa, da ordem de R\$ 983, 4 milhões, além de R\$ 5,63 bilhões em infra-estrutura turística. Esses valores não incluem os investimentos em infra-estrutura delineados pelos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR e PROECOTUR, com financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e contrapartida estadual e federal. (PNT 2007/2010).

Além das estratégias definidas nos macroprogramas do Plano Nacional de Turismo - PNT 2007/2010, delineiam-se metas para que o turismo vá passo a passo ocupando posições que todos sempre aguardaram desse setor. São esperados para os próximos quatro anos uma melhoria na infra-estrutura do turismo nacional, definindo e preparando 65 destinos turísticos, distribuídos pelo território nacional, dentro dos padrões mundiais de qualidade. Espera-se que o país alcance uma marca histórica de 217 milhões de viagens no mercado interno. Isso tudo pode gerar 1,7 milhões de empregos e trazer US\$ 7,7 bilhões em divisas para o Brasil se forem levados a cabo dentro de bons parâmetros de gestão. O mesmo plano contempla para o turismo brasileiro a ampliação da oferta de produtos tanto para consumidores de baixa renda, como para a classe média e para o turista de renda alta.

1.4.2 O Ministério do Turismo do Brasil em 2007

Segundo declaração da atual Ministra Marta Suplicy, o Ministério do Turismo⁴ (MTur) tem como missão "desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social, prevendo um orçamento de R\$ 1,78 bilhões (2007)". – Até princípios de outubro de 2007, somente 234 milhões foram liberados. Argumentam burocratas do MTur que isto ocorreu por falta de projetos.

O Ministério é composto pela Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e pela EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo antiga Empresa Brasileira de Turismo. Hoje o Instituto "concentra-se na promoção, no marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos", levando a marca e as imagens do Brasil para o exterior.

A Secretaria Nacional de Políticas do Turismo (SNPT-MTur) tem como função tratar da política nacional relativa ao setor em consonância com as determinações do Conselho Nacional do Turismo. É também responsável por criar políticas para fomentar a atividade.

Já a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDT-MTur) tem como principal atividade tratar da ampliação da infra-estrutura em localidades turísticas ou com forte potencial turístico, além de trabalhar para a melhoria da qualidade dos serviços prestados por empresas do setor turístico.

O Ministério do Turismo trabalha para a atividade turística cadastrando as empresas do setor tais como as agências de viagens e turismo, as Operadoras de Turismo, as transportadoras turísticas e os profissionais como os turismólogos, os agentes de viagens além de produzir o planejamento do setor e fomentar a atividade.

⁴Fonte disponível em <http://www.mtur.gov.br> - via link
<[pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_do_Turismo_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_do_Turismo_(Brasil))> acessado em 20 de maio de 2007

1.4.3 Embasamento teórico

Como se vê o Brasil através das políticas públicas está colocando na pauta do dia a urgente necessidade de expandir aqueles setores mais empregadores de mão-de-obra. O turismo é um deles, já que, além dos empregos diretos, estimula a criação de empregos indiretos, através da indispensável melhoria da infra-estrutura urbana, dos transportes, das estradas etc. Nesse caso, aumentam as necessidades coletivas em matéria de habitação, de transportes, de serviços, eleva-se a renda, surgem empreendedores, trabalhadores qualificados, formam-se quadros de alto nível, esses empregos surgem com novos hotéis, motéis, *campings*, linhas aéreas, aluguel de carros, ônibus de turismo, restaurantes, agências de viagens, empresas de *tours*, lembranças, *souvenirs*, entretenimentos, museus, artesanato e toda uma enorme e variada gama de outras atividades.

Realmente, o turismo tornou-se fato social e econômico reconhecido a demandar atenção de amplos segmentos sociais e econômicos. Neste sentido, pode ser visto também como uma ferramenta ímpar numa perspectiva econômica de desenvolvimento para as comunidades e países em desenvolvimento.

Nesse caminho entende Oliveira (2002, p.59), que o turismo está inserido cada vez mais num cenário globalizado, constituindo um dos segmentos essenciais de uma estratégia bem sucedida de desenvolvimento, produzindo efeitos positivos sobre a economia, por apresentar um potencial de geração de emprego e renda, o que se torna mais relevante para as regiões mais pobres; pelo benefício na balança de pagamentos, à medida que gera ingresso de divisas trazidas pelos turistas estrangeiros e, principalmente, pelos investimentos externos, no setor de construção de hotéis e parques temáticos e na infra-estrutura de recepção e por último deve-se considerar o turismo como um espaço privilegiado de *marketing* para o país e de seus produtos. É oportuno salientar que o turismo de estrangeiros ao país tem a singularidade de exportar inclusive impostos e contribuições sociais diretas ou indiretas, o que seria impensável para a competitividade dos outros bens e serviços constantes da nossa pauta de exportações.

De acordo com Kotler (1991, p. 37), “o *marketing* tem como função identificar necessidades e desejos não satisfeitos, definir e medir sua magnitude, determinar a que mercados alvo a organização pode atender melhor, lançar produtos, serviços e programas apropriados para atender à estes mercados, e treinar talentos nas empresas para que pensem de forma criativa objetivando cada vez melhores serviços aos clientes”.

Nesta mesma linha de pensamento Dias (2002, p.171) comenta que, “O turismo, por meio da difusão cultural promovida pelos meios de comunicação, realiza o papel de interação social, fundamental no processo de socialização do qual depende o ser humano para a construção de suas identidades individuais e coletivas.

Enfim, o turismo é capaz de movimentar mais de cinquenta setores da economia, uma entre inúmeras formas de lazer, tem uma questionável competência no sentido de promover o desenvolvimento. Daí o crescente interesse dos planejadores territoriais (poderes públicos, principalmente municipais) pelo desenvolvimento do turismo em seus territórios. (CRUZ, 2001, p.24),

Ruschmann (1995, p 13), também afirma que

[...] A expansão do turismo moderno está ligada de forma indubitável ao progresso econômico, à concentração urbana, às facilidades de circulação e ao desenvolvimento dos transportes, contribuindo para o redimensionamento do fenômeno, que passou a ser objeto de atenção dos governos diante de sua importância.

É dentro deste contexto que a atividade turística transforma-se num dos setores mais importantes da economia, é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre indústria e comércio, já que está intimamente ligada ao setor terciário ou de serviços, e com participação marcante no Produto Interno Brasileiro do país.

Neste contexto, o turismo torna-se uma importante forma de desenvolvimento “limpo” de regiões, quando bem planejado, demonstrando que pode fomentar,

aumentar a renda, gerar divisas e beneficiar as localidades envolvidas, como emissoras e receptoras desse fenômeno, envolvendo o movimento de pessoas.

É uma atividade que congrega condições de obter resultado no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. O efeito da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo no desemprego das regiões (CASTELLI, 1994).

Na região da Quarta Colônia, como localidade receptora, o turismo se desenvolve de forma gradual. Tem proporcionado um expressivo fluxo de turistas, de várias cidades do Rio Grande do Sul, assim como de outros estados brasileiros e, também, do exterior como Itália, Alemanha e da região do Rio da Prata. Para os objetivos dessa pesquisa, entende-se turismo como sendo, conforme (DE LA TORRE, 1994) cita:

[...] um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura e saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Mais simples e esclarecedora define a Organização Mundial de Turismo em 1963:

[...] tempo fora do domicílio superior a 24 horas e no máximo 90 dias para haver pernoites e registros, ausência de lucro, por isso devem ser viagens sem interesse econômico ou sem execução de trabalho remunerado no lugar visitado; e que as relações decorrentes das viagens tais como resolver negócios, tenham previsão de retorno e sejam sem propósito de migração definitiva. (OMT, 2002, p.18)

Estas características geram necessidades de organização de produtos turísticos que contenham uma base cultural ecologicamente correta, onde através de uma estrutura atenda e proporcione hospitalidade, acomodações, boa culinária e informações qualificadas, além de segurança aos indivíduos visitantes.

Para De Masi (1999, p.12), tendo em vista que um número sempre maior de pessoas irá usufruir dos bens e serviços sem envolver-se em sua produção, serão

necessárias novas maneiras de bem-estar (*welfare*), para suprir às necessidades daqueles que não trabalham, e novas formas de gratificação, para atender às necessidades daqueles que trabalham.

1.5 Ações específicas na área do Turismo no Rio Grande do Sul - Fórum Regional de Turismo

O governo do Estado do Rio Grande do Sul (POA, 09/11/2004), através da Secretaria da Coordenação e Planejamento, do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano e do Departamento de Planejamento Estratégico, em plenária regional de diretrizes, definiu o perfil de cada região do estado. Nesta pesquisa, será dado destaque à região central do Estado.

O governo elaborou o plano plurianual de investimentos/RS para os anos de 2004 a 2007, destacando a região da Quarta Colônia e o turismo dentre as prioridades setoriais em análise.

Foram encontradas dificuldades para a transformação desses elementos potenciais em produtos turísticos, decorrentes da: ausência de políticas que promovam o desenvolvimento local e regional de forma integrada, buscando a construção de alternativas sociais e econômicas a partir do reconhecimento e valorização das potencialidades materiais e imateriais da natureza e da cultura local e regional; falta de visão sobre o turismo, principalmente em comunidades de produção primária, como um processo qualificador das condições de vida do homem rural e de valorização e preservação das suas referências culturais assim como de conservação do patrimônio natural; carência de políticas culturais e de inventários técnicos para a valorização do patrimônio natural e cultural, base para o planejamento turístico; falta de inventário e diagnóstico turístico (local e regional); ausência de linhas de financiamento para o material de divulgação dos elementos culturais e turísticos regionais; falta de apoio para a conservação de elementos da cultura material e imaterial de interesse turístico no meio rural e urbano; ausência de programas permanentes de capacitação e qualificação de agentes para atuar na

atividade turística e a ampliação dos programas de Educação Patrimonial e Ambiental como vinha sendo desenvolvido na Quarta Colônia.

Assim, o governo do estado propõe diretrizes a serem tomadas, tais como: a busca de investimentos públicos na área do turismo melhorando as rodovias de acesso aos produtos turísticos; sensibilização das comunidades para valorizar seu potencial turístico e transformá-los em produtos; incentivo à capacitação e qualificação dos recursos humanos do setor; realização do inventário técnico dos potenciais turísticos da região; planejamento do turismo na região; disponibilização de recursos para o financiamento de atividades turísticas; e continuação às obras de asfaltamento da RS 384, ligando a BR 158 à RST 287, à RS 377, à RS 392 e ligações municipais; e por fim o incentivo ao desenvolvimento e à qualificação do artesanato.

Essas diretrizes são justificadas na medida em que se articulam a programas de Turismo Rural, buscando a viabilidade da pequena propriedade através de formas associadas para o fortalecimento do desenvolvimento regional. Estudos apontam que “O turismo rural tem possibilidades de tornar-se na principal atividade responsável pela reversão do processo acelerado de esvaziamento e inviabilização da atividade econômica familiar no meio rural” (RIEDL, 2002, p.7).

Neste processo, é papel do Estado, por meio da destinação de recursos, prover a região da infra-estrutura necessária.

1.6 O Papel do Fórum Estadual do Rio Grande do Sul na Gestão Descentralizada do Plano Nacional de Turismo

O Fórum Estadual do Rio Grande do Sul na Gestão Descentralizada do Plano Nacional de Turismo tem papel de suma relevância, na medida em que o Turismo é uma atividade estruturada sobre uma base de planejamento sistêmico com visão de longo prazo e envolve as mais diversas dimensões: econômica, social, física, política, cultural e ambiental. As finalidades do turismo são sociais, patrimoniais, econômicas, territoriais e culturais.

Sendo que o produto turismo possui algumas características, ou especificidades, tais como: intangibilidade, que só pode ser observado e testado no momento de seu consumo; produção no mesmo local em que é consumido; não armazenamento, que é um espaço não ocupado e não pode ser aproveitado posteriormente.

Assim, a atividade turística requer que a área (municípios/regiões), possua recursos naturais e culturais estruturados e organizados, além de equipamentos e serviços, capazes de atrair não residentes, isto é, excursionistas e turistas e que este conjunto seja posto num sistema ou numa rede de comercialização e distribuição de viagens. Ou seja, “ganha mais quem cuidar mais do seu município”.

De acordo com o Fórum, o turismo é uma competência pública e privada ao mesmo tempo. Ao setor público, compete o planejamento, estruturação, fomento e promoção dos destinos turísticos; ao setor privado, o planejamento, implementação, gestão e comercialização dos produtos turísticos.

Da mesma forma, o produto turismo tem como vetores a redução da desigualdade social, distribuição de renda, a criação de postos de trabalho e o equilíbrio da balança de pagamentos. Tem como pressupostos a ética e a sustentabilidade (social, ambiental, econômica, cultural e política).

É sabido que o turismo está organizado no Brasil a partir do Ministério do Turismo e do Conselho Nacional de Turismo, que operacionaliza em seus órgãos (Secretaria de Programa de Desenvolvimento de Turismo, Secretaria de Política de Turismo e Embratur), em conjunto com os organismos estaduais e as Câmaras Temáticas, toda a política de turismo brasileira. Seus macroprogramas incluem a gestão e relações internacionais, fomento, infra-estrutura, estruturação e diversificação da oferta turística, qualidade do produto, promoção e apoio à comercialização e informações turísticas. Suas metas são ambiciosas, pois envolvem a criação de 1.200.000 novos empregos e ocupações, o crescimento do número de turistas no Brasil, o aumento do turismo interno e a ampliação da qualidade do produto turístico.

No contraponto entre a política estadual e a política nacional de turismo, cabe ao estado a promoção do turismo em conjunto com os municípios e também o desenvolvimento de políticas integradas com os países do Mercosul. A missão do planejamento estratégico gaúcho é gerar emprego e renda, desenvolver produtos turísticos em regiões menos desenvolvidas, qualificar a mão-de-obra em regiões com produtos turísticos incipientes, oferecer logística e meios para divulgação e venda de produtos turísticos já qualificados, investindo em captação de recursos, infra-estrutura, qualificação e *marketing*.

De outra maneira, o Plano Nacional de Turismo tem como objetivos gerais desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais; estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional; e como objetivos específicos, dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional e aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

O plano de ação do Estado envolve Fórum Estadual de Turismo (Ação do Governo Federal), através da criação, instalação e acompanhamento das Câmaras Temáticas. monitoramento e avaliação do desempenho do Conselho Estadual; o Conselho Estadual de Turismo; a Bolsa de Negócios, ou seja, construir um orçamento compartilhado do turismo com outras áreas do governo e iniciativa privada, ONG's e financiamento internacional; as pesquisas (de percepção, do perfil do cliente e da demanda – realizada pela Cadeia Produtiva do Turismo), com o objetivo de disseminar os estudos e pesquisas sobre o turismo que subsidiem as ações, tanto da área pública quanto privada.

O plano também envolve apoio ao PRODETUR SUL, recomenda o conhecimento da experiência do PRODETUR/NE; Convênios com Governo Federal, para capacitação de técnicos na secretaria para gerenciar os mesmos; a utilização do Sistema Financeiro do Estado (Agência de Fomento, Banco Regional para o

Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), para a adequação das linhas de crédito e financiamento à realidade de cada segmento, atendendo principalmente à pequena e média empresa; a utilização do sistema financeiro federal (Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES), também com o objetivo de adequar linhas de crédito e financiamento à realidade específica de cada segmento, como o anterior, priorizando à pequena e média empresa.

Outras ações do Plano são a Empresa Aérea Regional, que criará estímulos à acessibilidade aérea e melhorar a qualidade do produto para o turista; a informatização dos postos de informações turísticas; a implementação, em regiões turísticas, de centros de informações para divulgar o turismo local e regional; o Portal de Turismo Receptivo, que irá se integrar ao Portal Mtur; a sinalização de roteiros prioritários, cujo objetivo é padronizar a sinalização turística e apoiar a implementação de projetos de sinalização nos roteiros turísticos selecionados; os Centros de Eventos e Feiras (incentivos à criação e modernização); que visam adequar a gestão e ação dos segmentos e feira do Mtur entre outros.

Alguns aspectos considerados importantes no plano são: a oferta de equipamentos tecnologicamente atualizados para melhorar pontos turísticos estruturadores de atividades (centro de convenções, praças, parques, entre outros; o investimento no setor receptivo (preparo da cadeia receptiva), na qualificação e certificação de trabalhadores ligados, diretos ou indiretamente ao turismo, bem como a sensibilização da comunidade; a preocupação com a segurança do turista, implantar a facilidade de acesso; o setor de informações turísticas, com a realização e disseminação de estudos e pesquisas para a formatação de um banco de dados que subsidiem ações, tanto públicas quanto privadas, bem como o inventário da oferta turística, disseminação e disponibilização de dados; o cadastro (da oferta, conforme convênio com a União), adotando a metodologia do Mtur para inventariar a oferta turística, segmentação, avaliação e hierarquização de informações de interesse turístico.

O Plano de ação gaúcho prevê ainda uma Campanha Nacional de *Merchandising*, com a divulgação de produtos – mediante mídia, multimídia, e outros

– com base em estudos e projetos que apontem viabilidade e potencial do produto e a identificação da ação mercadológica mais apropriada para agregar valor ao turismo; de focar mercados, com ações com mídias segmentadas (gastronomia, aventura), agregando diferencial e valor ao produto; a organização de eventos para fortalecer a integração dos estados da região sul, integrar a política do Mtur e da EMBRATUR e articular programas públicos, privados e Organizações Não Governamentais - ONG's visando *marketing* integrado; a promoção no Salão Gaúcho de Turismo, enfim, desenvolvendo, qualificando e promovendo os produtos novos e os já existentes.

O Plano Nacional de Turismo pressupõe uma regionalização das atividades, criando 219 zonas e roteiros em 3213 municípios. No Rio Grande do Sul estão previstas as seguintes zonas: Zona Central, Zonas Hidrominerais, Zona do Pampa, Zona do Sul, Zona da Serra, Porto Alegre e Metropolitana, Zona das Missões, Zona Litoral Norte e Zona dos Vales.

1.7 Estratégias de Gestão do Programa de Regionalização do Turismo

Como se verificou o turismo é, por essência, uma atividade plural, transversal e coletiva, apolítica e apartidária, que avança e gera resultados, se garantidas as gestões pública e privada, ultrapassando os mandatos dos governos políticos.

Mesmo porque segundo pesquisadores, os países em desenvolvimento devem adaptar, a curto prazo, suas políticas públicas de turismo às recomendações do comércio exterior se quiserem oferecer destinações e produtos turísticos em condições paritárias e competitivas.

O êxito dos objetivos propostos no Programa de Regionalização do Turismo (2004), assim como a co-responsabilidade pela tomada de decisões ao longo de sua concepção, planejamento, implementação, monitoria e avaliação está estreitamente vinculada ao estabelecimento de uma gestão coordenada e compartilhada das ações.

A estruturação do Programa como uma unidade de comando nacional visa a favorecer a interlocução política e institucional dos envolvidos e apóia-se em instrumentos metodológicos, como meios para garantir a eficiência da coordenação das ações descentralizadas.

Sendo assim, a descentralização promove o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas, tendo como estratégia a constituição de redes de parcerias e cooperação em todos os níveis de atuação. Com isso garante a troca permanente de informações nos processos de planejamento e tomada de decisão.

Em âmbito nacional, o Programa é coordenado pelo Ministério do Turismo, com apoio do Conselho Nacional de Turismo, por meio da Câmara Temática de Regionalização. O Ministério também estabelece canais de interlocução com as Unidades Federadas por meio dos Órgãos Oficiais de Turismo das UFs, apoiados pelos Fóruns Estaduais de Turismo e pelas Câmaras Temáticas de Regionalização Estaduais - que fazem parte dos Fóruns - onde estas já tenham sido criadas. Os Órgãos Oficiais de Turismo das UFs, por sua vez, relacionam-se com as regiões turísticas através das Instâncias de Governança Regionais, instaladas ou em fase de instalação e com os Municípios, mediante os Órgãos Municipais de Turismo e seus colegiados locais, que, em alguns casos, são os já criados Conselhos Municipais de Turismo. (conforme figura a seguir).

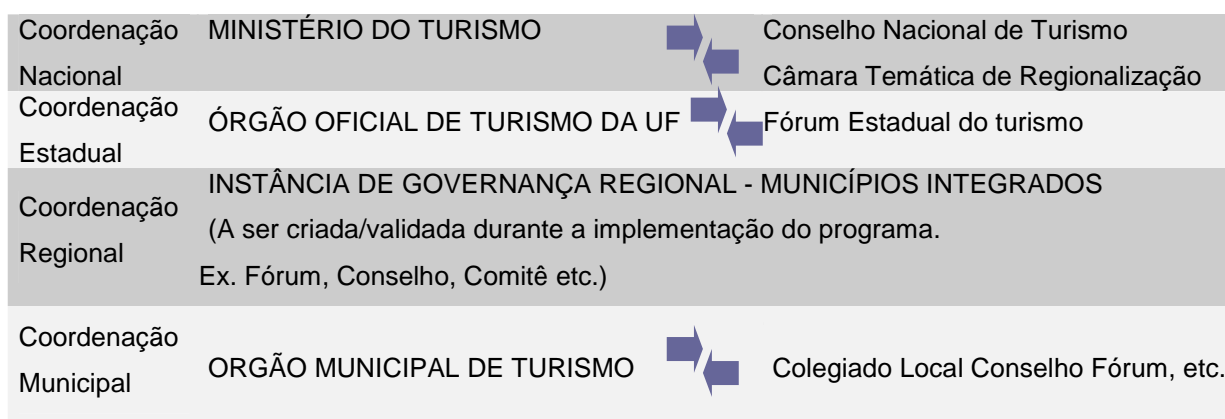


Figura 02 - Instâncias de Governança Regionais

Fonte: Adaptação da autora a partir do Portal Brasileiro de Turismo, 2007.

<http://www.mt.gov.br/portalturismo>

As atribuições da Coordenação Nacional do Programa de Regionalização do Turismo são: definir diretrizes estratégicas; planejar e coordenar as ações, em âmbito nacional; articular, negociar e estabelecer parcerias com as diversas esferas de governo, iniciativa privada e organismos não-governamentais nacionais e internacionais e a formação de parcerias, envolvendo os setores público e privado, a sociedade civil e o terceiro setor.

Entende-se por parceria o processo pelo qual dois ou mais atores trabalham em sinergia para alcançar objetivos comuns, que muitas vezes não poderiam atingir a esperada eficácia se contassem apenas com seus próprios meios, recursos e conhecimentos. Os parceiros têm um papel importante em todo o processo, podendo contribuir efetivamente na conquista dos resultados esperados.

Entre os parceiros inseridos na operacionalização do Programa destacam-se o Sistema "S" (SESC,SEBRAE,SENAC,SINE) as ONGs; instituições financeiras; dirigentes de classe; representantes da sociedade civil organizada; órgãos públicos das instâncias federal, estadual e municipal; associações locais e cooperativas; órgãos multilaterais e instituições públicas e privadas de ensino técnico e superior especialmente da área de turismo.

Falar em uma política de turismo significa falar não só de uma política de atrativos que na maioria das vezes acabam por se constituir produtos isolados, mas também numa política de reordenação do território, que abranja os espaços e equipamentos de hospedagem, incluindo as residências e seus entornos, e, finalmente, numa política de formação de quadros profissionais, para trabalharem de forma eficiente e atualizada.

Como sugere o pesquisador Boullón (1995, p139), as políticas de turismo devem atuar como paliativo para diminuir de alguma forma as pressões e tensões que assolam a maioria de ricos e pobres. Porém para que isto ocorra são necessárias ações enérgicas capazes de vencer o imobilismo aparente das estruturas atuais. Gestores adotando um comportamento inovador e responsável para que tenham êxito em suas ações em prol do desenvolvimento da atividade turística em sua região.

No caso do turismo, o principal papel para o seu desenvolvimento cabe à iniciativa privada. O Estado deve propor políticas de controle de preços, de controle da qualidade de serviços, de impostos, de créditos e de fomento, pois sem organização e coordenação das ações de cada entidade responsável pela atividade turística, é difícil que uma região venha tornar-se um pólo turístico de sucesso.

Agentes políticos estaduais e municipais em conjunto com a Diretoria de Planejamento e Avaliação do Turismo elaboraram um quadro (figura 03), exposto durante o Fórum Estadual na Gestão Descentralizada do PNT que reflete a importância da integração e finalidades da atividade turística.



Figura 03 - Ações inter-relacionadas e atividades turísticas

Fonte: adaptado CD Palestra: O Papel do Fórum Estadual na Gestão Descentralizada do PNT Reunião do Fórum Estadual do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

Observa-se através da figura que as ações referentes às atividades turísticas estão inter-relacionadas, sendo impossível analisar a atividade isoladamente.

Geralmente, atividades econômicas dinamizam áreas de condições de atração locacional com infra-estrutura, recursos humanos qualificados, qualidade de vida da população, com adequação de empreendimentos modernos, gerando maiores lucros. O estímulo à adoção de novas posturas favoráveis ao desenvolvimento das atividades produtivas faz com que se alterem paisagens, culturas, modos de vida, estruturas, relações sociais em várias localidades, áreas excluídas tendem a permanecer à margem dos fluxos econômicos principais.

Entretanto, hoje, estas áreas, requerem o esforço de talentos capazes de desenvolver estas regiões através de projetos específicos, elaborados com base em contatos diretos com a população, empresas e entidades públicas. Presume-se

quanto à eleição de ferramentas para tais empreitadas: - As Organizações Não Governamentais (ONGs) e às Parcerias Público Privadas (PPP) . A agilidade que a legislação brasileira deu as ONGs colocou-as em papel de destaque no desenvolvimento regional, possibilitando que exerçam tanto o gerenciamento como a gestão destes projetos e, mais ainda, fiscalizador destes planos, metas e figuras econômicas. Também contam com a vantagem de poder receber fundos de qualquer origem, seja ela pública, de empresas privadas e da pessoa do cidadão; Quanto às PPPs, ainda que sua regulamentação não seja tão clara como os entes privados desejariam, especialmente no que tange à avaliação dos valores de cada parte societária, da parcela pública e o da privada, pode chegar a sub-valorização do bem público. Todavia, se administradas com absoluta transparência desde o embrião das negociações entre o público e o privado certamente será uma ferramenta muito importante para a atração de investimentos e conseqüente capital social. Portanto, quanto mais clara for a regulamentação das PPPs, mais aumentará o número de regiões beneficiadas.

Posto que o Capital Social é de grande relevância para o desenvolvimento regional e, que este tem características cumulativas capazes de alterar o curso de projetos de desenvolvimento, pois segundo RIEDL e VOGT, “O capital social é uma forma de capital que exige investimentos para que seu estoque seja aumentado. Se ele pode ser acumulado, o reverso da moeda também deve ser encarado como sendo verdadeiro”. (RIEDL e VOGT 2003, p.2005).

Para Boisier (2002, p.56), o processo de desenvolvimento endógeno está diretamente dependente da auto confiança coletiva e da capacidade para “inventar” recursos, mobilizar os já existentes e atuar de forma cooperativa e solidária no próprio território, gerando uma pró alimentação de compensação (cf. figura 04)



Figura 04 – Um estrutura conceitual para o desenvolvimento

Fonte: BOISIER, Sergio. Capital Sinérgico, Desenvolvimento Territorial Endógeno Desenvolvimento local-regional, vol 2 p.56, 2002

Para tanto, segundo Boisier (2002, p.56), a capacidade e a criatividade de organização coletiva das populações pode explorar brechas para a inclusão social e econômica, reencontrar então nichos de inserção sustentada nos mercados.

O desenvolvimento endógeno reside na oportunidade de que se articulem iniciativas de cunho territorial, visando ampliar os níveis de coesão e integração das estruturas sócioeconômicas espacialmente distribuídas. Então assim, será possível reduzir as desigualdades e exploração de potenciais de desenvolvimento das regiões. É neste contexto que se destaca a mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul.

Quando questionados a respeito das Políticas da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e sobre as políticas referentes ao Ministério de Turismo, Embratur, Programa de Regionalização do Turismo, Fundo Geral do Turismo as respostas foram: *A maioria dos gestores dos municípios pertencentes à Quarta Colônia, pouco conhecem sobre estas políticas.*

Fato inegável, comprovado pelo Ministério do Turismo, é que existem recursos de diferentes fundos destinados ao turismo que não são dirigidos aos municípios pela “simples” falta de planos, políticas e projetos. Eles deveriam ser,

senão apresentados, pelo mínimo, orientados por equipes destes municípios, que afinal representam a grande maioria dos indivíduos. Faz-se imperioso exigir mais atividade especializada nas secretarias municipais de turismo.

É possível conceber que as regiões mais pobres, no caso a Mesorregião⁵ da Metade Sul do Rio Grande do Sul (Figura 5), abrangendo um número considerável de 99 municípios, dos quais necessitam urgentemente alternativas de desenvolvimento, venham alcançar a prosperidade e estabilidade econômica que necessitam para assegurar meios de vida seguros e condições de vida dignas para suas populações, assim como o fortalecimento da competência e responsabilidade das lideranças municipais.

Baseado no modelo da “acumulação flexível” Harvey (1992) que corresponde um estado mínimo, que necessita retirar seus tentáculos do setor produtivo para abrir novas demandas ao setor privado e mesmo encolher sua atuação em áreas sociais.

Nesse contexto, flexibilização passou a ser prioridade aos governos que necessitariam reduzir gastos e aprimorarem modelos de gestão, repassando atividades que eram consideradas atribuições do Estado (ofertadas de forma sistêmica, ancoradas no princípio da igualdade) para a responsabilidade social da comunidade, a partir de iniciativas voluntárias individuais, comunitárias ou empresariais, que conseguem manter a oferta daquelas atividades por um montante menor de recurso financeiro.

⁵ Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1989, p.02)

Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul

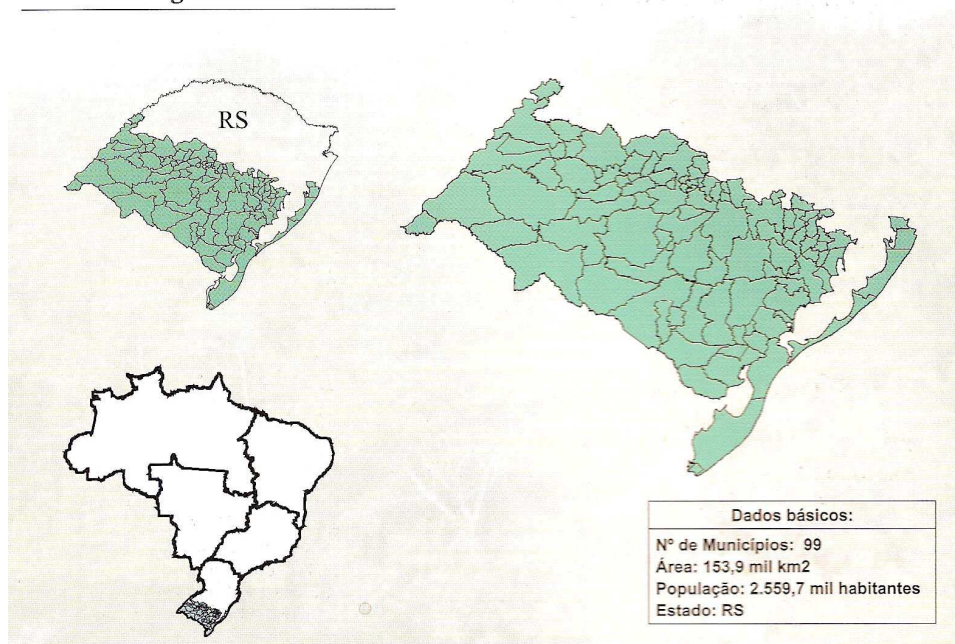


Figura 05 - Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul

Fonte: Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Programas Regionais Integrados, 2000

O mapa acima (figura 05) demonstra claramente a região menos favorecida do estado do Rio Grande do Sul, no que tange ao desenvolvimento de indústrias e de investimentos, caracteriza-se por ser uma zona de fronteira com outros países da América do Sul por apresentar grande vastidão de campos é conhecida como a campanha gaúcha, onde a principal atividade é a pecuária extensiva.

Por fim, este capítulo delineou algumas fundamentações e reflexões teóricas sobre o turismo no Brasil e no Rio Grande do Sul e neste último destacando o Fórum Regional do Turismo à partir do ano 2004. Além disso, não devem ser esquecidas as vantagens inerentes que têm ou podem ter as regiões quando se combinam planejamento da atividade turística com condições de vida de alta qualidade e geração de emprego e renda.

No próximo capítulo serão abordados temas específicos referentes ao planejamento turístico no contexto do desenvolvimento regional.

2 PLANEJAMENTO TURÍSTICO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 - Planejamento e Gestão: Uma Questão Emergente

O estudo estratégico é fundamental nas atividades turísticas, pois planejar é requisito obrigatório. Na região em estudo constataram-se ações absurdas referentes ao turismo; como sinalização turística de hospitais e bancos como atrativos, apesar de elaboradas por agentes credenciados. O sucesso da atividade está na concentração dos elementos relevantes para o trabalho: determinação de objetivos; inventário de todos os recursos turísticos naturais e culturais do município ou região, com destaque para seus respectivos diferenciais; análise e síntese da situação encontrada; formulação da política e do plano de turismo e também de recomendações de viabilidade; implementação e controle de gestão do processo total.

Segundo Molina e Rodrigues (1997, p.10):

[...] O turismo é resultado de uma cultura universal, mas também transcende as culturas locais nas quais se manifesta. Esta dualidade estrutural do turismo é fundamental para qualquer planejamento que pretenda promover um autêntico processo de desenvolvimento, seja da própria atividade, das empresas ou das comunidades locais que se relacionam de maneira direta ou indireta com a atividade.

Portanto, planejar significa encontrar por meio de estudos, a maneira pela qual se possa atingir objetivos de forma clara e segura, não há um tempo determinado, pois é uma atividade a longo prazo. Esta prática deve fazer parte de toda a gestão municipal. Planejar com o objetivo de definir decisões que articulem as políticas turísticas dos municípios, estabelecendo diretrizes, orientando para o desenvolvimento também do turismo. O acompanhamento das ações orienta os investidores, evitando desvios de objetivos e otimizando os mesmos. O planejamento deve equilibrar o crescimento da oferta em relação à procura, acompanhando as necessidades dos visitantes.

A Quarta Colônia necessita muito de estratégias mais responsáveis, por parte dos gestores em relação à atividade turística. Fato este que pôde ser observado no

depoimento dos entrevistados em relação aos projetos que estão em andamento na área de turismo, onde entre outras, obteve-se a seguinte resposta:

[...] Bá! Olha só! Temos vários projetos em andamento, tudo começou com o projeto integrado da quarta colônia, projeto feito pelo SEBRAE e pelo CONDESUS. Faz tempo que o SEBRAE, vem desenvolvendo projeto aqui na região. Eles dão cursos de capacitação, ensinam as pessoas a fazerem o artesanato. Orientam como melhorar a qualidade dos produtos que vão ser comercializados nas cantinas, aqueles produtos coloniais. Ah! Até foi criado logomarca “Quarta Colônia”, que identifica os produtos da nossa região. O ano passado levamos nossos produtos para o Salão de Turismo em Porto Alegre. Outra coisa importante foi a sinalização turística. Sempre quando as pessoas vinham aqui se queixavam que não tinha nenhuma indicação, de onde ir e como ir. Acho que agora ficou melhor, mas o SEBRAE deveria escutar mais o colono. Teve também o curso de Educação Patrimonial se não me engano foi lá por 1994. Tem também o incentivo às agroindústrias, estão ensinando o pessoal, aqueles agricultores que já tem uma experiência em fazer, vinho, salame. Comida típica italiana, mesmo. As donas de casa que fazem bolos, cucas, ensinam a armazenar em compotas. Tu viu? Agora tem toda a Rota Paleontológica. Foi colocado as placas de sinalização turística. Ah! Não posso me esquecer da construção da casa de comercialização de produtos turísticos. Bom tu sabe onde fica, né? Aquele lugar chama localidade de Santuário, junto a RST 287, Tu já teve lá?... É mais ou menos isso que eu me lembro agora.

As entidades responsáveis pela atividade turística foram unânimes nas respostas, concordam a grande maioria que há projetos e que o turismo constitui-se numa perspectiva de crescimento da Quarta Colônia, onde o grau de integração dos municípios para o desenvolvimento das atividades é considerado muito forte. Os entrevistados acreditam na solidificação de parcerias entre as entidades representativas. Entretanto, observa-se que o nível de comprometimento das comunidades e o desenvolvimento turístico é incipiente, existe pouca participação ativa restringindo a um atendimento meramente comercial e eventual, com notória falta de interação dos órgãos como SEBRAE e algumas secretarias municipais, fatos estes que não favorecem a uma vantagem competitiva para a região, uma vez que a assistência tecnológica (extensão) resume-se a reuniões nas quais a presença dos assistidos cada vez se reduz mais. Sendo assim, mesmo o destino mais atrativo não terá qualquer resultado a menos que a região possa negociar acordos que possibilitarão a empreendedores, bancos, transportes, funcionários relacionados com a atividade, prestarem serviços continuados de assistência técnica, que trarão os turistas para à região.

Constatou-se que as políticas públicas, a ação municipal e órgãos relativos

em termos de planejamento estratégico, necessitam ser mais diretos e objetivos, já que interessa ao poder local manter a integridade dos espaços e garantir a qualidade mínima dos serviços ao contribuinte. Contudo, muitas vezes, projetos incompletos, amadorismo, desatenção administrativa, desperdício de verbas, posturas incorretas colaboram para a baixa qualidade dos atrativos turísticos e, muitas vezes, para a sua derrocada parcial, demandando uma resignificação ou até mesmo destruição total.

Além disso, verificou-se da necessidade de planejamento do destino em nível local e regional elaborado para a região abrange instalações adequadas, atrativos, infra-estrutura e mão-de-obra suficientes para atrair visitantes.

Conforme se afirmou na introdução desta pesquisa, o objetivo geral consiste em investigar se há projetos públicos municipais e regionais com vistas ao planejamento integrado na área do turismo da Quarta Colônia, como a promoção de ações como a implementação da Rota Paleontológica, sinalização turística, elaboração de roteiros integrados, capacitação dos atores envolvidos e educação patrimonial. A partir daí se formou as questões a agentes e atores entrevistados:

Perguntou-se a estes sobre a maneira como percebem as iniciativas tanto propostas como em fase de implantação levadas a cabo pelos órgãos públicos e privados e a comunidade?

As respostas, em sua grande maioria, relatam uma séria incompreensão sobre como estas mudanças; sobre sinalizações e até mesmo a rota paleontológica poderiam trazer-lhes benefícios diretos. Cabe observar que alguns deles foram muito diretos ao responder, mesmo depois de explicar em detalhes a pergunta acima:

[...] e o que nós, a comunidade vai ganhar com isto? Parecem mais benefícios para alguns poucos privilegiados...

Em seguida, perguntou-se como a legislação prevê o planejamento na área do turismo com vistas ao compartilhamento e complementaridade das atividades desenvolvidas. De que forma?

Invariavelmente esta pergunta foi respondida com outras perguntas como:

[...] Como vão planejar alguma coisa se a maioria das belezas naturais se encontra dentro de propriedades privadas?

Ou ainda:

[...] Deveriam usar o dinheiro de impostos para tapar buracos nas estradas, ou melhorar os serviços de saúde e não gastar em placas de sinalização. Para quê sinalizar buracos?

Então quando e perguntou: De que forma poderia estar acontecendo esta complementaridade e compartilhamento da Rota Paleontológica, a sinalização turística, os roteiros integrados, a capacitação dos atores envolvidos e educação patrimonial, de modo a desenvolver o turismo integrado na Quarta Colônia? As respostas foram mais surpreendentes ainda:

[...] Essa coisa toda é pura desculpa para gastar dinheiro dos impostos, endividarem o município e encher de turistas tão pobres quanto nós. Podemos vender salames e queijos da Colônia sem ter tantos estranhos por aqui.

De outro membro da comunidade ouvimos:

[...] Só vai servir para trazer criminosos das cidades maiores. Aqui não tem bandido, mas com o turismo, certamente muitos virão.

Um pequeno grupo chegou afirmar que:

[...] Nós nunca ouvimos falar destes projetos de odontológico (entenda-se paleontológico). Dizem que no Faxinal tem gente descobrindo uns osso de bicho pelo arrozal afora. Eu não sei qual é o truque de fazer dinheiro de osso velho. Até tão gastando dinheiro da Prefeitura prá comprá terra de gente que não precisa vender. Isso não me cheira bem.

Em outra visão, posto que o estudo estratégico do turismo constitua mecanismo que permite efetivar uma ação coerente no seu verdadeiro sentido. Permitindo que, através da racionalidade de uma ação planejada tenha-se um comportamento coerente com o desenvolvimento de ações centralizadas e coordenadas. Sendo possível assim a tomada de decisões de forma unificada, seguindo determinada ordem e com ponderação proporcional às atividades,

tornando os esforços convergentes de acordo com os objetivos que se pretende obter, além da óbvia vantagem sinérgica.

Segundo Itaqui (2002, p. 30),

[...] a carência de publicações científicas que estudem de forma específica à região, e a ignorância sobre a Quarta Colônia são um dos resultados conseqüentes do descaso político, fundamentado pela ausência de programas regionais de desenvolvimento nos quais a pesquisa deveria estar caminhando na frente, ou estando sempre presente. E, quando são desenvolvidas, ficam fechadas em quatro paredes dos laboratórios, nas gavetas, reduzidas ao pragmatismo da burocracia que abafa a produção científica.

É desta união pesquisa e planejamento em turismo que haverá condições de responder a dinâmica das necessidades turísticas, com a participação e engajamento em projetos que permitam a comunidade receptiva conhecer e desenvolver seu potencial natural e cultural como produto turístico.

A planificação é uma ferramenta de orientação no comportamento de profissionais que atuam na área de turismo. Principalmente onde existe a necessidade de previsões, de fixar metas ou de uma coordenação maior, significando uma importante garantia dos investimentos. Não bastam ações pontuais, como a criação de roteiros, ou a simples sinalização turística, palestras de conscientização. É fundamental que as ações representem uma integração com todos os agentes e os atores da sociedade. Entre outras respostas, entrevistados opinaram sobre quais são os atores envolvidos no processo de planejamento da atividade turística e afirmaram:

[...] Ah! Aqui quem atua é a parceria que nós temos com o SEBRAE, ele promove cursos de capacitação e treinamento. Orientando para uma direção, para que os agricultores disponham de autonomia e competências e ajuda os agentes do setor privado, aqueles que lidam com a alimentação e com os hotéis e (gastronomia, hotelaria) e a população local. Olha! Os incentivos vão desde a fase de definição do projeto até o acompanhamento, onde há uma intervenção de parceria baseada na colaboração. Ele cria condições para uma operação de somatório, em que cada agricultor tenha mais um valor agregado, tanto na zona rural como na cidade. Claro, tem também a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, que participa de forma sempre presente em vários projetos. Não me lembro de todos, mas eles tem o projeto de extensão que são implantados aqui na Quarta Colônia. Me parece que a Unifra, também tem um pessoal trabalhando aqui, as alunas estão fazendo um inventário de todos os pontos turísticos. vem também um pessoal de Santa Maria dar curso de monitores de trilhas, curso

de formação de guia de turismo.

Observa-se que CONDESUS em parceria com o SEBRAE vêm atuando nas diversas áreas de abrangência turística desde 1997. O Instituto de planejamento e desenvolvimento regional, criado com verbas do Ministério da Integração Nacional, permitiu atingir um conjunto de Instituições na Quarta Colônia e região central do estado, mobilizando recursos multidisciplinares da Universidade Federal de Santa Maria.

Todavia essas iniciativas não são refletidas nas ações dos gestores municipais, pois a planificação surge como uma intervenção intencional, como atividade capaz de permitir a utilização de normas de forma consciente, onde seus princípios passam a normas de execução, já que somente com sua aplicação é possível o desenvolvimento da criação de projetos que levem aos resultados almejados. Conforme a organização mundial do Turismo, a planificação de um destino geralmente deve incluir a análise das seguintes áreas: demanda e oferta turística, impactos, questões econômicas e financeiras e o plano de ação. (OMT, 2002, p.219)

Portanto, o planejamento passa a ser imprescindível e tem como objetivo representar o fim a que se deseja alcançar, o qual inclui a formação social com o objetivo estabelecido em função dos interesses da comunidade em geral.

Atualmente, segundo Pearce (1989, p. 11), o planejamento turístico sofreu adaptações e expansões, passando a ter preocupações ambientais e sócio-culturais e a necessidade de promover o desenvolvimento econômico em nível local, regional e nacional.

E para Swarbrooke (2000, p. 73), o turismo sustentável deveria levar em consideração três dimensões: o meio ambiente tanto natural como construído; a vida econômica de comunidades e empresas; os aspectos sociais do turismo, em termos de seus impactos sobre culturas locais e turistas; o modo como são tratados os que trabalham no turismo. Satisfazendo hoje as necessidades dos turistas, da atividade

turística e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de saciarem suas próprias carências. Para o autor a atividade “somente pode ser administrada com êxito se as inter-relações entre as três dimensões citadas forem completamente identificadas”.

Estes conceitos integram os elementos ambientais, sociais, e econômicos do sistema de turismo. O estudo estratégico deste deve estar sempre em contato com a população e elaborar com ela o plano de desenvolvimento local, isto fará com que haja distribuição dos benefícios econômicos que virão com o turismo, elevando o nível econômico da população e a qualidade de vida, tornando-os mais receptivos. O desenvolvimento integrado do turismo traz vantagens para os turistas, que conhecem os costumes da região, por meio de um contato mais pessoal, respeitando a cultura e a história da comunidade local. É importante que esta comunidade planeje a trajetória de como se tornar um pólo turístico, aprendendo a adaptar-se à sua evolução e influenciando sobre a mesma. Isto levaria com certeza à obtenção de resultados qualitativamente melhores, não apenas participando como mão-de-obra que trabalha para o funcionamento dos sistemas turísticos.

2.2 A dinâmica da metodologia para o desenvolvimento do turismo na Quarta Colônia

Para o desenvolvimento do turismo na Quarta Colônia, há que se estabelecer mecanismos de fiscalização e gestão racional do uso do território e dos recursos naturais. Desenvolvendo uma metodologia dinâmica que proporcione o uso planejado da ocupação territorial, da exploração dos recursos naturais, das potencialidades econômicas, de forma participativa, é o desafio na busca do desenvolvimento sustentável. Para isso é necessário planejar as ações. Neste contexto, três ações básicas são importantes, conforme Swarbrooke (2000).

- o zoneamento ecológico, que identifique as condições de uso dos municípios em questão;
- inventário, identificando os recursos naturais, da infra-estrutura básica e turística, da cultura, arte e folclore e das atividades potenciais do espaço;

- a discussão do uso do espaço e dos recursos com a sociedade, planejamento participativo. Estas ações representam as ferramentas para um planejamento que busca um desenvolvimento sustentável.

A partir destas ações, o estudo do turismo deve ser direcionado para o desenvolvimento sustentável, conceito essencial para alcançar metas de desenvolvimento sem esgotar os recursos naturais e culturais nem deteriorar o meio ambiente. Entende-se que a proteção deste e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis. Ansarah (2001, p. 30)

No entanto, para que haja um planejamento turístico integrado e sustentável, é necessário um monitoramento participativo, estudo do impacto de visitação e de capacidade de carga turística nos principais pontos de atração, visando à sustentabilidade em relação ao meio ambiente, à cultura local e aos impactos socioeconômicos. Isto ocorre através de uma análise da realidade, no caso a Quarta Colônia, estabelecendo meios que irão permitir transformá-la de acordo com o interesse das comunidades e suas aspirações. Mesmo porque, impactos econômicos socioculturais e ambientais indesejáveis são inerentes ao turismo, necessitando técnicos e pesquisadores na busca de alternativas para planejamento e gestão que possam minimizá-los, preveni-los ou mesmo resolvê-los. Maximizar os aspectos positivos do turismo é o grande desafio para aqueles que desejam a sustentabilidade integral das áreas receptoras. Para que isto aconteça, o planejamento será uma ferramenta essencial na obtenção de mudanças por meio de negociação, pois irá ajudar na transformação de maneira positiva com base nos interesses próprios da comunidade e da região.

Entretanto, como afirma Ruschmann (2001, p. 73):

[...] Prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo necessitam de concentração de esforços em um desenvolvimento sustentável, não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos. Assim, o turismo de qualidade pode tornar-se economicamente viável, desde que associado à proteção dos espaços naturais e à excelência dos serviços e equipamentos oferecidos aos clientes.

Atualmente na Quarta Colônia, para garantir a integração deve-se refletir a vontade da população local em seu efetivo envolvimento e participação nas

atividades de planejamento e desenvolvimento econômico, turístico e social e sua relação com o ambiente, que resultará em um convívio equilibrado e sustentável.

Conforme Beni (2000), o desenvolvimento sustentável não é um objetivo que seja possível atingir em curto prazo, porém um passo importantíssimo num tremendo esforço de longo prazo para salvaguardar o ambiente e a qualidade de vida na comunidade regional.

2.3 Os principais tipos de turismo na região da Quarta Colônia - RS

A Quarta Colônia atende a uma demanda diversificada de turistas, mas o perfil da região já aponta algumas características específicas, que são priorizadas em termos de públicos turísticos:

* O Turismo de lazer é praticado por pessoas que viajam por prazer sem muitas pretensões, consolidando uma nova prática de excursionismo com permanência média de até três horas entre a origem do deslocamento até equipamentos receptivos e estabelecimentos comerciais, beneficiando produtos exóticos e unindo pequenos grupos homogêneos e com afinidades específicas.

* O Turismo de Incentivos para Hoeller (2001, p. 47), refere-se ao setor de eventos que é um dos que mais tem crescido no Brasil nos últimos anos. Com a estabilidade da moeda, o desenvolvimento da indústria nacional, a abertura de mercado e a posição estratégica no Mercosul, empresas e instituições, associações de praticamente todos os setores reúnem-se para apresentar seus produtos, resultados de pesquisas e estudos em eventos especializados.

* O Turismo de eventos praticado por quem deseja participar de acontecimentos promovidos com o objetivo de discutir assuntos de interesses comuns. A tendência na região de estudo é que haja cada vez mais acontecimentos de pequeno porte, para pequenos públicos, como exposições, festas religiosas que utilizam da estrutura existente, embora ainda não exista um centro de eventos para os encontros.

Entretanto, em se tratando de eventos, conforme Ruschmann (1995b, p.29), é preciso que a autenticidade e a privacidade das populações visitadas sejam preservadas e não se transformem num “*show vulgarizado*”, destruídas pelo turismo.

* O Turismo desportivo e de aventuras, ocorre com maior participação de grupos organizados que podem realizar manifestações durante a realização das atividades programadas para esses segmentos turísticos, como por exemplo, maratonas urbanas e rurais, enduros, *motocross*, *bike cross*, hipismo, *off-road*, *rafting*, *bóia cross*, abertura de campeonatos de esportes radicais, levando-se em conta a sustentabilidade da área envolvida para tais práticas esportivas.

* O Turismo religioso, Andrade (1991, p.77) define como “o conjunto de atividades com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a lugares ou regiões que despertam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade nos fiéis de qualquer tipo ou em pessoas vinculadas à religião”, de grande expressão na região da Quarta Colônia devido à forte religiosidade da cultura italiana, e de seus descendentes. É praticado por pessoas interessadas em visitar locais sagrados, igrejas, capitéis, peregrinações e festas religiosas, trata-se de um movimento turístico de enorme potencial, merecendo a atenção dos órgãos públicos e da iniciativa privada.

* O Turismo social, praticado por pessoas de baixa e média renda, acontece geralmente em finais de semana, em locais que sofrem sazonalidade;

* O Turismo para *single*, uma segmentação em crescimento, Moraes (2001, p.159) afirma que existe uma demanda potencial pois várias empresas estão investindo em produtos ou serviços para pessoas que viajam sozinhas.

* Quanto aos atrativos culturais, a Quarta Colônia ainda preserva seu patrimônio histórico, com seus casarões da época colonial, acervos históricos e documentações expostas em diversos museus da região, Silberberg (1995, p. 361), define Turismo cultural como

[...] visitas de pessoas fora da comunidade receptora motivadas completamente ou em parte por interesses na oferta histórica, artística, científica ou no estilo de vida, tradições da comunidade, religião, grupo ou instituição.

Dessa definição depreende-se que boa porcentagem das visitas na região são praticadas por professores, técnicos, pesquisadores, arqueólogos, cientistas e estudantes em busca de novos conhecimentos e aspectos relacionados ao interesse cultural.

* O Ecoturismo praticado em florestas, montanhas, rios, cachoeiras, ou seja, nos espaços naturais com o objetivo específico de admirar, estudar, desfrutar das paisagens, sua fauna e flora ou reviver aspectos culturais, o que implica numa atitude científica ou filosófica de quem o pratica. A beleza natural das comunidades da Quarta Colônia constitui seu principal atrativo turístico, estudos apontam que as atrações naturais são capazes por si só de mobilizar fluxos migratórios.

* O Turismo gastronômico, após levantamento realizado pelos alunos do curso de turismo da Universidade Franciscana de Santa Maria constatou-se rica oferta de produtos alimentares, criando-se a rota gastronômica, evento que ocorre em muitas cidades da Quarta Colônia, aos quais são conhecidas e atraentes pelos produtos que oferecem à mesa. Azambuja (1999, p. 91) comenta

[...] Inúmeras cidades e regiões aproveitam-se de suas raízes, tradições e expressão cultural traduzidas na culinária, ofertando um produto diferenciado, muito além do simples souvenir. Esta possibilidade permite a criação de roteiros gastronômicos, o aproveitamento de recursos locais, a interação e aumento da percepção do turista em relação a uma localidade ou região.

A partir do comentário de Azambuja, a gastronomia propicia o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ramo da alimentação, produtos coloniais, à criação de restaurantes, bares, *hosterias*, gerando trabalho, renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades.

* O Turismo da melhor idade, atualmente às pessoas estão alcançando idades cada vez mais avançadas e buscando locais seguros, com belas paisagens e que não exigem muito esforço físico. Os promotores de turismo estão incluindo em

seus pacotes programas voltados exclusivamente para esse segmento de mercado. Inquestionavelmente, o turismo da terceira Idade constitui, tanto ao nível interno como internacional, um expressivo fator de desenvolvimento do tráfego turístico e das destinações de viagens.

* O Turismo rural, pode ser uma forma de desenvolver o espaço rural da Quarta Colônia, por que atualmente a terra encontra-se exaurida pela monocultura, e conforme dados do IBGE está ocorrendo um aumento gradativo do êxodo rural. Esta segmentação da atividade turística ocorre quando há uma valorização de ações de conservação e de criação dos recursos turísticos, com ofertas de alojamento e de atividades ao ar livre, estímulo à comunidade local e do seu modo de vida, dos seus costumes, dos seus valores em perfeita harmonia com a população urbana.

Conceitos similares sobre turismo rural são encontrados também em Ruschmann (2000); Zimmermann (2000); Lima (1999); Soldatelli (1999); Beni (1999) e Blós (1999)⁶.

* O Turismo de pesquisa é o segmento do turismo que trata de viagens e expedições para reconhecimento e/ou estudo, desenvolvido por instituições ou profissionais interessados em temas específicos.

* O Turismo de saúde, com oferta renovada do termalismo e com as estações balneárias apresentando atributos como: qualidade do ar, exercícios físicos, dietética é praticado por pessoas que necessitam realizar tratamentos de saúde e por isto procuram locais onde existam clínicas e serviços médicos especializados, como exemplo típico é o município de Faxinal do Soturno;

* O Turismo de pesca, praticado por pescadores amadores em períodos liberados para a prática da pesca. Atualmente, há vários projetos para o maior aproveitamento das margens dos rios, como forma de lazer e de atração de novos visitantes em alguns municípios da Quarta Colônia e por fim, turismo científico,

⁶ Os autores citados que abordam a questão do turismo rural constam da revisão bibliográfica de Carla de Andrade Novaes dos Santos – Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria – Análise do Turismo em espaço rural em Camboriú –SC, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALE, 2001.

visitação, pesquisas, estudos ao patrimônio paleontológico e arqueológico.

Conforme citados acima, existem variadas formas turísticas que se bem planejadas, podem proporcionar à região o desenvolvimento humano, econômico e social, preservando a cultura e a história da região. Dados estes que podem ser verificados nas tabelas 01, 02 e 03 onde demonstram as características físicas e turísticas dos municípios da Quarta Colônia.

Tabela 01 - Características físicas e turísticas dos municípios da Quarta Colônia.

Municípios	São João do Polêsine –RS	Faxinal do Soturno-RS	Dona Francisca - RS
Atividades			
Classificação turística	Município de potencial turístico	Município de potencial turístico	Município de potencial turístico
Distância de Porto Alegre	280 km	270 km	274 km
Área	86 km ²	166 km ²	105 km ²
Ano de fundação	1893	1887	1883
População total – IBGE 2005	2.742 habitantes	6.830 habitantes	4.000 habitantes
População urbana IBGE 2005	1.058 habitantes	4.089 habitantes	2.000 habitantes
População rural – IBGE 2005	1.684 habitantes	2.741 habitantes	2.000 habitantes
Altitude Média	52m	53m	64m acima do nível do mar
Temperatura média	18 a 20°C	18 a 20°C	18 a 20°C
Vegetação	Planícies e coxilhas	Planícies e coxilhas	Planícies e coxilhas
Hidrografia	Localizado no Vale do Jacuí Centro	Rio Soturno	Margem direita do rio Jacuí
Relevo	Localizada no Vale do Jacuí Centro, semelhança com as planícies do Rio do Pó, norte da Itália.	Privilegiado formado por montes e vales recortados por rios e grutas	Banhada pelo rio Jacuí.
Clima	Temperado úmido	Temperado úmido	Temperado úmido
Economia	Prevalece a atividade primária: basicamente agrícola pecuária e comercialização de produtos naturais.	Basicamente agrícola, cultiva-se o arroz irrigado de alta produtividade. Nas partes mais altas do município cultiva-se soja, milho, feijão e fumo. Destaque para a pecuária e o comércio.	Prevalece a atividade primária: basicamente agrícola, com destaque arroz, milho e fumo. Comércio e indústria pouco desenvolvidos.
Atrativos/Recursos naturais	Mirante das Pedras Brancas e reserva ecológica, Moinho Brondani, Gruta N. Sr ^a de Lourdes.	Mirante do Cerro Comprido, Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, Ponte Metálica sobre o rio soturno.	Morro da Cruz, Gruta do Morcego e Cascata do Trombudo, Cascata da Família Segatto
Atrativos culturais	Monumento N Sr ^a . Salete, Complexo Turístico Diácono Pozzobon, Museu do Imigrante Padre João Iop, Monumento Eucarístico e Via Sacra, Igreja Matriz São João Batista, Igreja Matriz Corpus Christi.	Igreja matriz de São Roque, Museu Histórico em Novo Treviso, Museu fotográfico de Faxinal do Soturno, Monumento do Imigrante Italiano, Santuário Mãe Três Vezes Admirável, Capela São João Bosco, Guarda –Mor.	Parque Histórico Obaldino Benjamin Téssele, Monumento a N. S. dos Navegantes, Museu Municipal, Igreja Matriz São José, Casa da Família Secretti - Trombudo, Casa da Família Friedrich,

			Praça do Imigrante, Praça José Iop, Tobogã e Teleférico.
Recursos culturais	Seminário Palotino Artesanato D ^a . Evanilde Pauletto, Angelita Artigianato Festa Regional do Arroz, Festa do Padroeiro, Festival Internacional de Inverno da UFSM, Festa N. S. Salete, Coral Voci Polesane, Semana Cultural Italiana.	Festival do Vinho e do Queijo, Feira Colonial, EXPOFAX, Semana do Município, Natal Som e Luz, Festa de São Roque, Torneio Interseleções de Futebol, Concurso Garota Verão, Festival do Peixe.	Festa de São Vicenti Pallotti, Festa de Nossa senhora dos Navegantes, Festa da Colheita, Semana do Município, Festa de N. S, da Saúde, Festa de N. S. da Conceição, Serenatas Natalinas, Artesanato em Madeira, Artesanato variado.
Meios de hospedagem	Hotel Pousada Veneta, Pousada Recanto, Colégio das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, Hotel Recanto do Maestro, Seminário Palotino.	Hotel Zanon, Hotel Gema, Hotel Havai	Pousada Monte Santo Camping Parque Histórico Municipal
Alimentação	Cantina Vô Bepi, Agroindústria Giacomini, Restaurante do Clube SACE Polesinense, Pizzaria Rambo, Restaurante Piatto Bello.	Restaurante Moby Dick, Restaurante do Clube Cruzeiro, Café Colonial do Restaurante da AABB.	Restaurante Chelotti, Restaurante Barichello, Quiosque, Pizzaria Dona Chica.
Infra-estrutura turística	Adequada, conforme as condições do município.	Adequada conforme as condições do município.	Adequada conforme as condições do município.
Demanda turística	Inexistência de qualquer controle de demanda	Inexistência de qualquer controle de demanda	Inexistência de qualquer controle de demanda
Pesquisa de opinião com a comunidade	É favorável à atividade turística no município, esperando que o turismo traga mais renda à pop; considera que a demanda é baixa em relação ao potencial do município, faltam placas de identificação dos atrativos, agência de turismo receptiva, material de divulgação: mapas.	É favorável à atividade turística no município; faltam equipamentos turísticos; banco de dados, agências de viagens e turismo, guias turísticos, incentivos para o turismo.	É favorável à atividade turística no município; faltam equipamentos turísticos; restaurantes agências de viagens e turismo, guias turísticos, incentivos para o turismo, possui Pórtico de entrada, faltam mais incentivo para eventos locais.

Fonte: Dados elaborados pelo autor com base na investigação de campo, 2007

Tabela 02 - Características físicas e turísticas dos municípios da Quarta Colônia.

Municípios	Nova Palma – RS	Ivorá – RS	Pinhal Grande - RS
Atividades			
Classificação turística	Município de potencial turístico	Município de potencial turístico	Município de potencial turístico
Distância de Porto Alegre	250 km	290 km	320 km
Área	352 km ²	132 km ²	477 km ²
Ano de fundação	1882	1883	1917
População total – IBGE 2005	6.305 habitantes	2.495 habitantes	4.350 habitantes
População urbana IBGE 2005	2.659 habitantes	698 habitantes	1.740 habitantes
População rural – IBGE 2005	3.646 habitantes	1.797 habitantes	2.610 habitantes
Altitude Média	117 m	200 m acima do nível do mar	558 m a cima do nível do mar
Temperatura média	18 a 20°C	18 a 20°C	18 a 20°C
Vegetação	Predomínio de gramíneas.	Predomínio de gramíneas.	Predomínio de gramíneas mata nativa e principalmente pinheiros ou pinhais.
Hidrografia	Balneário do Rio Soturno	Rio Jacuí juntamente com a unidade de relevo depressão Periférica da bacia do Paraná.	Rio Jacuí, importante pelas quedas d'água onde se localizam diversas hidroelétricas, destacando-se a Hidroelétrica de Itaúba.
Clima	Temperado úmido	Temperado úmido	Subtropical úmido
Economia	Tem sua economia baseada na agricultura, com destaque para o cultivo de feijão, fumo e milho.	Alicerçada na agricultura. Os produtos mais cultivados são a soja, o milho, feijão e fumo.As indústrias de maior expressão são as de carpintaria, marcenaria e beneficiamento de arroz.	Esta relacionada à agricultura e a pecuária. A piscicultura é outro setor em desenvolvimento. Destaca-se o vinho alcançando por safra cerca de 80.000 garrafas, o município produz também cachaça.
Atrativos/Recursos naturais	Balneário de Nova Palma, Usina CELETRO, Cascata do Pingo, Cascata das pedras brancas, Gruta N. S. de Lourdes, Caverna N. Sra. de Fátima, Gruta Indígena do Caemborá, Túnel verde no centro da cidade.	Balneário Recanto do Moinho, Balneário do Pé Seguro,Cascatas da Queda livre, Cascata da Pedra Preta,Cascata dos Degraus, Cascata do Pocinho, Cascata cara de Índio, Abrigo Indígena do Barreiro, Monte Grapa, Cruzeiro luminoso	Oferece aos seus visitantes caminhados pela mata e passeios por áreas rurais, ecológicas, com sua fauna destacando-se espécies raras como a gralha azul, o pica-pau do mato entre outros. Cascata do Arroio Ferreira e a Cascata do Lageado da Várzea, Hidroelétrica de Itaúba.
	Igreja Santíssima Trindade, Casarão da família Tomazi, Pe. Luiz	Igreja matriz de Santo Cristo, Igreja Matriz São José, Mosteiro da Cartuxa, Casa onde	Igreja Matriz de São José, Capela Santo André Avelino, Capela São João Vianeí,

Atrativos culturais	Sponchiado.	nasceu Senador Alberto Pasqualini, Casa da família Sarzi	Cantina de Domingo Uliana.
Recursos culturais	CPG – Centro de Pesquisas Genealógicas, Rodeio Crioulo Intermunicipal, Torneio Atlântica Vôlei, Garota Verão, Festa do Milho, Note Ítalo-Brasileira, Olimpíada Rural, Feira do Mel, Natal da Praça, Festa da Gruta N. S. de Lourdes, Festa na Caverna N. S de Fátima.	Fazenda do Senhor Jesus, Mosteiro dos Monges Cartuxos, Fazenda Terapêutica do Senhor Jesus, Semana do Município, Semana da Cultura, Semana Farroupilha, Semana do Livro, Feira do Produtor.	Semana do Município, Baile do Fumo, Festa da Soja, Festa do Padroeiro da Igreja, Festa da Imaculada Conceição, Festa do Padroeiro da Paróquia São José, Festa do Chopp, Rodeio Crioulo.
Meios de hospedagem	Hotel Nova Palma	Faltam hotéis e pousadas	Carente de hotel e pousada.
Alimentação	Restaurante Barracão, Ponto Bar, Pizzaria Pança Piena, Cabanas e restaurante do Dutra –veraneio.	Ponto 73, Restaurante Trevisan, Salão Paroquial.	Restaurante Da Terra Restaurante Bom Apetite Restaurante Do Mauro
Infra-estrutura turística	Adequada conforme as condições do município.	Precária	Precária
Demanda turística	Inexistência de qualquer controle de demanda	Inexistência de qualquer controle de demanda	Inexistência de qualquer controle de demanda
Pesquisa de opinião com a comunidade	É favorável à atividade turística no município; faltam equipamentos turísticos, falta de divulgação do potencial do município; preços praticados pelo setor são adequados.	É favorável à atividade turística no município; faltam equipamentos turísticos, falta de divulgação do potencial do município; preços praticados pelo setor são adequados. Precisa de pórtico de entrada, difícil acesso ao município.	É favorável à atividade turística no município; faltam equipamentos turísticos, falta de divulgação do potencial do município; preços praticados pelo setor são adequados.

Fonte: Dados elaborados pelo autor com base na investigação de campo, 2007

Tabela 03 - Características físicas e turísticas dos municípios da Quarta Colônia.

Municípios	Silveira Martins – RS	Restinga Seca - RS	Agudo - RS
Atividades			
Classificação turística	Município de potencial turístico	Município de potencial turístico	Município de potencial turístico
Distância de Porto Alegre	280 km	277 km	250 km
Área	123 km ²	959 km ²	533 km ²
Ano de fundação	1893	1817	Em meados de 1800
População total IBGE 2005	2.566 habitantes	16.403 habitantes	17.444 habitantes
População urbana IBGE 2005	1.006 habitantes	8.194 habitantes	5.655 habitantes
População rural – IBGE 2005	1.560 habitantes	8.209 habitantes	11.789 habitantes
Altitude Média	500 m sobre o nível do mar	44 m acima do nível do mar	90 m acima do nível do mar
Temperatura média	18 a 20°C	18 a 20°C	18 a 20°C
Hidrografia	Rio principal: Jacuí	Banhada pelos rios Jacuí Vacacaí-Grande e Vacacaí Mirim	Rio principal: Jacuí Arroios: Corupá e Grande
Relevo	Localizada na região do vale do Jaguari	Planície do Rio Jacuí.	Planície do Rio Jacuí.
Clima	Temperado úmido	Temperado Subtropical	Temperado com verões muito quentes
Economia	Grande produtora de batatinha na região, produção de milho, feijão uva como pontos fortes da agricultura.	É representado principalmente pela agricultura, destaque para o arroz numa área produzida de 16.800 há.	Destaque para a agropecuária, indústria e comércio.
Atrativos/Recursos naturais	Vales, casas antigas, capelas rurais, trilhas por matas nativas, Cascatas do Mezzomo e do Rosa Balneário Val Feltrina, Trilha dos Imigrantes, Localidade de Val de Buia.	Balneário da Tunas, Cabanha campo Novo – Fazenda Modelo, opção de turismo rural, Quilombo de São Miguel Velho, Gruta de Santa Teresinha.	Cascata Raddatz, Cascata Friedrich, Travessia no Rio Jacuí em barca, Balneário Drews, Gruta do Índio, Rampa de Asa Delta e Paraglaider, Usina Hidroelétrica Dona Francisca, Morro do Agudo, Morro da Figueira, Barragem Dona Francisca.
Atrativos culturais	Moinho colonial da Família Moro, Capela Santo Ancelmo, Capela Bom Conselho, Santuário N. S. Saúde, Festival do Jogo de Mora, Fórum de Cultura Italiana, Festa de Santo Antônio, Festa de N.S.	Estação Ferroviária, Buraco fundo, Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, Máquina a vapor, Cruz Jubilar Luminosa, Monumento ao Imigrante Alemão, Caixa d'água.	Monumento ao Imigrante – Cerro Chato, Museu Instituto Cultural Brasileiro Alemão, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Matriz São Bonifácio.
	Monumento do Sol, Praça Giuseppe	Festa dos navegantes, Aniversário do	Ein Volksfest, Festa do Povo de Agudo,

Recursos culturais	Garibaldi, Biblioteca Pública Municipal, Igreja matriz S. A. Pádua, Conjunto Histórico da Pompéia, Antigo Hotel Silverópolis, Sobrado dos Aita, Museu da Família Guerra, Conjunto histórico da Pompéia.	Município, FEICOM (Feira da Indústria e do Comércio), Festa do Colono e do Motorista, maratona de canoagem do mercosul, Volta de restinga Seca, Dia nacional da Consciência negra, Candeeiro da Canção Nativa.	Festa do Moranguinho e da Cuca, Semana do Município, Rodeio Crioulo, Garota Verão, Olimpíada Estudantil, Rainha dos Balneários, Dia do Vizinho, Natal de Luz,
Meios de hospedagem	Casa da Nona, Chácara Santa Eulália.	Camping Balneário Passo das Tunas.	Hotel Bel Recanto, Hotel dos Viajantes, Hotel Barragem de Dona Francisca.
Alimentação	Restaurante La Sorella, Churrascaria e galeteria Quarta Colônia, Café Colonial Fundo de Quintal, Ristorante e Cantina Val de Buia, Fábrica de massas da Família Bianchi.	Fuzer Churrascaria e lancheria Restaurante E Churrascaria Restinguense Chepep's Restaurante	Bier Haus, Restaurante e Churrascaria Ivo Kiefer, Churrascaria Schüller, Pastel Cia, Churrascaria do Gordo, Prato Cheio.
Infra-estrutura turística	Adequada conforme as condições do município.	Adequada conforme as condições do município.	Adequada conforme as condições do município. Possui Pórtico de entrada, rodovia do imigrante.
Demanda turística	Inexistência de qualquer controle de demanda	Inexistência de qualquer controle de demanda	Inexistência de qualquer controle de demanda
Pesquisa de opinião com a comunidade	É favorável à atividade turística no município; faltam equipamentos turísticos, falta de divulgação do potencial do município; preços praticados pelo setor são adequados.	É favorável à atividade turística no município; faltam equipamentos turísticos, falta de divulgação do potencial do município; preços praticados pelo setor são adequados.	É favorável à atividade turística no município; faltam equipamentos turísticos, falta de divulgação do potencial do município; preços praticados pelo setor são adequados.

Fonte: Dados elaborados pelo autor com base na investigação de campo, 2007

2.4 O papel do Turismo no desenvolvimento da Quarta Colônia

Estudos apontam que o turismo desempenha papel importante nas estratégias de desenvolvimento das regiões menos favorecidas, tendo as funções de gerador de empregos, renda e indutor de desenvolvimento de infra-estruturas, mas para que isso ocorra é necessário que ele seja inserido nas políticas públicas.

Quando se perguntou aos entrevistados: Como é vista a integração da atividade turística com outros municípios pertencentes à Quarta Colônia, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento regional?

[...] Aqui nós temos uma divergência partidária, quando um município toma uma iniciativa, outros municípios que são formados por partidos diferentes, raras vezes vão nos eventos. Só vão quando vem gente grande, de fora. Aí todo mundo vai. Acho que o turismo vai trazer a integração, sim. Pelo menos no que se trata em divulgação, estamos avançando bastante.

Houve divergências nas respostas obtidas entre os atores envolvidos com a atividade turística, como se pode observar no próximo relato:

[...] Aqui, nós participamos constantemente no estudo e levantamento das efetivas prioridades regionais, com objetivo claro de dar oportunidade a todos os municípios de crescerem e se desenvolverem: incentivando, qualificando os setores, divulgando as ações desenvolvidas e a buscando parcerias entre o CONDESUS, SEBRAE e empreendedores locais. Proporcionamos toda a infra-estrutura necessária para a implantação dos serviços, no que compete ao poder público. Acompanhamos e colaboramos com o projeto, como representante do município. Apoio, fonte de informações sobre o município e região, recepção, viabilização através do SEBRAE nos cursos de atualização no que se refere ao atendimento. E tem mais: a maioria das prefeituras está organizando o turismo através do departamento de cultura, juntamente com os parceiros. O departamento de cultura e o turismo tem hoje o papel de mobilizar a população para participar do projeto de turismo fazendo com que o mesmo seja uma alternativa para a economia do município. Aqui os municípios trabalham muitos aspectos de forma conjunta, adotando uma nova sistemática de reuniões mensais onde cada um dos responsáveis pela pasta de turismo da Quarta Colônia, juntamente com o CONDESUS, encontramos para planejar e discutir o andamento das ações desenvolvidas e acompanhar o desenvolvimento dos projetos de cada município. "Aqui a comunidade está organizada com a produção primária e que tem alguns serviços, mas é preciso começar a costurar essas relações, de uma forma bem mais integrada. O turismo tem um papel importante e nós temos que especializar e qualificar esses setores, pois ele é também integrador das referências culturais e dos elementos naturais da região. O turismo hoje tem o papel de costura desses segmentos, com uma idéia mais integrada de desenvolvimento. "O COMUDE (Conselho Municipal de Desenvolvimento) tem o papel de articular esses projetos.

Observa-se pelas respostas que é inegável o crescente interesse dos planejadores municipais pelo desenvolvimento do turismo em sua cidade. Na Quarta Colônia, ele tem contribuído para a revitalização econômica e social dos municípios.

Tendo como referência países desenvolvidos observa-se que as políticas públicas de turismo, quando construídas coletivamente, a partir dos interesses e necessidades da população, possibilitam o acesso aos atrativos turísticos que considerem e preservem a sua identidade cultural.

Outro aspecto importante em se tratando de redução das desigualdades regionais é o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul Do Ministério de Integração Nacional – MI (2002, p.06) existe a proposta para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da sua população fundamentada em um modelo de gestão compartilhada ao desenvolvimento, no fortalecimento da base socioeconômica local e mesorregional, alicerçada em ações para a inclusão social, para o estímulo à participação e à organização social, e à capacitação dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

Na Quarta Colônia inserida na mesorregião que está em processo de integração, o turismo pode tornar-se importante como atividade complementar. Mas a pouca participação ativa do capital nacional na captação de recursos para o turismo receptivo, dificulta o exercício desta atividade. Ela irá proporcionar a geração de novas empresas e produtos que intervenham nos municípios de maneira direta e que capitalizem, para as comunidades, maior variedade de negócios turísticos, satisfazendo as necessidades dos turistas, que se fundamentam no exercício e desfrute do lazer e de uma qualidade de vida melhor. Portanto, é preciso que o planejamento encontre apoio nas questões sociais físicas e econômicas, os quais são os agentes, e não os atores de campo.

Segundo Acerenza (2002, p.174), é através de um processo de planejamento integral que será possível abranger os problemas regionais em sua totalidade e conseguir, dessa forma, um desenvolvimento harmônico, no qual se deve tratar de

evitar, ou pelo menos minimizar, as diferenças que se apresentam entre as diferentes zonas ou regiões que constituem o território de um país.

Por isso, o turismo como atividade complementar pode auxiliar no desenvolvimento regional contribuindo para o bem estar da população, adotando uma política de desenvolvimento para as zonas de emigração rural ou de estancamento econômico.

De fato, desde o período colonial a Quarta Colônia ficou atrasada no seu desenvolvimento em relação a outras colônias italianas no Rio Grande do Sul. Em se tratando do setor turístico é notável a diferença de investimentos e consciência das comunidades italianas em prol da conservação de seu patrimônio histórico e cultural.

Atualmente percebe-se, na Quarta Colônia, que o setor vem recebendo tratamento especial, notadamente através de ações conjuntas promovidas por órgãos oficiais do governo, em parceria com entidades privadas do setor, preocupadas com a diversidade social e o multiculturalismo, no sentido de assegurar a diversidade e a pluralidade de grupos e tradições. Entenda-se por multiculturalismo (ou pluralismo cultural) um termo que descreve a existência de diferentes culturas numa localidade, cidade ou país, sem que uma delas predomine, porém separadas geograficamente e até convivialmente no que se convencionou chamar de “mosaico cultural”. Assim como a Quarta Colônia, o Canadá e a Austrália são exemplos de multiculturalismo; Todavia não se deve confundir Multiculturalismo com “uma política multiculturalista” que alguns países europeus advogam discretamente.

Enquanto o multiculturalismo opõe-se ao que ele julga ser uma forma de etnocentrismo (visão de mundo da sociedade majoritária dominante a qual se toma por mais importante que as demais, que no caso seriam os imigrantes polacos, alemães e italianos, especificamente na Quarta Colônia), a política multiculturalista visa resistir à homogeneidade cultural, principalmente quando esta homogeneidade é considerada única e legítima, submetendo outras culturas a particularismos e dependência que as farão desaparecer através de processos de “assimilação da

nova cultura” que é majoritária ou simplesmente ocupa o espaço geográfico há mais tempo.

O fato brasileiro é bem mais complexo, porque aqui se desenvolveu um processo colonizador cuja característica fundamental foi a mestiçagem cultural, no qual se refere à Quarta Colônia boa parte destas culturas foram preservadas, daí se pode entender um pouco mais os potenciais do produto cultural que esta região tem para oferecer ao turista.

Fato amplamente conhecido é que os primeiros colonizadores desta região foram imigrantes poloneses seguidos pelos imigrantes alemães e o processo de ocupação somente culminou com a chegada dos imigrantes italianos. Hoje as marcas deste multiculturalismo estão na culinária, na forma de construir casas e fabricar utensílios e ferramentas e até nos próprios dialetos italianos e alemães que já vão distantes de suas origens maternas. Esse raciocínio simples e tangível até os dias atuais, ao contrário de outras sociedades multiculturais, não apresenta distanciamentos significativos entre os pares de diferentes origens. Não é a lógica da diferença, onde o significado de identidade de cada grupo relaciona-se com todos os demais conceitos e, ou critérios deixam evidente uma integração natural entre as etnias que se miscigenaram inclusive em uniões familiares entre diferentes pares culturais, e mesmo assim manteve, na maioria dos casos, parte significativa da cultura de seus antecessores. Não dependem do estabelecimento de limites de forma alguma. Daí então toda esta bagagem multicultural encerrar um enorme potencial “*plus*” como mais um atrativo ao turismo na Quarta Colônia, pois sua singularidade multiculturalista representa um raro exemplo de etnias diferentes, que mantendo grande parte de sua identidade original, adaptou-se bem, não somente ao “novo” país que os receberam, mas principalmente entre eles próprios, os diferentes grupos de imigrantes.

Os problemas que o multiculturalismo gerou e gera em outras sociedades como a Alemanha ou Inglaterra moderna simplesmente não existem na Quarta Colônia. Também é sabido que uma identidade cultural não pode ser definida apenas por sua presença positiva e até conteúdo, onde os termos da identidade cultural passam pelo estabelecimento de limites. Na Quarta Colônia não há e nunca

houve a necessidade de definir os que “são” em relação aos que “não são”. O “homos imigrantis” da Quarta Colônia conseguiu opor o universalismo de baixo para cima, criando uma sinergia social democrata natural e sem pré-conceitos, simplesmente como consequência da necessidade de sobreviver em áreas onde não existia qualquer tipo de infra estrutura, ou seja um ambiente hostil em que os “potenciais inimigos” não eram pessoas que vinham de outros países e falavam outras línguas, porém os insetos que disseminavam os imigrantes; as enfermidades que algumas vezes chegaram aos níveis epidêmicos; a falta de teto e tecnologia para produção de alimentos aos primeiros imigrantes, os transformou em seres solidários independente de suas próprias culturas. Alguns tentam hoje explicar estes fenômenos sociais como uma simples união para somar esforços voltados à sobrevivência pura e simples. Definitivamente não se trata disto, pois os diferentes grupos étnicos jamais perderam completamente suas identidades culturais, ao contrário, as mantiveram e fizeram delas uma forma primária e natural de “turismo”. Italianos iam e ainda vão a bailes e outros eventos dos alemães e vice versa. E isto acontecia já no final do século XIX, portanto há mais de quatro gerações. Ainda, na Quarta Colônia, ao contrário da maioria dos grupos migrantes do mundo pela história afora, puderam definir sua identidade cultural particular pela sua simples presença e conteúdo cultural. Ninguém estabeleceu limites ou foram precisos políticos e até instrumentos policialescos para estabelecer estes limites, como nos exemplos citados da Alemanha e Inglaterra modernas. Como se precisassem definir o que eram com relação ao que não eram. Seus descendentes são testemunhas deste multiculturalismo singular que fez com que cada identidade bastasse para que o outro grupo étnico, ou grupos, fossem ao mesmo tempo universal nas áreas comuns e, individual na célula familiar. Provavelmente este fenômeno multiculturalista seja o produto turístico mais precioso da Quarta Colônia para uma política de desenvolvimento desta região de minifúndios.

Entretanto, formatá-lo demandará talentos capazes de interpretá-lo adequadamente para que possa ser oferecido ao turista e gere benefícios tangíveis aos residentes desta região. Faz-se importante lembrar que a política de desenvolvimento na região está baseada em um estudo das diferentes realidades locais, onde o poder público planeja os espaços na forma de consórcio intermunicipal e orienta as atividades de forma integrada atendendo os desejos das

comunidades e dos turistas, a fim de propor uma política de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta ajustadas à realidade regional, e que até o presente momento faltam projetos ao ponto de sobrarem verbas destinadas a financiá-los.

Para Beni (1999, p.97) Ao comentar o sistema institucional integrado de turismo e ação administrativa intersetorial, afirma que

[...] Em vistas de seus importantes efeitos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, o Turismo, organizado e planejado, é poderoso instrumento de aceleração ou complementação do processo de desenvolvimento. No entanto, ao estabelecer a hierarquia de prioridades no planejamento da economia, os órgãos governamentais não têm considerado a atividade, na medida desejada e potencialmente possível, entre as principais alternativas da política de desenvolvimento regional ou nacional.

Através da pesquisa, constatou-se que a comunidade já se apresenta parcialmente sensibilizada e mobilizada para o planejamento e gestão sustentável de seus patrimônios naturais e pelo fato de apresentar iniciativas no que se refere à proteção de seus bens naturais. Apesar de não haver um controle de demanda turística, os municípios apresentam número considerável em termos de visitação turística, principalmente, nos finais de semana e feriados, necessitando urgentemente de planejamento para a atividade. Além dos crescentes benefícios econômicos, o turismo traz benefícios sociais, ampliando o mercado de trabalho e melhorando a infra-estrutura de lazer. Por este último, são beneficiadas crescentes faixas da sociedade brasileira que participam do turismo, como também os moradores das regiões turísticas.

Conforme Urry (1996, p.63) “As pessoas procuram o extraordinário, de modo que serão extremamente críticas em relação aos serviços proporcionados que pareçam solapar essa qualidade”. Portanto, o turismo pode causar dificuldades para os produtores de tais serviços. Estes não podem ser proporcionados em qualquer lugar. Devem possuir um diferencial, pois se o lugar não transmite significado cultural apropriado, a qualidade do serviço específico ficará comprometida.

Verificou-se que investimentos feitos, muitas vezes, por falta de uma consultoria eficaz, refletem uma descaracterização da identidade da região, demonstrando a falta de associação entre as “raízes” e o objeto turismo.

Segundo Wendler (2004), Diretor de Relações Internacionais do Ministério de Turismo, em palestra sobre a Ambientação do Processo de Integração do MERCOSUL no FRONTUR, 2004, 1º Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras, realizado na cidade de Santa Maria - RS, há uma nova dinâmica no que se refere ao turismo, um novo perfil do turista, são novos consumidores que buscam experiências emocionais, interagindo com a comunidade em busca dos contadores de histórias, a autenticidade da população local, buscando por locais seguros e sem conflitos, seria o mercado das viagens de curta duração.

Característica ideal para se levar rumo à Quarta Colônia, onde o turismo de aprendizagem permite a redescoberta de identidades culturais, integrando os nove municípios formadores, mas para que isto ocorra é necessário que se elabore um programa de integração turística: sensibilizando a comunidade para o turismo, valorização dos aspectos regionais e locais, e resgate da cultura, transpondo as disputas entre os municípios e suas vaidades, trabalhar o turismo de forma contígua, com formulação de políticas públicas e de um planejamento turístico integrado tornando a microrregião central competitiva e com forte atração social, assim o estímulo de uma visita estimulará a visita de outra, e adicionem-se a isto a poderosa arma do marketing “boca-a-boca” onde relatos das visitas de turistas atraem novos visitantes e assim por diante formando uma progressão geométrica na qual os custos de *marketing* chegam a custos quase zero e sem deixar dúvidas sobre sua eficácia para o aumento do número de visitantes ao destino “Quarta Colônia”.

É óbvio que destas divergências aflora o aprendizado, que ao contrário da concordância que não traz lições ao desenvolvimento, esses interesses começam a divergir a partir de várias razões onde as ideologias, os interesses privados, tanto de indivíduos ou grupos, ou ainda os interesses públicos, sejam eles dos cidadãos ou instituições e, até mesmo raízes históricas nos levam a crer que o espaço social da dinâmica do desenvolvimento, homens se encontram com suas necessidades,

desejos, interesses, conhecimentos, razões, emoções, limitações e contradições, e deles fazem a base para as políticas e as práticas de desenvolvimento de suas regiões.

2.5 A atividade turística e o desenvolvimento regional

Segundo Bassan e Siedenberg (2003, p.138), desenvolvimento econômico seria um momento de transição, uma passagem da condição de país de terceiro mundo, subdesenvolvido, pobre, para a de um país desenvolvido, rico; de uma economia tradicional rural, de subsistência, para uma economia sofisticada, modernizada e industrializada. Assim, essa definição traz incorporada não apenas a idéia da melhor condição econômica, mas também a de maior dignidade humana, mais segurança, justiça e igualdade.

Os autores entendem que o desenvolvimento não é apenas responsável por uma mudança no sistema econômico, mas também responde por uma mudança no comportamento dos homens, associado a uma transformação nas instituições públicas e privadas.

[...] Pode-se, então, conceituar região, a partir dessas concepções relacionadas por Lobato (1997), como sendo uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como, por exemplo, um grupo de municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença em face de outros conjuntos (BASSAN e SIEDENBERG, 2003, p. 141).

Milton Santos *apud* Bassan e Siedenberg (2003, p. 141) entende a região como o locus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, ou seja, a cada momento histórico a região, ou subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de certo número e atividades a fim de atender às necessidades de sua população, delimitando uma identidade regional própria.

Logo, dizem os autores acima, a análise da dinâmica regional vem associada a diversos fatores que, de maneira direta ou indireta, fazem com que cada região tenha seu estilo próprio de desenvolvimento.

[...] Uma região inicialmente, é representada por sua formação geomorfológica (relevo, vegetação); em segundo lugar, apresenta-se a formação histórico-cultural, ou seja, os primeiros habitantes (colonizadores) que enraizaram sua cultura e tradições e passaram-nas às gerações futuras; em terceiro lugar, a formação econômico-social, a distribuição espacial da população, a origem do processo produtivo, a base econômica que identifica a região; em quarto lugar, o aspecto político e administrativo. Estes fatores são os responsáveis pelo processo diferenciado de desenvolvimento de cada região. É através destes fatores que aparece a identidade regional (BASSAN e SIEDENBERG, 2003, p. 142).

Entendem os pesquisadores que se faz necessário um aumento nos processos de autonomias regionais especialmente quanto às decisões que definirão o desenvolvimento mais apropriado para cada uma região e, que estas capacidades criem mecanismos regionais para que os excedentes econômicos sejam investidos na própria região a fim de diversificar suas economias aproximando-as cada vez mais do ideal de sustentabilidade, tanto a médio como a longo prazo.

Vale a pena entender a visão de Bassan e Siedenberg (2003, p. 159) sobre o mundo dividido entre aqueles que produzem o conhecimento e aqueles que apenas o copiam e, que é impossível manter um projeto próprio de desenvolvimento sem o manejo adequado do conhecimento. “Esta é a nova face da pobreza, em que o mal maior não será a fome, mas a ignorância, ou seja, a condição de massa de manobra ou incapacidade de gerar as próprias oportunidades”.

[...] Portanto, o desenvolvimento contemporâneo, a partir desta nova visão de regionalização da economia, poderá aproveitar melhor a capacidade individual e específica de cada região e fazer com que essa volte sua economia para o mercado e participe desse processo global de desenvolvimento, tornando-se mais competitiva e buscando atrair investimentos, para que possa melhorar a qualidade de vida de sua população (BASSAN e SIEDENBERG, 2003, p. 150).

Além do exposto acima, fatores como cultura, tradição, crenças, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar a região. (Wittmann, Dotto e Boff, 2003, p. 321)

[...] Esses fatores inserem-se em contextos amplos e interdependentes, ou seja, desde macrocontextos globais até microcontextos locais. Estes contextos relacionais entre local, regional e global estimulam a formação de estratégias competitivas integradas, que, em cadeia, compactuam-se com respectivas realidades. Essas estratégias definem práticas e relações

sociais que, interdependentes entre si, associam-se a estruturas, que, além permitirem o desenvolvimento regional, permitem o equilíbrio entre seus membros (WITTMANN, DOTTO e BOFF, 2003, p. 319).

Wittmann, Dotto e Boff (2003, p. 322 - 327) explicam que, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento e de integrar governos com empresas, contextualizam-se ambientes e criam-se mecanismos de gerenciamento a partir de estratégias, de forma a associar-se ao capital social. Demandando a criação de estratégias que direcionem o desenvolvimento em uma perspectiva complexa e integrada

A prosperidade de uma localidade como a Quarta Colônia depende da produtividade associada a estratégias nela atuantes. Entretanto, a escolha da natureza do ambiente de negócios numa localidade é algo desafiador. Infere-se, que é preciso que a competição evolua da imitação para a inovação e, de investimentos não apenas em ativos físicos, mas principalmente em intangíveis como habilidades e tecnologias.

Assim, a existência de uma sociedade informacional proporcionará o aumento de interações entre organizações e indivíduos da Quarta Colônia. Estratégias colaborativas e de crescimento por integração horizontal e vertical, não mais restritas a uma empresa contudo a um conjunto de empresas, as quais são implementadas e, embora possuam sua autonomia organizacional mantêm elos de interdependência em estruturas organizacionais em rede. “A existência de novos paradigmas tecnológicos de processo e de produtos aflora a mudança de valores e padrões culturais, os quais se identificam em novas práticas sociais” (WITTMANN, DOTTO e BOOF, 2004, p, 19).

A partir deste contexto, pode-se identificar o conceito de desenvolvimento endógeno:

[...] É nesse entorno de transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais que surge o conceito de desenvolvimento endógeno. Este encara o desenvolvimento econômico como sendo resultante da aplicação do conhecimento aos processos produtivos e da utilização das economias externas geradas nos sistemas produtivos e nas cidades, o que resulta em rendimentos crescentes e, portanto, em crescimento econômico. (...) São as iniciativas e o controle

exercidos pelos atores locais e a sociedade civil, através de suas respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades regiões (BARQUERO apud WITTMANN, DOTTO e Boof, 2004, p. 21)

Em relação às empresas, Wittmann, Dotto e Boof (2004, p. 25) constatam que estas atuam num ambiente que se caracteriza pela maior complexidade e diversidade das operações realizadas relativas à competitividade, a restrições legais e governamentais, o ambiente empresarial e financeiro conturbado, a consumidores instáveis, entre outros elementos incontroláveis, o que as impulsiona para a busca de alternativas como a do associativismo.

Ferraz et al *apud* Wittmann, Dotto e Boof (2004, p. 30) realçam também a necessidade de associação em redes de pequenas e médias empresas, em setores de menor intensidade de capital em redes cooperativas horizontais através do compartilhamento, a disponibilização de recursos produtivos essenciais para a operação em condições competitivas, aos quais as empresas isoladamente não poderiam ter acesso.

Castells *apud* Wittmann, Dotto e Boof (2004, p. 11) entende que essas empresas para serem organizações bem-sucedidas precisam ser capazes de gerar conhecimentos e processar informações com eficiência; serem flexíveis o suficiente para transformar seus meios tão rapidamente quanto mudam os objetivos; e inovar, já que esta se torna a principal arma competitiva.

Vive-se numa sociedade com muitas diversidades, e duas formas distintas de ver o mundo, onde se fundamentam propostas, ações políticas diferenciadas, há interesse do mercado, acumulação de capital, a defesa da vida. As políticas públicas e privadas de turismo e lazer devem levar em conta que têm como propósito o desenvolvimento sustentável. Estas não devem ser concebidas apenas como possibilidade de crescimento econômico, mas também obrigatoriamente acompanhadas de distribuição equitativa dos resultados ativos; uma política de desenvolvimento sustentável por meio do turismo ligado a mediações que dizem respeito às potencialidades e aos limites do ambiente, na promoção da atividade; a um mercado orientado para universalização do acesso aos serviços que acompanham o turismo e não à hierarquização desse acesso; possibilidades de

empregos para comunidades autóctones e relações de trabalhadores das quais decorrem maior apropriação dos resultados das atividades econômicas, melhores condições de trabalho e influenciar decisões públicas de turismo e participar de atividades que afetam o desenvolvimento econômico, ambiental, social e qualidade de vida.

Mas aqui, instiga-se a refletir uma vez mais sobre o significado “Desenvolvimento Regional”.

[...] O desenvolvimento regional, ou seja, a intervenção explícita de um mercado econômico visa a uma distribuição racional dos investimentos pelas várias regiões de um país. (FRIEDMANN, 1968). Com objetivo de eliminar fatores que respondem pelas desigualdades regionais, bem como reduzir disparidades regionais, corrigir desníveis, combater desequilíbrio geoeconômico e geopolítico, estimular estas regiões menos desenvolvidas para que cresçam mais que a média do país.

Nesse “novo contexto”, o padrão mínimo de desenvolvimento, inevitavelmente, passa por uma interferência no problema da desigualdade social por intermédio de políticas redistributivas que busquem o equilíbrio entre o econômico e o social desenvolvidos pelo poder público.

A partir da abordagem de desenvolvimento que toma como referência, a classificação do Banco Mundial (2002), onde este sustenta formas de capital determinantes no desenvolvimento da nação ou seja, capital natural, físico, humano e social, é que se parte para outra reflexão. Através destes determinantes evidenciam-se traços culturais que levam os membros de uma comunidade a serem propensos a colaborar na solução de problemas de interesse comum, relações interpessoais e o sentimento de confiança mútuo. Instâncias associativas intermediárias favoreceriam este sentimento pelo incremento das relações mais horizontais e menos hierárquicas.

Na Quarta Colônia, o Grupo Intermunicipal formado por representantes da iniciativa privada e da sociedade civil ressaltam a necessidade de um planejamento integrado e articulado em vários níveis; definindo prioridades para a atividade turística, gerenciamento dos atrativos; da infra-estrutura; a regulamentação das atividades, incentivos financeiros e fiscais para a educação ambiental,

desenvolvimento das comunidades locais visando ao desenvolvimento regional e à distribuição de renda voltada ao turismo.

“Turismo se faz de forma regional”. Foi dessa maneira que o Secretario Executivo do CONDESUS, explicou as ações que vêm sendo tomadas para promover e desenvolver a área do turismo na Quarta Colônia. Ele comentou o lançamento, em abril do ano passado, do programa de regionalização de turismo “Roteiros do Brasil”, pelo governo atual. Segundo entrevistado, a questão já vinha sendo trabalhada dessa forma na região.

Além disso, a Quarta Colônia, por ser área Piloto da reserva da Biosfera, é contemplada com projetos de preservação ambiental, gerando benefícios econômicos aos níveis local e regional.

Desta forma, o turismo traz vantagens que extrapolam a geração de renda proveniente da venda de serviços; possibilita a integração das regiões de conservação ambiental com comunidades locais. Divulga por meio de programas educativos e visitação, sensibiliza a população, e esta fiscaliza o cumprimento das orientações e leis ambientais, entre outros benefícios.

Baseado no que foi exposto, observa-se a necessidade da sociedade civil, junto com os formuladores de políticas ambientais de turismo, buscar estratégias que conciliem a conservação do ambiente natural e a atividade turística de acordo com a perspectiva de desenvolvimento regional.

Para Beni, o turismo é um fenômeno dinâmico, real, postulado no cotidiano de milhões de sujeitos consumidores e produtores deste fenômeno . Requerendo um novo campo de investigação teórica, integrando os conhecimentos num sentido único, na complexidade do fenômeno estudado. Não será no isolamento disciplinar cartesiano que se construirá um sistema teórico comum. Para o autor a edificação do conhecimento turístico não está apenas nas ciências físicas e econômicas, pois estas surgem em uma história da sociedade humana, como prática social (BENI, 2002).

Opinião convergente pode ser observada abaixo

[...] O turismo é resultado de uma cultura universal, mas também transcende as culturas locais nas quais se manifesta. Esta dualidade estrutural do turismo é fundamental para qualquer planejamento que pretenda promover um autêntico processo de desenvolvimento, seja da própria atividade, das empresas ou das comunidades locais que se relacionam de maneira direta ou indireta com a atividade. (MOLINA, 1997. p. 10)

O turismo também é um processo de transformação do espaço urbano e rural, de novas possibilidades de fomento a estratégias adaptativas de revalorização de zonas estagnadas, através do resgate de valores identitários diversificando o meio de vida tanto nas cidades como no campo, incluindo os pequenos e médios proprietários a uma alternativa de desenvolvimento local através da inovação destes territórios, inserindo a atividade turística como forma de promoção do desenvolvimento sustentável da região.

Estes valores identitários tanto influenciam como são influenciados pela interação do novo momento global.

[...] A experiência global da modernidade está interligada - e influencia, sendo por ela influenciada - à penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornaram-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e espaço. (GIDDENS, 1997, p. 77)

O turismo faz com que as comunidades resgatem, preservem e valorizem todas as formas de culturas locais e regionais, a revitalização do artesanato, o comércio, a culinária típica que poderão ser utilizadas como atrativos turísticos, promovendo o desenvolvimento sustentável por meio da inclusão social e conseqüentemente a manutenção das famílias no seu habitat natural. *“O ideal seria um mundo em harmonia, sendo cada parte um centro que não vive a expensas do outro, mas de acordo com a natureza e solidário para com as gerações futuras”* (KRIPPENDORF, 2001. p. 173).⁵

⁵ UNEP/UNCTAD, Die Erklärung von Cocoyoc (The Cocoyoc Declaration). Em: Handbuch für internationale Zusammenarbeit, Vereinigung für Entwicklungs – zusammenarbeit, Editora, (Baden - Baden: Nemos Verlag, 1975), p. 7-8.

Neste sentido, o turismo instiga o diferencial e tem muito a ver com um modo diferente daquele ao qual o turista está acostumado e por essa razão passa também pela valorização cultural e pela autenticidade, a humanização, na área da viagem e no intercâmbio com a comunidade local.

Segundo Krippendorf (2001. p. 152), “ *a implantação de instalações turísticas só é oportuna nos locais onde os empregos assim gerados possam ser assumidos, antes de tudo, pela população local e regional.*” Busca-se a autonomia do desenvolvimento através de talentos locais como os violeiros, as bordadeiras, as doceiras, os alambiqueiros, os artesãos que não podem ser esquecidos, mas para tanto é necessário capacitá-los a receber os visitantes, como também a conferir autenticidade ao que está sendo oferecido à venda.

Desta maneira, ocorre a sustentabilidade econômica do turismo na sua capacidade de gerar novas atrações, descobrir novas paisagens, exaltar qualidades ambientais, seja dos mesmos lugares, através da construção de artefatos diversos, ou pela exploração de lugares turisticamente “virgens”, nos empreendimentos pioneiros. Todavia, deve-se levar em conta também a sustentabilidade socioambiental e cultural das sociedades, permitindo assim a busca e a construção social de contextos de sustentabilidade a longo prazo, cabendo ao turismo um importante papel neste processo, desde que pertença a um sistema integrado de gestão.

Segundo Oliveira (2004. p. 286),

[...] os princípios de um sistema integrado de gestão (SIG) mostram uma via ética para o desenvolvimento das organizações e, por que não dizer, de regiões e nações. Por seu compromisso social e ambiental, a gestão integrada talvez seja uma das poucas alternativas viáveis para se combinar competitividade com desenvolvimento sustentável.

Ainda, conforme trabalho realizado pela equipe de Planejamento do Porto Alegre Turismo – Escritório Municipal 2001 (Política e Planejamento, Notas para Reflexão)

[...] A formatação de uma gestão compartilhada entre o público e o privado – a exemplo do que ocorre em Barcelona – diz respeito à ênfase econômica

que o campo do turismo abarca, sobretudo na pós modernidade quando as categorias do tempo e do espaço (tão caras ao turismo) foram maculadas nas suas proposições de limites – tirando os muros físicos das fronteiras e com isso os mercados passam a ter novos movimentos e o turismo, com certeza, tem e terá uma parcela bem grande de responsabilidade no jogo do poder.

Desta forma, O CONDESUS confirma esta solidariedade, articulando e promovendo a gestão compartilhada junto ao *trade* turístico na direção de um fortalecimento regional não excludente, abrindo espaço de participação dos atores e agentes envolvidos nos novos moldes de gestão que representam as democracias participativas.

“A organização dos pequenos municípios em consórcios passou a ser vista como uma possibilidade legal e política para defender os interesses locais, como também criar alternativas de desenvolvimento integrado”. (ITAQUI, 2007)⁷

Assim, de uma forma gradual o desenvolvimento é um processo integral que inclui dimensões culturais, políticas, sociais e econômicas de um território. Segundo Swarbrooke (2000, p. 75-92) alguns pontos fundamentam o “Turismo Sustentável”: *“significa que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo do futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local.”* O respeito ao meio ambiente, que significa também um programa permanente de educação ambiental; organização da comunidade de forma a fazê-la compreender e perceber os benefícios do turismo; capacitação empresarial e de mão-de-obra para receber bem, ou seja, o aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenas⁶.

Segundo Bandeira (1999, p. 10), no seu artigo Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional há vários argumentos que destacam a importância da participação da sociedade civil e dos diversos atores sociais em prol do desenvolvimento. Estes são:

⁷ Informe Comercial Caderno Quarta Colônia Nº 29 – 16 de fevereiro de 2007. Diário de Santa Maria.

⁶Desenvolvimento endógeno caracteriza-se pelo uso de recursos internos dos municípios, pela mobilização das forças locais ao invés de esperar que os recursos venham de forças externas, como por exemplo do governo estadual ou federal. Identificado pela dimensão econômica, onde a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade local para organizar, os fatores produtivos da região, e pela dimensão sócio-cultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região.(VÁZQUEZ BARQUERO, 1988)

- A necessidade de consulta dos diversos segmentos comunitários a respeito da concepção, elaboração, implementação e avaliação de projetos /programas de desenvolvimento para assegurar a sua eficiência;
- A importância da vitalidade de uma sociedade civil atuante na vida pública para a boa governança e para o desenvolvimento (mecanismo que controla a transparência administrativa);
- A acumulação de capital social no sentido de incrementar a colaboração e as ações coletivas;
- A relação entre os mecanismos participativos e o fortalecimento da competitividade de uma região;
- O papel da participação na construção/consolidação das identidades regionais que facilitam a construção dos consensos básicos essenciais ao desenvolvimento.

O contato entre a sociedade civil e a administração pública por intermédio da participação da comunidade na formulação, implementação e avaliação de ações governamentais deve ser visto como um instrumento importante para a consolidação das relações de confiança entre os vários atores sociais, públicos e privados, contribuindo com a acumulação de capital social.

A identidade regional pode ser definida como um sentimento compartilhado de pertinência a uma comunidade territorialmente localizada.

Na Quarta Colônia, o que determinou a sua unidade, teve início a partir do momento em que começou a ser vista como não apenas constituindo uma realidade

objetiva, mas sim o contrário: - Ela foi concebida como uma construção mental, individual e submetida à subjetividade coletiva de um grupo social que passou a considerá-la como um produto da história e da cultura de seus habitantes.

A existência dessa identidade é fundamental para que um determinado território possa ser denominado de forma significativa como uma região.

A identidade territorial é construída historicamente e é fundamental para o desenvolvimento da competitividade porque favorece a construção de consensos básicos, sendo a participação um processo de articulação de atores sociais, fortalecimento da coesão comunitária; melhoria da qualidade das decisões; credibilidade; estabelecendo relações de confiança entre atores sociais e político e acumulação de capital social.

Observando as disparidades espaciais no níveis sócioeconômico e a crescente dificuldade em distribuir espacialmente o crescimento, constata-se que a questão fundamental para o desenvolvimento regional não é mais a das capacidades das regiões para atrair novos projetos de desenvolvimento, e passa a ser a forma com que as regiões geram internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas, na inclusão da população e na sua capacidade de organizar-se enquanto comunidade.

Para Brose (2001)

[...] As ações desenvolvidas no âmbito do conceito do desenvolvimento regional dizem respeito a estudos sobre a infra-estrutura na região e os seus principais gargalos, os principais eixos estruturantes da região, a competitividade sistêmica em relação a outras regiões e meios para fortalecê-la, a análise da disponibilidade de recursos naturais e formas para utilizá-los de forma sustentável.

A questão central passou a ser novamente o desenvolvimento endógeno, a promoção de uma rede de laços de trabalho e atividades econômicas, sociais e políticas em favor das potencialidades da região, do aproveitamento dos recursos (naturais, culturais, ético-morais), que pressupõe a forte presença do capital social,

visando ao aumento de eficiência de todos, com suas estratégias baseando-se na utilização de pequenas e médias empresas, as quais surgem por iniciativas dos agentes locais, de modo que possibilite a retenção dos valores econômicos, sociais na própria matriz territorial.

Silva (2004), afirma que a teoria do desenvolvimento de base territorial endógena procurou responder ao paradigma funcional até então dominante, cujos pressupostos eram: a subalternização dos aspectos estruturais do desenvolvimento, como os políticos, sociais e ambientais; uma visão economicista do desenvolvimento, assentada em processos de acumulação de capital. Já o novo paradigma conceitual do desenvolvimento regional, de base territorialista e endógena, pressupõem que o desenvolvimento só será alcançado pela mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações.

Segundo Bandeira (1999), ao descrever as macro-regiões Norte e Nordeste do RS, as quais apresentam várias semelhanças com a Quarta Colônia, por serem formadas por pequenas propriedades rurais e de imigração europeia têm maior potencial associativo o que vem a reforçar a hipótese, de Putnam, de que o capital social é maior onde o civismo é mais intenso.

Essas regiões foram agrupadas como consequência das suas características sociais, econômicas e culturais em relação à ocupação original e formação de estâncias de criação de gado, imigração e colonização europeia, expansão das áreas coloniais, industrialização e metropolização, respectivamente. Bandeira (2003, p.27), afirma que: “Existem diferenças significativas entre as regiões gaúchas no que se refere aos indicadores de capital social em padrões bastante consistentes e que se repetem na maior parte das variáveis estudadas”.

Santos (1996, p.206), também concorda de que os lugares podem se unir horizontalmente, reconstruindo a base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais.. Identificando e fomentando as reais potencialidades da região, como ocorre no CONDESUS onde os municípios integrantes conseguem se

articular para a formulação de políticas integradas na área de Turismo e afins, que permitem a organização de arranjos produtivos, criando formas de representação da vontade popular, identificada a partir da participação e necessidade de todos, permitindo que uma nova forma de gestão do território seja criada, sendo que:

[...] Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo.(PUTNAM, 2000, p.186).

Os sistemas de participação cívica representam fortes interações horizontais, revelando-se uma forma essencial de capital social, e quanto mais desenvolvidos forem em uma comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo.

Apesar dos esforços na busca da diversificação da base econômica e alternativa para o desenvolvimento local e regional, esbarram na falta de experiência dos atores públicos, privados e institucionais locais, que retarda a solução de problemas operacionais na remoção de entraves. Exemplo disso é o caso do turismo, identificado por muitos como uma das potencialidades a serem exploradas na região. Para que o turismo possa tornar-se uma atividade significativa, seria necessário superar dificuldades, como a falta de tradição, reforço da identidade local a infra-estrutura de serviços para esta atividade, a carência de mão-de-obra qualificada, o desconhecimento dos produtos turísticos, a falta de inventários e de material de divulgação, bem como a ausência de empreendimentos locais e a inexistência de sinalização e acessos pavimentados em alguns atrativos turísticos.

Nessa perspectiva Beni (2000) comenta que: *“O turismo promove a difusão da informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais; abrem novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região, integra socialmente”*.

Assim como Beni, outros pesquisadores também corroboram que enquanto estes entraves supracitados não forem equacionados o desenvolvimento turístico da região estará comprometido.

Para que isso aconteça de maneira profunda e sustentável é necessário maior integração desses destinos turísticos, localizados na região, com a elaboração de um produto turístico único, que possa ser divulgado e vendido para outras regiões do Estado, do País e também para fora do Brasil, como uma opção regional de visitação, com possibilidades de conhecimentos de variadas atrações.

Conforme estudos de Petrocchi (1998, p.16), “Investir no turismo é estar respaldado em uma tendência histórica mundial de crescimento firme e regular. O turismo cresce com o aumento da renda per capita e da população”.

Não se trata simplesmente de integrar de forma positiva os conhecimentos, referentes ao turismo, nos sistemas cognitivos e de agir de forma solidária, mas de estabelecer relação de cooperação e negociação do potencial a fim de que os atrativos e sua exploração sejam inseridos no sistema de representações para que constituam parte da identidade local e social, exige, portanto, gestão, regulamentações dos diferentes níveis de governo e competência administrativa.

O crescimento da atividade turística e o desenvolvimento regional não serão, pois, obtidos a não ser pelo planejamento consciente do meio de propagação dos efeitos do turismo, a partir do momento em que se torna uma ferramenta de análise rigorosa e instrumento de uma política.

Em termos amplos, a participação, concertação é atualmente condição elementar quando se trata de planejamento, sobretudo no turismo onde a atividade apresenta alto valor agregado.

Por fim, observa-se que a economia dependente da Quarta Colônia vem se constituindo em campo adequado para o turismo, e as políticas regionais (mesmo que não se encontrem explicitadas em documentos oficiais) buscam tirar proveito em face da sua capacidade de contribuir decisivamente para um processo de desenvolvimento apesar da falta de percepção das administrações no que se refere a expansão do turismo.

Em 2002, depois de muitas negociações com a Secretaria de Turismo do Estado, foi realizada a licitação da sinalização da Rota paleontológica na região central, uma das atividades previstas no projeto apresentado ao Governo do Estado em 1999. Essa sinalização ainda se encontra em processo de confecção e tem cronograma para o ano em curso.

Esse projeto turístico visou à integração regional para a criação de instrumentos técnicos e científicos e a infra-estrutura necessária para a valorização e preservação do patrimônio paleontológico dos municípios pertencentes à região central do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Itaqui (2005),

[...] “A grande quantidade de municípios que constituem a Rota Paleontológica, o desconhecimento desse patrimônio natural, as dificuldades de articulação com as instituições acadêmicas e científicas, o forte corporativismo entre os especialistas e universidades foram fatores que dificultaram a construção dos instrumentos organizacionais, técnicos e jurídicos necessários para a articulação e implantação de programas integrados de curto, médio e longo prazo”.

A sinalização turística e a criação da Rota Paleontológica, busca propor o desenvolvimento do turismo científico associado aos demais tipos de turismo, como alternativa de renda e integração dos demais roteiros já existentes na região e a preservação do patrimônio histórico natural.

Como resposta aos problemas encontrados, e motivados pelas constantes descobertas realizadas nos municípios da Região da Quarta Colônia, foi elaborado o Projeto Parques Integrados da Quarta Colônia. Desta forma, com propostas concretas, articuladas e conduzidas pelo CONDESUS/Quarta Colônia propondo retomar a discussão em busca de somar esforços locais, estaduais e federais para a criação da infra-estrutura necessária a fim de que o patrimônio paleontológico e arqueológico seja estudado, valorizado e protegido, integrando-se concretamente como patrimônio fundamental para o desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia.

A elaboração de projetos turísticos é de vital importância ao desenvolvimento da atividade, sendo necessária a realização de levantamentos criteriosos da oferta, pesquisa e análise da demanda potencial.

Ao mesmo tempo, requerem-se políticas públicas de controle e de preservação ambiental em regiões mais pobres, necessitadas.

Bacelar (2003, p. 3) comenta que geralmente atividades econômicas dinamizam-se áreas de condições de atração locacional com infra-estrutura, recursos humanos qualificados, qualidade de vida da população, com adequação de empreendimentos modernos, gerando maiores lucros. O estímulo à adoção de novas posturas favoráveis ao desenvolvimento das atividades produtivas faz com que se alterem paisagens, culturas, modos de vida, estruturas, relações sociais em várias localidades, áreas excluídas tendem a permanecer à margem dos fluxos econômicos principais assim como a Quarta Colônia.

Entretanto, hoje, estas áreas constituem um grande espaço potencial para promoção da sua prosperidade. Requerem o esforço de talentos capazes de desenvolver estas regiões através de projetos específicos, elaborados com base em contatos diretos com a população, empresas e entidades públicas. Não há dúvidas quanto à eleição de ferramentas para tais empreitadas: - As Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Parcerias Público Privadas (PPP) . A agilidade que a legislação brasileira deu às ONGs colocou-as em papel de destaque no desenvolvimento regional, possibilitando que exerçam tanto o gerenciamento bem como a gestão destes projetos e, mais ainda, fiscalizador destes planos, metas e figuras econômicas. Também contam com a vantagem de poder receber fundos de qualquer origem, seja ela pública, de empresas privadas e da pessoa do cidadão; Quanto as PPPs, ainda que sua regulamentação não seja tão clara como os entes privados desejariam, especialmente no que tange à avaliação dos valores de cada parte societária, o quanto vale a parcela pública e quanto vale a privada, pode chegar à subvalorização do bem público. Todavia, se administradas com absoluta transparência desde o embrião das negociações entre o público e o privado certamente esta é uma ferramenta muito importante para a atração de investimentos

e conseqüente capital social. Portanto quanto mais clara for a regulamentação das PPPs, mais aumentará o número de regiões beneficiadas, especialmente as com menos infra-estrutura, que tem um excelente potencial para atrair investimentos na infra-estrutura necessária para que o capital social possa prosperar através de seus próprios empreendimentos, alavancando um desenvolvimento regional sustentável e com distribuição de renda mais equitativa.

No que diz respeito às atividades pontuais, estudos mostram que o desenvolvimento do turismo em uma região não implica apenas questões econômicas, mas sim uma série de fatores que demonstra suas diversas dimensões, sejam elas sociais, políticas, culturais ou psicológicas. O turismo movimenta mais de cinqüenta setores da economia, sendo uma das inúmeras formas de lazer, e tem a competência no sentido de promover o desenvolvimento local e regional. Por isso, o crescente interesse dos planejadores municipais pelo desenvolvimento do turismo em sua cidade. Na região em estudo, Quarta Colônia, pertencente à Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul, ele surge como alternativa para a revitalização econômica e social dos municípios.

Testemunhos declararam: - Quais os projetos, programas já realizados nos municípios, na área do turismo e cultura e a forma como eles se relacionam com as políticas públicas da Metade Sul do Rio Grande do Sul e o CONDESUS/ Quarta Colônia?

[...] Bom, prá começar,né? tu tem que gravar as entrevistas? Porque eu não me lembro de todos os projetos que foram feitos aqui. Eu entrei prá trabalhar na prefeitura municipal, e fui indicado prá compor o secretariado da chapa do atual prefeito. Eu era bancário, e não tenho muita experiência com o turismo, mas eu conheço muito bem a região,né? Sei que o Itaqui há anos vem trabalhando, desde a época quando era secretário em Silveira Martins. Ele fez, junto com a Maria Angélica, o projeto de educação patrimonial, e que na época, teve grande resultado. A partir daí que começou a se pensar em turismo na Quarta Colônia. E logo depois veio os roteiros integrados. Ah! também teve a Semana de cultura italiana em Vale Vêneto, onde vêm muita gente de todos os lugares. Até a universidade faz parte da programação cultural. Aqui, temos vários eventos, como as festas do município, que também atrai muita gente, os restaurantes ficam tudo cheio, faltam hotéis e geralmente o pessoal volta prá Santa Maria. Agora, com a sinalização da rota paleontológica e a construção dos museus, muito mais gente vai vir aqui visitar a região,né? Temos também, a clínica oftalmológica,que vem gente de tudo que é lugar pra consultar, é ônibus cheio que chega aqui. Claro, que essas pessoas acabam gastando o dinheiro, em lojas, farmácias e lanchonetes. Até, teve um caso, que os

clientes de um restaurante reclamou, quando chegam os turistas, a gente não tem lugar nem prá comer, fica tudo cheio, é um nojo.

Olha! Prá te falar a verdade, ouvi alguma coisa sobre as política de desenvolvimento, mas política é política, né? E a metade sul, tá sempre reclamando, mas não sei se vai dar em alguma coisa. Se ela se relaciona com o turismo, eu não sei te dizer. Acho que qualquer incentivo é bem vindo, tu não vê a serra gaúcha, todo mundo vai lá visitar, e aqui nós também temos lugares lindíssimo. E agora mais ainda com a paleontologia, e com a construção dos museus, tu sabe, né? Foi aprovado pelo ministério e já tão até desapropriando a área. Acredito que o retorno vai ser muito grande pro município. O que precisa da população é uma cultura turística, as pessoas não entendem que tratar bem as pessoas que chegam aqui, trás retorno pra cidade.

O turismo começou a se desenvolver no início do século (década de 20), quando turistas vinham veranejar em Silveira Martins. Na época, a cidade tinha três hotéis e na Quarta Colônia, efetivamente, o turismo passou a ser desenvolvido com o início do projeto Turístico Integrado, em 2002. No ano de 1994, iniciou com o projeto de educação patrimonial onde foram feitos roteiros integrados. No ano de 2002, quando através do CONDESUS houve movimento dos prefeitos e se uniram para assinarem com o SEBRAE projeto para desenvolver o turismo na região.

A partir disso, começou-se a pensar o turismo de forma integrada, contribuindo para as ações em desenvolvimento na região. Acreditando que essa visão integrada fortalecerá o desenvolvimento e dará sustentação para a que a região se transforme em um destino turístico.

Atualmente, tem-se a situação do turismo um pouco mais complexa, exigem-se melhores condições de estradas, melhores condições de atendimento, as pessoas não vêm especificamente para a região, a grande maioria exige dos serviços uma atenção especializada, são pessoas de certo poder econômico e formação cultural, bem mais exigentes do que o sistema tradicional que está sendo organizado, então a tendência é qualificar. Passa a se pensar o turismo de forma integrada, no conjunto da região, começa a aparecer o conceito da Quarta Colônia como elemento de integração da microrregião. Entretanto, no que se referem às políticas públicas da Metade Sul do Rio Grande do Sul e o CONDESUS/ Quarta Colônia há um desconhecimento geral por parte dos entrevistados.

Ao serem interrogados sobre “de que maneira as políticas públicas podem estar impedindo a consolidação do produto turístico?”

As respostas obtidas foram de que não existe impedimento para a consolidação do turismo na região.

Quanto às perspectivas referentes a políticas públicas para os agentes que

participam da atividade turística?

[...] As respostas obtidas estão na participação da UNIFRA e do SESC no desenvolvimento turístico da Quarta Colônia. Existe um protocolo de intenções entre o Centro Universitário Franciscano e o Consórcio da Quarta Colônia. A cada trabalho a ser iniciado em um determinado município é fechado um convênio em especial.

Os convênios abrangem os nove municípios: Dona Francisca, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Agudo e Restinga Seca. Os objetivos destes são conjugar esforços no sentido de realizar ações conjuntas que visem mapear, classificar, hierarquizar, organizar e disponibilizar a potencialidade turística do território geográfico pertinente ao Condesus para valorizar a oferta e o produto turístico regional, buscando fortalecer a dimensão socioeconômica do turismo, enquanto atividade humana geradora de novos postos de trabalho, produção, renda e lazer.

Verifica-se que além dos convênios e ações do Condesus, pode-se observar resultados mais significativos caso os secretários de turismo desenvolvessem mais propostas e conseqüentes projetos para seus respectivos municípios, descentralizando parte do já sobrecarregado Condesus. Recursos existem em vários portais, tanto públicos como privados, brasileiros e até europeus. Coordenar estes projetos de forma independente e ao mesmo com assistência conjunta vai determinar o sucesso das políticas municipais da Quarta Colônia.

No próximo capítulo buscar-se-á descrever o potencial turístico da Região da Quarta Colônia, a participação da região na economia do estado, bem como descrever seus principais pontos turísticos e fazer uma análise das ações desenvolvidas nos últimos dez anos no setor. Conforme trabalho realizado pela equipe de Planejamento do Porto Alegre Turismo – Escritório Municipal 2001.

3 PREDISPOSIÇÃO ECONÔMICA E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA

3.1 A influência da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul

A Colônia de Silveira Martins, 4º Núcleo de Colonização Italiana organizada pelo império para receber imigrantes vindos do norte da Itália, em conjunto com as outras três colônias da região nordeste do Estado, hoje os municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do sul, merece destaque nesta pesquisa, pelo fato de apresentarem potencialidades semelhantes, mas que com o passar do tempo foram sendo diferenciadas , pelo modo de produção , pelo investimento , pela elaboração de profissionais capacitados e desta construção as parcerias com entidades e convênios com agentes exteriores, cita-se o caso da elaboração do roteiro turístico rural. Rota da Uva e do Vinho.

Com o advento das administrações municipais da gestão 1993/1996, os prefeitos, reuniram-se para, em conjunto, estudarem ações políticas, administrativas e econômicas que viabilizassem um desenvolvimento sustentável da região.

Em leitura do jornal Diário de Santa Maria (23/12/2003), segundo o Ministro da Secretaria Especial do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro, afirmou que a Quarta Colônia é um exemplo de sociedade organizada, e que já se posiciona em torno do desenvolvimento. Nesta reunião foi assinado um protocolo de intenção, pelos representantes do governo e pelo anterior ministro do Turismo Milton Zuanazzi, com um investimento de R\$ 3,6 milhões para a criação de uma rota paleontológica e a construção de 4 parques e museus paleontológicos em Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Agudo e Dona Francisca, unificando num único pacote publicitário a marca Quarta Colônia, apresentando a rota às agências nacionais e internacionais. A concretização dessa meta irá proporcionar que o turismo e o patrimônio cultural sejam os principais beneficiários, consolidando a Quarta Colônia como sendo ela realmente um produto turístico viável, e profissionalizando a atividade na região.

Portanto, este capítulo tem como objetivo realizar a análise da economia vigente e das potencialidades econômicas de cada um dos municípios da região da Quarta Colônia. A partir dos dados econômicos e demográficos apontados, será possível realizar inferências sobre o aproveitamento dos recursos da região em relação às atividades turísticas.

3.2 Análise do município de Agudo

O município de Agudo está localizado na margem esquerda do rio Jacuí, encostas da Serra Geral, abrangendo uma área de 524,70 km². O município pertence à Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense e Microrregião de Restinga Seca. Sua distância da capital do Estado (Porto Alegre) é de 250 km (ITAQUI, 2002, p. 35).

Segundo o Condesus (2007)⁸, Agudo aparece pela primeira vez num mapa organizado, no ano de 1800. O Governo Provincial cria na região, a Colônia Santo Ângelo, nome dado em homenagem ao então Presidente da Província, Ângelo Muniz Ferraz. Apenas em 1º de novembro de 1857, os primeiros imigrantes alemães chegam a Cerro Chato, a margem esquerda do Rio Jacuí. O território, na década de 1820, passa a fazer parte do município de Cachoeira do Sul. Antes de tornar-se uma cidade, o lugarejo foi denominado posteriormente, distrito e vila. Somente em 1957, com o movimento emancipacionista, passou à condição de município desmembrando-se dos municípios de Cachoeira do Sul e Sobradinho. Atualmente, o município comemora 43 anos de emancipação político-administrativa, com uma população de 17.000 habitantes, sendo a grande maioria descendente de imigrantes alemães. Segundo o site oficial do Município⁹, o nome Agudo originou-se de um morro localizado a oeste do município, com 429 metros de altura. No território que compreende o atual município, foram encontrados vestígios arqueológicos das tradições Humaitá, Vieira e Tupi-guarani. Esses índios foram aldeados nos séculos XVII e XVIII.

⁸ CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA (CONDESUS). **Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS**. CD-ROM, 2002.

⁹ Disponível em: <<http://www.agudo.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100143002>> Acesso em 11.fev.2007.

A população do município em 2005, segundo a FEE¹⁰, constava de 17.981 habitantes, estando a maioria estabelecida no meio rural (11.214) em relação ao meio urbano (6.767), obtendo uma densidade demográfica de 33,5 habitantes por km². A expectativa de vida é de cerca de 73,24 anos.

Dados fornecidos pelo IBGE¹¹ mostram a situação do município no que diz respeito à saúde e educação. A cidade possui 11 estabelecimentos de saúde, sendo que 6 são públicos e 5 privados, oferecendo um total de 65 leitos à população. Além disso, tem 2.554 alunos matriculados no ensino fundamental (2004) e 485 alunos matriculados no ensino médio (2004), distribuídos entre escolas públicas e privadas, contendo 181 docentes no ensino fundamental e 52 docentes no ensino médio.

Com relação à questão econômica, é relativamente estável com a agropecuária atingindo maior percentual, a indústria em segundo lugar, seguidos do comércio e da prestação de serviços. Destaca-se na agricultura comercial a produção de arroz, de fumo, comercializado *in natura*, e, ainda, a produção de morangos, de milho e feijão.

Outra atividade de relevância é a pecuária do município, diversificada, conforme pode-se ver na tabela abaixo, a qual mostra como se distribui a criação de animais por espécie:

Tabela 4 – Efetivo dos Rebanhos do Município de Agudo (2003) por ordem de importância.

Tipo de Rebanho	Quantidade (cabeças)
Frangos	70.698
Suínos	18.012
Bovinos	16.159
Ovinos	1.159
Eqüinos	715

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 11.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

¹⁰ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?ano=2005&letra=A&nome=Agudo>. Acesso em 11.fev.2007.

¹¹ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 11. fev.2007.

A criação de outras espécies também aparece nas estatísticas, porém em menor destaque. Os produtos originários da pecuária são a carne, o leite, ovos e lã. Esses dados indicam que a produção de carne e seus derivados (só em leite foram produzidos 4.466 litros) garantem o fornecimento de uma alimentação adequada ao turista, principalmente se vinculada às tradições culturais da região. A exemplo disto, tem-se o frango, cuja criação é destaque no município, como elemento principal do cardápio. Outro exemplo é o queijo, derivado do leite, e também, o salame, sub-produto da carne suína que pode ser comercializado nos estabelecimentos do município. A lã da ovelha pode ser utilizada na confecção de vestuário e decoração; o mesmo acontecendo com o couro bovino. Este aproveitamento da pecuária já existe, no município, mas pode melhorar se estiver voltado para a atividade turística, aumentando seu valor de revenda e proporcionando maior renda ao produtor rural.

Em relação à agricultura, verifica-se a ocorrência, no município, de dois tipos de lavouras, a permanente e a temporária, conforme classificação do IBGE. A lavoura permanente é constituída de frutas e verduras. Na Tabela 5, observa-se os principais produtos de lavoura permanente do município.

Tabela 5 – Produtos da lavoura permanente do município de Agudo – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Laranja	977
Pêra	207
Pêssego	110
Tangerina	96
Limão	70
Uva	50
Banana	48
Goiaba	30
Caqui	18
Figo	15
Mamão	11

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 11.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

A análise destes indicadores mostra que existe uma produção em grande quantidade de frutas que podem ser canalizadas para a indústria turística. As frutas, dentro do cardápio alemão, misturam o sabor salgado ao doce, constituindo oportunidade de criação de diversos produtos como compotas; cucas; doces em geral; frutas cristalizadas e desidratadas; balas; sucos embalados; vinho (de laranja e de uva), polpas e geléias. As frutas também podem ser o atrativo de festas, muito

comum no Estado. Além disso, estas frutas podem fazer parte do cardápio oferecido ao visitante nos cafés coloniais e nos restaurantes de comidas típicas, de forma isolada ou em saladas de frutas. O sorvete delas também pode se tornar uma importante fonte de comercialização.

A lavoura temporária, ainda seguindo a classificação do IBGE, constitui-se nas plantações com safra. A seguir, ver-se-á os principais produtos deste tipo de plantação do município de Agudo.

Tabela 6 – Produtos da lavoura temporária do município de Agudo – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Arroz	36.673
Milho	14.400
Fumo	9.000
Mandioca	7.500
Batata-doce	6.900
Cana-de-açúcar	6.200
Tomate	300
Cebola	180
Feijão	58
Melão	9

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 12.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Analisando os produtos da lavoura temporária do município de Agudo, verifica-se que o arroz e o milho ocupam posição de destaque, sendo que um dos motivos da grande plantação de milho é a alimentação animal. Porém, o milho ainda serve como alimento em muitos pratos típicos, além de um derivado do produto, a farinha de milho, que pode ser utilizada na preparação de pães e bolos. O mesmo acontece com a farinha de mandioca, que é muito apreciada como acompanhamento no tradicional churrasco gaúcho. A partir da cana-de-açúcar é produzido o melado, ingrediente de inúmeros tipos de rapaduras, que podem ser vendidos aos turistas. O tomate, a cebola e o feijão servem como alimentos e/ou condimentos importantes na alimentação do visitante.

As principais indústrias do município estão no meio calçadista, beneficiamento de cereais e madeiras, confecções, alimentos, artefatos de cimento, e couro, além das metalúrgicas e olarias.

Em relação à oferta de serviços e recepção ao cliente, com base nos indicadores do IBGE e do site oficial do município, construiu-se a tabela 6, que permite visualizar este segmento no município de Agudo.

Tabela 7 – Oferta de Serviços Estrutura de Atendimento ao turista do município de Agudo – RS (2003)

Produtos	Quantidade
Hotéis	01
Pousadas	02
Camping	01
Restaurantes e afins	11
Agências Bancárias	04
Empresas comerciais	324
Atividades Imobiliárias	17
Serviços de transporte, armazenagem e comunicações	38

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 11.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Verifica-se, pela tabela acima, que o número de estabelecimentos destinados a receber visitantes (alimentar e hospedar) é pequeno, tendo em vista a própria demanda. Da mesma forma, serviços de assistência ao visitante são reduzidos, o que torna o município, atualmente, despreparado para recebê-los em grande número. No comércio, o destaque fica em conta dos móveis, eletrodomésticos, construções civis, alimentos e confecções. Em relação à situação do transporte, verifica-se o acesso somente por rodovias. Além disso, os pontos turísticos encontrados nos município situam-se, em sua maioria, em áreas particulares, não havendo uma estrutura de recepção aos visitantes.

O Balneário Drews fica localizado na Linha Boêmia, a 14 Km da cidade de Agudo e próximo à Usina Hidrelétrica de Dona Francisca. O balneário oferece área de banho nas águas do Arroio Corupá com trampolim para mergulho, área com churrasqueira, campo de futebol e vôlei na areia, cancha de bocha e pracinha, cabana e quartos para locar, venda de produtos coloniais, além de uma gruta com a imagem do Santo Expedito.

Cascata Raddtatz: Em meio a uma natureza exuberante, cercada de mata nativa com uma rica flora de plantas, como bromélias e orquídeas, fontes de águas límpidas, encontra-se uma belíssima cascata com 32 metros de queda d'água e escadaria de acesso com 132 degraus. Localizada em Linha Nova, interior do

município, a cascata é um dos pontos turísticos mais visitados em Agudo. Nos 12 Km do caminho em estrada de chão, passa-se por locais interessantes, como a Linha Branca, paredões de rocha basáltica, propriedades de pequenos agricultores e algumas casas típicas da região da colonização alemã.

No caminho para a Usina Hidrelétrica Dona Francisca, há muitos açudes, cemitérios de famílias locais, casas de Pedra e plantações de arroz. Passa-se também pelo Morro da Igreja e pelo Rio Jacuí que faz margem com a estrada ao longo do percurso. A Usina está situada a 28 Km da sede do município na localidade de Nova Boêmia. Esta Usina foi construída em 1999 e inaugurada em 2001. Ela é o primeiro empreendimento hidrelétrico do Estado do RS a ser construído de acordo com a moderna legislação ambiental brasileira, com capacidade de geração de 125 MW. Localizada na Nova Boêmia, entre os municípios de Nova Palma e Agudo, é o quinto pólo de aproveitamento energético do Rio Jacuí.

O Morro Agudo que serviu de inspiração para o nome do município está localizado a oeste da cidade, com 429 metros de altura. A trilha do Morro Agudo é caracterizada pela diversidade ambiental e pela paisagem rural composta por agricultores que trabalham nas suas lavouras, campos, matas secundárias, formações de rochas entre outras belezas naturais e representações da cultura local. A vegetação que prevalece no morro é típica de áreas pedregosas e áridas, com cactos e bromélias em seu ponto mais alto. Do pico do morro pode-se visualizar quatro municípios da região: Agudo, Dona Francisca, São João do Polêsine, Restinga Seca, e ainda o Rio Jacuí que serpenteia toda região.

O Monumento Imigrante onde se encontra os restos mortais de 18 imigrantes, foi construído em 1907 em comemoração ao Cinquentenário da Imigração Alemã no Estado. Hoje, o Monumento simboliza a sua chegada dos alemães e toda força e garra utilizadas para reconstrução de uma nova morada.

A Gruta do Índio, de arenito, com uma entrada de aproximadamente 15m de largura por 8m de altura, onde, segundo a comunidade local habitaram povos indígenas. As características da gruta e seu mistério fazem com que ela se transforme em um ponto de interesse para visitação.

O Instituto Cultural Brasileiro Alemão de Agudo (ICBAA) é um brilhante legado do Pastor Richard Rudolf Brauer, líder comunitário e religioso de Agudo. Fundado em 1982, por um grupo de colaboradores, o ICBAA abriga, em sua ampla sede, edificada em estilo enxaimel e sombreada por mata nativa, um centro cultural com museu (Museu Histórico Pastor Rudolf Brauer), auditório (Auditório João Gerdau), biblioteca alemã, salas de vídeo e de oficinas culturais.

O Balneário e Cascata Friedrich localiza-se a 1200 metros da RST 287 e a 11 Km da cidade de Agudo. Durante a temporada de verão, de dezembro a março, oferece os seguintes atrativos: área de camping, esportes e lazer; churrasqueiras, luz elétrica; banheiros equipados; instalação de água natural; cancha de bocha, trilhas auto guiadas; cascata natural; piscina; amplo estacionamento; produtos coloniais; artesanato; bar, pavilhões para festa e eventos, além de muita sombra e belezas naturais.

3.3 Análise do município de Dona Francisca

Dona Francisca é a antiga colônia de Santo Ângelo, criada em 1855, situada à margem direita do Rio Jacuí, pertencente à Cachoeira do Sul. Sua sede era a Fazenda Santo Antônio, de propriedade de José Gomes Leal. Por volta de 1880, a fazenda foi vendida para a família Mostardeiro, e o nome da cidade foi uma homenagem à esposa do novo proprietário, pois a primeira linha demarcatória da vila foi denominada Dona Francisca. A partir de 1883, foram estabelecidas as bases para colonização das terras por imigrantes alemães e italianos.

Os colonos alemães fixaram-se em Linha Ávila e, os italianos, oriundos de Vêneto e Treviso, onde hoje é Linha Grande, Linha do Moinho e Linha do Soturno. O rápido desenvolvimento econômico, fruto do trabalho dos imigrantes, fez com que Cachoeira do Sul, no primeiro quarto deste século, instalasse em Dona Francisca a sede do 5º distrito. Este constituído pelas localidades de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Linha Ávila, Santos Anjos, São João do Polêsine e Vale Vêneto. Em 1934, chegaram da Itália as Irmãs Palotinas, criando a primeira Congregação da Ordem na

América Latina, e fundando a Escola São Carlos. Já em 1959, Dona Francisca solicitou emancipação.

Dona Francisca, situada entre a Serra de São Martinho e as várzeas do Rio Jacuí, situação privilegiada que lhe confere características ambientais únicas. A partir de então, foram estabelecidas as bases para a colonização por imigrantes italianos e alemães, principalmente na localidade de Trombudo. O município emancipou-se em 1965, desmembrando-se de Faxinal do Soturno (17/7/1965 - Lei nº. 4993).

Decretada a emancipação, foi realizado um plebiscito para escolher a sede do município entre Dona Francisca e Faxinal do Soturno, povoado do mesmo distrito, onde este foi vencedor. Em 1965, Dona Francisca consegue sua autonomia, pela Lei nº 4993, de 17 de julho de 1965, desvinculando-se de Faxinal do Soturno.

O Rio Jacuí é o principal patrimônio de Dona Francisca. O cais do porto tem hoje um grande valor histórico por ter servido como principal escoadouro da produção agrícola da região. Atualmente, é também um espaço para diversão, recreação e lazer. Neste sentido, são incentivadas atividades como a canoagem, a pesca esportiva e passeios a barco.

O município ocupa uma área de 114,35 km². Sua população em 2005, segundo o IBGE, constava de 3.822 habitantes, sendo que 2.215 habitantes moram no meio urbano e 1,607 habitantes residem no meio rural, com uma densidade demográfica de 34,8 habitantes por km². A expectativa de vida é de cerca de 69 anos.

Dados fornecidos pelo IBGE¹² mostram a situação do município no que diz respeito à saúde e à educação. A cidade possui três estabelecimentos de saúde sendo que dois são públicos e um privado, oferecendo um total de 27 leitos à população. No que diz respeito à educação, possui 665 alunos matriculados no

¹² FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 11.fev.2007.

ensino fundamental (2004) e 147 alunos matriculados no ensino médio (2004), além de 39 docentes no ensino fundamental e 15 docentes no ensino médio.

A pecuária do município é diversificada como nos outros municípios da Quarta Colônia, conforme pode-se ver na tabela a seguir:

Tabela 8 – Efetivos dos Rebanhos do Município de Dona Francisca (2003) por ordem de importância.

Tipo de Rebanho	Quantidade (cabeças)
Frangos	15.112
Bovinos	3156
Suínos	4580
Ovinos	1.159
Coelhos	320
Eqüinos	75

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 14.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Semelhante ao Município de Agudo, Dona Francisca apresenta destaque na produção de frangos e seus subprodutos. Porém, aqui, os bovinos apresentam um número maior de cabeças. Há um destaque relevante para os coelhos, criados nas propriedades familiares. Além disso, constatou-se a expressiva produção de mel de abelhas (2,2.64 kg), que é um importante produto para a economia local. Também, como no município anterior, podem ser evidenciados subprodutos, como o queijo e o salame; produtos comercializados em grande escala para turistas.

A seguir, verifica-se como está a situação do Município de Dona Francisca em relação à Lavoura Permanente.

Tabela 9 – Produtos da lavoura permanente do município de Dona Francisca – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Laranja	80
Tangerina	30
Pêra	19
Uva	18
Caqui	16
Pêssego	9
Limão	6

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 14.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Observa-se que, em Dona Francisca, há uma grande produção de frutas cítricas, o que pode gerar a produção de sucos naturais. O vinho, resultante tanto da uva como do pêssego, também pode ter a sua produção incrementada. Pêssego e pêra podem ser utilizados na produção de geléias, doces em geral e compotas.

Vê-se, a seguir, os principais produtos de lavoura temporária do município de Dona Francisca.

Tabela 10 – Produtos da lavoura temporária do município de Dona Francisca – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Arroz	13.507
Cana-de-açúcar	5.200
Milho	1890
Feijão	1.656
Mandioca	646
Soja	216
Fumo	176
Batata-doce	90
Melancia	45
Trigo	40
Amendoim	8

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 14.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Analisando-se a tabela acima, verifica-se uma grande produção de arroz, cana-de-açúcar, milho e feijão, utilizados na alimentação diária. Estes produtos podem ser a base da alimentação do turista, juntamente com as carnes produzidas no município.

Com relação à oferta de serviços e recepção ao cliente, tendo como base nos indicadores do IBGE e do site oficial do município, originou a tabela 7, que permite visualizar este segmento no município de Dona Francisca. Quanto à estrutura de atendimento ao turista só existem dados do número de bares e restaurante, que são 10 estabelecimentos.

Assim como no município de Agudo, o número de estabelecimentos destinados a receber visitantes (alimentação e hospedagem) é pequeno, tendo em

vista a própria demanda. Da mesma forma, serviços de assistência ao visitante são reduzidos. Isso torna o município, atualmente, despreparado para receber turistas em grande número.

Atrativos Turísticos existem vários. Dentre eles destaca-se: o Rio Jacuí, que é o principal patrimônio de Dona Francisca, cujo porto tem hoje um grande valor histórico, por ter servido com principal escoadouro da produção agrícola da região. Uma das formas de valorizar a sua importância é transformá-lo, também, em espaço para diversão, recreação e lazer. Neste sentido, são incentivadas atividades como a canoagem, a pesca esportiva e os passeios de barco.

A praça Padre José Iop é o principal ponto de referência, devido a sua localização estratégica oportuniza um visual amplo: ao Norte, o imponente morro Santo Antônio e ao Sul, o Rio Jacuí com suas produtivas várzeas.

A Igreja Matriz São José, construída em 1942, em estilo romano, considerada uma das mais belas igrejas do estado. As figuras internas foram pintadas pelo artista italiano Ângelo Lazarini.

O Parque Histórico Municipal, Obaldino Benjamin Téssele, inaugurado em 1986, tornou-se um complexo turístico próximo ao rio Jacuí, homenageando as origens do município. Com casas típicas italianas e alemãs mobiliadas com objetos autênticos da época da colonização são usadas para exposições e festividades.

O imponente Morro Santo Antônio, com 382,5 metros de altura, é beleza natural de destaque do Município de Dona Francisca, onde em seu cume pode-se visualizar uma cruz a qual foi a primeira a ser colocada no local, data de 22 de novembro de 1959, por pessoas da comunidade lideradas pelo Padre Luizinho Vendrusculo, com o objetivo de proteger o Município. Na oportunidade foi recebido um telegrama do Papa João XXIII, concedendo à Paróquia de Dona Francisca uma Benção Apostólica. A segunda cruz foi posta em 1985 por um grupo de jovens franciscanos liderados por Alexandre Cassol Rampelotto, em função da primeira ter sido destruída pelo fogo.

No Monumento à Nossa Senhora dos Navegantes, às margens do Rio Jacuí, no Parque Histórico Obaldino Benjamin Tessele, encontra-se a padroeira do Município.

A Panorâmica do Tobogã e Teleférico: privilegia ao visitante deleitar-se num jogo de cores sempre novas e desfrutar de paisagens únicas que se estendem ao infinito. Além de poderem utilizar um escorregador gigante e um teleférico.

Outros pontos para o desfrute dessa paisagem marcada pela cultura alemã e italiana encontram-se na localidade do Trombudo. O primeiro ponto é a casa da Família Friedrich, construída em 1920; o outro é o sobrado da Família Secretti, construído em 1910. São prédios rústicos, exemplares únicos da arquitetura colonial alemã e italiana, no Rio Grande do Sul. Percorrer seus ambientes é voltar no tempo. As madeiras falquejadas, as paredes de tijolos feitos pelos próprios imigrantes e a distribuição dos espaços, dão a sensação de viver-se numa casa medieval. Estes prédios são relíquias que devem ser visitados. Na localidade do Trombudo, também pode ser visitada a Furna do Morcego; uma obra da natureza esculpida na pedra. Não muito longe se encontra a Cascata da Família Segatto. No local, pode-se encontrar uma importante diversidade de espécies florestais, que fazem o entorno da cascata. O passeio a estes lugares pode ser feito em uma caminhada emocionante. Com isso os visitantes podem desfrutar do contato com a natureza e aproveitar o ar puro.

3.4 Análise do município de Faxinal do Soturno

O local onde hoje se encontra o município de Faxinal do Soturno pertenceu ao município de Rio Pardo, sendo iniciado o povoamento da sede por volta de 1884. É destacável o fato de a sede nunca ter sido "vila", tendo passado à categoria de cidade com a emancipação do município.

Tanto para as antigas denominações quanto para o nome atual, não existe documentos que determinem sua origem. Sobre o nome Faxinal do Soturno, sabe-se que foi motivado pelos pantanais ribeirinhos que, nos primeiros tempos,

apresentavam-se cobertos de mato cerrado e escuro, lugar soturno e perigoso, principalmente no inverno. O nome foi aplicado por uma equipe da Carta Geográfica que percorreu o rio Jacuí estudando as possibilidades de navegação.

Junto ao rio Soturno havia grandes extensões de faxinal, campo coberto de mato curto. Então se uniram os dois nomes formando Faxinal do Soturno. A origem do seu nome Faxinal vem da denominação dada à vegetação que cobria esta região, na época da colonização. A riqueza do solo trabalhado pelos braços abnegados dos colonos, os recursos de industrialistas, o trabalho dos operários, o desenvolvimento do comércio, tudo isso, aliado à tradição da fé cristã, contribuiu para o crescimento de Faxinal do Soturno. Com o progresso econômico-social, começou-se a pensar no aspecto político-administrativo.

A População total do município é de 6.978 habitantes. De acordo com o IBGE (2003), 60% de sua população vive na área urbana e 40% na área rural. Seu território é de 169,95 km². O município possui 5 estabelecimentos de saúde, 2 públicos e 3 privados, oferecendo um total de 35 leitos para a população. A rede escolar abriga 995 alunos no ensino fundamental e 224 alunos no ensino médio, sendo atendidos por 79 docentes no ensino fundamental e 22 no ensino médio, respectivamente (IBGE, 2003).

O sustentáculo da economia é a agropecuária, seguida do comércio, da indústria e prestação de serviços. Esta base econômica faz de Faxinal do Soturno não só o centro geográfico da Quarta Colônia, como também um grande centro comercial. Aliado a isso, ocorrem grandes eventos durante o ano, conferindo a esta bela cidade um forte elemento de atrativo turístico.

A pecuária do município é diversificada, conforme se pode ver na tabela a seguir, a qual mostra como se distribui a criação de animais por espécie:

Tabela 11– Efetivos dos Rebanhos do Município de Faxinal do Soturno (2003) por ordem de importância.

Tipo de Rebanho	Quantidade (cabeças)
Frangos	13.645
Bovino	7.651
Suínos	3.718
Ovinos	822
Codornas	330
Eqüinos	210

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 14.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Em comparação aos demais municípios estudados, Faxinal do Soturno apresenta percentuais semelhantes na produção pecuária, com destaque para os frangos, bovinos e suínos, gerando assim os mesmos subprodutos para comercialização ao turista. A produção de codornas, aparece como diferencial dos municípios anteriores cujo ovo é muito apreciado e o mel de abelha também importante na região.

A tabela a seguir mostra-nos os números encontrados para a Lavoura Permanente em Faxinal de Soturno. Três produtos destacam-se: laranja, uva e banana, sendo que os três podem ser utilizados na confecção de sucos, doces, compotas e subprodutos.

Tabela 12 – Produtos da lavoura permanente do município de Faxinal do Soturno – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Laranja	450
Uva	208
Banana	198
Tangerina	22
Caqui	17
Limão	6
Figo	5
Pêssego	5

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 14.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Observando-se a tabela a seguir, verifica-se que a lavoura permanente tem destaque para arroz, cana-de-açúcar, milho, soja e mandioca. Destes produtos, além da alimentação do visitante, a cana-de-açúcar pode ser útil para fabricação de

produtos à base de melado, combinados ou não com amendoim.

Tabela 13 – Produtos da lavoura temporária do município de Faxinal do Soturno – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Arroz	10.860
Cana-de-açúcar	10.000
Milho	3.150
Fumo	2.552
Soja	1.440
Mandioca	1.440
Batata-Inglesa	275
Feijão	220
Batata-doce	180
Cebola	140
Trigo	140
Amendoim	59
Melancia	16

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 14.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Em relação à oferta de serviços e recepção ao cliente, com base nos indicadores do IBGE e do site oficial do município, verificou-se que existe apenas 03 hotéis e 02 restaurantes no município.

A Igreja Matriz foi construída em estilo moderno com 02 séries de janelas duplas romanas, seus belos afrescos datam de 1956 e foram executados por Angelo Lazzarini, obra em estilo barroco que foi concluída em 1937, e sua pintura interna retrata cenas do Antigo e do Novo Testamento.

O Cerro Comprido possui pista de *paraglider* e altitude de 528m, apresentando 270° de contrastes paisagísticos. Localiza-se na saída para Novo Treviso.

A Linha Nova Palma possui o percurso que acompanha a sinuosidade do Rio Soturno, conferindo-lhe ímpar beleza.

A Gruta de Sítio Alto é um templo de fé construído pela natureza. Segundo moradores locais, a gruta é tão profunda que ainda não se conseguiu alcançar seu término. Localiza-se em Sítio Alto, a 15km da sede do município.

O Santuário Mãe Três Vezes Admirável está localizado num bosque bem no centro da cidade, é um local de paz e orações.

3.5 Análise do município de Ivorá

Em 25 de setembro de 1883 foram distribuídos lotes coloniais e assentadas as primeiras famílias de imigrantes italianos. Inicialmente, esses lotes foram chamados de Núcleo Norte, em referência à Colônia de Silveira Martins, núcleo da colonização. Mais tarde, foi denominada Nova Udine em homenagem a Udine, na Itália. Primeiramente surgiu a Capela construída pela comunidade, e depois a vila à qual o Instituto Histórico e Geográfico do estado deu nome de Ivorá, uma denominação indígena que significa "Rio da Praia Formosa".

A quarta leva de imigrantes a estabelecer-se no Rio Grande do Sul, chegou em 1876 e instalou-se no então denominado Núcleo Colonial Italiano de Silveira Martins. O Núcleo Norte (Ivorá), a primeira denominação do atual município de Ivorá, foi fundado em 25 de setembro de 1883, onde se estabeleceram famílias oriundas de Udine, Friuli e de Vêneto.

A denominação de Núcleo Norte deu-se devido à localização ao norte de Silveira Martins, sede da colonização. Em 1º de janeiro de 1939, o Núcleo Norte passou à categoria de Vila com o nome de Ivorá, porque durante a Segunda Guerra Mundial, sugeriu-se que cidades e vilas cujos nomes eram de procedência italiana, fossem substituídos por topônimos em língua portuguesa. Este então é o motivo pelo qual Nova Udine passou a chamar-se Ivorá.

A população do município em 2003, segundo o IBGE¹³, constava de 2.495 pessoas, estando a maioria estabelecida no meio rural (1.797) em relação ao meio urbano (698 habitantes). A expectativa de vida destes moradores era de 72,75 anos em 2005.

Segundo o IBGE¹⁴, o município possui 2 estabelecimentos de saúde, sendo que 1 é público e outro é privado, oferecendo um total de 22 leitos à população. Em relação à escolaridade, possui 306 alunos matriculados no ensino fundamental (2004) e 132 alunos matriculados no ensino médio (2004) distribuídos entre escolas públicas e privadas, contando com 31 docentes no ensino fundamental e 14 docentes no ensino médio.

Na tabela a seguir, verifica-se como se distribui a criação de animais por espécie. Observa-se que os frangos são os animais predominantes, seguidos de bovinos e suínos. Um dado importante em Ivorá é o número de Caprinos, que foge um pouco do padrão da região. Nota-se, assim, que muitos dos produtos ou subprodutos originários podem ser oferecidos aos turistas, semelhante a outros municípios já descritos acima.

Tabela 14 – Efetivos dos Rebanhos do Município de Ivorá (2003) por ordem de importância.

Tipo de Rebanho	Quantidade (cabeças)
Frangos	7.876
Bovinos	5.158
Suínos	1.365
Caprinos	199
Ovinos	175
Eqüinos	118
Coelhos	58

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 14.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Em relação à lavoura permanente, observa-se que as frutas cítricas dominam o cenário, sendo que estes produtos podem ser transformados em sucos, compotas

¹³ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?ano=2005&letra=A&nome=Agudo>. Acesso em 11.fev.2007.

¹⁴ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 11.fev.2007.

e doces em geral. Ivorá apresenta um bom índice de produção de erva-mate, que é um símbolo gaúcho, muito adequado à venda para visitantes.

Tabela 15 – Produtos da lavoura permanente do município de Ivorá – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Laranja	896
Uva	410
Tangerina	57
Erva-mate	20
Pêra	19
Pêssego	18
Limão	14
Caqui	18
Figo	7

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 16.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

A lavoura temporária, apresenta destaque para cana-de-açúcar, milho, batata-inglesa, mandioca, soja e feijão. Todos apresentando produção acima de 1.000 toneladas. É uma produção bastante diversificada, que tanto pode servir para consumo, como para venda a outros mercados ou atendimento a turistas.

Tabela 16 – Produtos da lavoura temporária do município de Ivorá – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Cana-de-açúcar	4.460
Milho	3.780
Batata-Inglesa	2.400
Mandioca	1.200
Soja	1.560
Feijão	1.188
Fumo	864
Cebola	455
Arroz	193
Trigo	264
Tomate	320
Batata-doce	270
Amendoim	56
Melancia	33
Alho	16

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 16.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Com base em dados da FAMURS, visualiza-se o potencial de atendimento do município ao visitante, que se constitui somente de 03 restaurantes.

Em relação à economia, o município possui 4 indústrias de transformação, 30 empresas do comércio varejista e 4 empresas do comércio atacadista.

Os pontos turísticos para quem está em busca de convívio com a natureza, Ivorá oferece várias alternativas. Uma delas é uma visita ao balneário Recanto do Moinho, a cinco quilômetros da cidade. Nele há quadra de vôlei, infra-estrutura para receber visitantes e uma roda de moinho.

Além do balneário, existem vários outros locais de interesse aos turistas, como cascatas espalhadas por todo o município.

O Monte Grapa, com altitude de 520m, recebeu esta denominação por recordar o famoso monte de mesmo nome na Itália. Escalá-lo ou realizar uma caminhada noturna nele, que dispõe de iluminação, são opções possíveis. No percurso, além das belezas naturais, há uma "Via Sacra" composta por 15 capitéis, culminando numa capela em homenagem à Nossa Senhora Della Guardia trazida da Itália em 1943. Também foi construído um Santuário no cume do monte. Este é poeticamente denominado de "Esfinge de Ivorá" pelos mistérios os quais esconde ou talvez pelos laços nostálgicos que estabelece com a Pátria abandonada pelos imigrantes. O Monte é um ícone no município.

O Mosteiro dos Monges Cartuxos, denominado Cartuxa Nossa Senhora Medianeira, único na América Latina onde abriga 20 monges, onde apenas um dos monges faz contato com o exterior, os demais levam uma vida de oração e silêncio. Localiza-se a dez quilômetros de Ivorá, nas escarpas da serra de São Martinho, e é um dos lugares bonitos de Ivorá.

3.6 Análise do município de Nova Palma

A instalação do município de Nova Palma ocorreu em 28 de janeiro de 1961. Ele situa-se na Zona Central do Rio Grande do Sul e está integrado ao conjunto da serra de São Martinho e hidrográfico da bacia do Jacuí.

O município, que possui uma área de 342,40 Km² e cobertura florestal de 141,86 Km², está dividido em três distritos: Nova Palma, e dos distritos de Caemborá e Vila Cruz, possuindo ainda cerca de 1000 Km de extensão em estradas municipais.

Antes de 1.110 anos a.C. o território nova-palmense era habitado por grupos indígenas transitórios, caçadores e coletores, conforme atestam os "petróglifos" freqüentes na região. Vinte séculos depois desta primeira ocupação, com o desenvolvimento da Quarta Colônia Imperial de colonização italiana, no Rio Grande do Sul, Silveira Martins, a partir de 1882, com a imigração espontânea, deu origem a vários núcleos interioranos, dentre eles o de "BARRACÃO", cujo nome é oriundo da construção do rústico barraco que abrigava os agrimensores e também os primeiros colonizadores, na margem direita do Rio Portella, hoje bairro da cidade.

Em abril de 1883, o engenheiro-chefe da Comissão de medição de lotes, Dr. Manuel da Siqueira Couto traçou o Plano Diretor da área de terras devolutas disponíveis na região.

Nos anos seguintes até o fim de 1889 foram sucessivamente ocupados: Geringonza, Linha Cinco, Linha Sete, Linha Onze e baixadas do Jacuí. Com a vinda do Regime Republicano interrompeu-se praticamente o fluxo imigratório.

Inicialmente o território fazia parte do município de Rio Pardo, depois Cachoeira do Sul, seguida de São Martinho e finalmente em 14 de setembro de 1891 passa a pertencer a Vila Rica (hoje Júlio de Castilhos), como seu quinto distrito.

Em 08 de abril de 1913, o Decreto Intendencial número 02, de Júlio de

Castilhos, torna oficial o nome "Nova Palma", denominação sugerida aos líderes locais pela quantidade de coqueiros e palmeiras que existiam.

Em 29 de julho de 1960, a Lei Estadual 3.933 cria o município de Nova Palma após plebiscito vitorioso.

A população do município em 2005, segundo a FEE¹⁵, constava de 6.347 pessoas., sendo que a expectativa de vida era de cerca de 73,16 anos.

Através do IBGE¹⁶ constatou-se que o município possui 6 estabelecimentos de saúde sendo que 3 são públicos e 3 privados, oferecendo um total de 43 leitos à população. Além disso, possui 1.035 alunos matriculados no ensino fundamental (2004) e 249 alunos matriculados no ensino médio (2004) distribuídos entre escolas públicas e privadas. O município possui 98 docentes no ensino fundamental, e 18 docentes, no ensino médio.

A economia de Nova Palma está alicerçada na agropecuária, desenvolvida em minifúndios, onde se destaca o plantio de soja, milho, feijão e fumo. A pecuária leiteira é a segunda fonte de renda do município. A indústria e o comércio já representam um percentual considerável na economia municipal gerando muitos empregos.

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento da pecuária no município. Verifica-se que Nova Palma não foge ao conjunto de produção da Quarta Colônia, tendo a produção de frangos como destaque, seguido de gado bovino, suínos e ovelhas. Novamente, vê-se aqui a importância de produtos derivados para atendimento ao visitante.

¹⁵ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?ano=2005&letra=A&nome=Agudo>. Acesso em 11.fev.2007.

¹⁶ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 11.fev.2007.

Tabela 17 – Efetivos dos Rebanhos do Município de Nova Palma (2003) por ordem de importância.

Tipo de Rebanho	Quantidade (cabeças)
Frangos	26.055
Bovino	22.020
Suíno	7.870
Ovino	3.620

Fonte: www.ibge.gov. br, 2007. Acesso em 18.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

A seguir, pesquisou-se a lavoura permanente de Nova Palma. As frutas são um grande trunfo do município, principalmente a laranja e uva, com as quais se pode fazer sucos, doces, compota, criando um atrativo a mais para o visitante.

Tabela 18 – Produtos da lavoura permanente do município de Nova Palma – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Laranja	1.027
Uva	432
Banana	90
Tangerina	60
Pêra	38
Pêssego	30
Figo	21
Caqui	17
Limão	15
Goiaba	6

Fonte: www.ibge.gov. br, 2007. Acesso em 16.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Na lavoura temporária de Nova Palma, os destaques ficam por conta da cana-de-açúcar, soja, mandioca, milho, feijão, fumo e arroz, ou seja, as grandes lavouras que são complementadas por outras de menor porte, para alimentação das famílias do município. Todos estes produtos e seus derivados podem ser utilizados para atender os turistas, quer como alimentação quer como comercialização.

Tabela 19 – Produtos da lavoura temporária do município de Nova Palma – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Cana-de-açúcar	9.500
Soja	6.750
Mandioca	4.800
Milho	3.200
Feijão	2.264
Fumo	1.386
Arroz	1.315
Batata-doce	185
Cebola	180
Batata-Inglesa	167
Melancia	75
Tomate	60
Melão	20
Amendoim	15
Alho	5

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 18.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Principais pontos turísticos

O setor turístico também está experimentando um desenvolvimento satisfatório, principalmente através do balneário Nova Palma e área de camping junto ao rio Soturno, sendo considerado um dos melhores lugares para veraneio da Quarta Colônia.

Nas margens do Rio Soturno e a menos de 500 metros do centro da cidade, o balneário de Nova Palma é a principal atração durante o verão, pois dispõe de bares, restaurante, cancha de bocha, quadra de vôlei e de futebol sete e um camping com toda a infra-estrutura necessária para 150 barracas. Anexo ao balneário está também o Centro de Informações Turísticas, onde se pode comprar peças de artesanato da região e produtos coloniais, além, é claro, de obter-se informações sobre os pontos turísticos do município.

Próximo da cidade, a cerca de três quilômetros, está a cascata do Pingo, com uma queda de cerca de 30 metros de altura e de fácil acesso.

Outro ponto turístico, a dois quilômetros da sede do município, é a Usina da Celetro, no Rio Soturno. Os atrativos são o lago da usina e as quedas de água e piscinas naturais que ficam logo abaixo das quedas.

No caminho para a usina é possível fazer uma pausa no Sítio do Binotto, uma propriedade particular que oferece passeios a cavalo e onde se pode fazer um lanche.

Se o visitante preferir conhecer uma caverna, deverá ir até a localidade de Pinhalzinho, a 14 quilômetros da sede. Na base do morro, em cujo topo está a imagem de Nossa Senhora de Fátima, há uma caverna que pode ser visitada. No caminho para Pinhalzinho, o turista irá passar por várias pequenas localidades do interior, conhecendo as paisagens típicas da região.

Outra opção para o turista é a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, localizada na estrada que liga Nova Palma a Júlio de Castilhos, a 1 Km da cidade. As placas que são colocadas sobre as pedras da gruta expressam a devoção dos fiéis e as graças alcançadas.

3.7 Análise do município de Pinhal Grande

O município de Pinhal Grande inicialmente chamava-se "São José dos Pinhais". Ele recebeu este nome porque existia na região abundância de mata nativa, especialmente a mata de Pinhais (araucárias). A história registra que diversas tribos indígenas viveram nesta região, entre elas, os tapes.

Os jesuítas foram os primeiros homens brancos a chegar nesta localidade, vinham catequizar os índios e atuar na criação de gado utilizando a mão-de-obra indígena. O domínio português intensificou a exploração destas terras. Atualmente o município é composto por descendentes italianos, portugueses e espanhóis.

Pelo território de Pinhal Grande além de arroios, passa o rio Jacuí, rio importante pelas quedas d'água onde se localizam diversas hidroelétricas, merecendo destaque a Hidroelétrica de Itaúba, a maior do Estado, situada às margens do rio. Esta tem 385 m de comprimento e 97m de altura, possuindo 3

comportas de 15 m de vão e 18,2 m de altura, com capacidade de escoar até 8.000m de água por segundo, com uma produção estimada de 500 MW.

Localizada na Região do planalto, caracterizado por terrenos planos, porém altos, com solos profundos e bem drenados, cultiva-se uma agricultura modernizada com exploração principalmente de soja e criação de gado. Sendo a piscicultura um setor em desenvolvimento com criação de carpas chinesas e jundiás.

Na agricultura, destaca-se a cultura de feijão, fumo, milho e soja. O setor industrial, incipiente na região, possui fábrica de embutidos, de esquadrias e móveis. Destaca-se a indústria de laticínios Parlacto, que produz queijos diversos, ricotas e manteigas. Outro aspecto importante é a produção de vinho, 80.000 garrafas por safra. Os principais tipos de vinho produzidos são; Niágara, branco, rosé e tinto. O município também produz cachaça, fabricada com fermento de pão e garapa da cana-de-açúcar.

Segundo a FAMURS, a população do município era de 4.725 habitantes, com predominância no meio rural (3.219) em relação à urbana (1.506 habitantes). A expectativa de vida dos habitantes é de 73,16 anos.

Consultando o IBGE¹⁷, verificou-se que o município possui 4 estabelecimentos de saúde. Sendo que 3 são públicos e 1 privado, oferecendo um total de 24 leitos à população. Em relação à educação, há 805 alunos matriculados no ensino fundamental (2004) e 165 alunos matriculados no ensino médio (2004), distribuídos entre escolas públicas e privadas, para um total de 62 docentes no ensino fundamental e 15 docentes no ensino médio, respectivamente.

A pecuária de Pinhal está em conformidade com o restante da Quarta Colônia, conforme se pode ver na tabela a seguir, apresentando destaque para bovinos e galinhas, com rebanhos acima de dez mil cabeças.

¹⁷ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 11.fev.2007.

Tabela 20 – Efetivos dos Rebanhos do Município de Pinhal Grande (2003) por ordem de importância.

Tipo de Rebanho	Quantidade (cabeças)
Bovino	21.050
Frangos	11.980
Suíno	5.648
Ovino	4.980
Eqüino	1.230
Codornas	230

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 18.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

A análise da lavoura permanente mostra o que foi dito acima. A grande produção de uvas acaba gerando intensa fabricação de vinhos, o que pode ser usado para atrair os turistas.

Tabela 21 – Produtos da lavoura permanente do município de Pinhal Grande – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Uva	900
Laranja	630
Tangerina	180
Pêra	38
Limão	30
Pêssego	30
Figo	28
Caqui	17
Goiaba	13
Abacate	14

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 18.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

A análise dos produtos da lavoura temporária de Pinhal Grande mostra que o maior investimento está nas grandes lavouras como soja e milho. Mas em segundo lugar vem a agricultura de subsistência, típico de pequenas propriedades.

Tabela 22 – Produtos da lavoura temporária do município de Pinhal Grande – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Soja	20.020
Trigo	3.360
Feijão	1.812
Milho	1.440
Mandioca	1.400
Fumo	1.288
Cana-de-açúcar	1.050
Arroz	790
Batata Inglesa	450
Batata-doce	204
Cebola	120
Tomate	60
Melancia	60
Amendoim	30

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 18.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

A oferta de serviços e estrutura de Atendimento ao turista do município de Pinhal Grande – RS' é precária, constando apenas de 04 restaurantes.

Principais Pontos Turísticos

Em Pinhal Grande localiza-se a Barragem de Itaúba, uma das principais atrações turísticas da Quarta Colônia. Ao seu lado, a CEEE mantém uma reserva ecológica que pode ser visitada.

Contudo, a barragem não é o único local que merece ser visitado. A cascata da Toca do Tigre, a onze quilômetros da cidade e o Lajeado da Várzea também a onze quilômetros, são dois locais interessantes. Na cidade, a Igreja Matriz, em estilo gótico, símbolo da religiosidade dos imigrantes italianos.

A Cascata do Lajeado da Várzea possui águas limpas e suas cachoeiras completam as lindas paisagens de Pinhal Grande.

3.8 Análise do município de Restinga Seca

Restinga Seca surgiu como parte do município de Cachoeira do Sul em 1899. Já no ano de 1892, por Ato Municipal, passou a quarto Distrito de Cachoeira. O município teve origem com a doação de sesmarias e com a construção da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana em 1885. Devido a sua situação geográfica, recebeu o nome de Restinga (orla de bosque ou mato em baixadas, à margem do arroio ou sangas) Seca (origina de uma sanga denominada Passo da Parteira, que em algumas épocas do ano, ficava com pouca água e cortava o curso).

O Município está localizado na região central do Estado, distante 277 quilômetros de Porto Alegre, por via rodoviária. Seu acesso principal situa-se no Km 208 da rodovia estadual RST-287 e, deste ponto, a zona urbana dista 13 quilômetros pela RST 149 .

Limita-se ao norte com os municípios de São João do Polêsine, Dona Francisca, e a leste com Agudo, Paraíso do Sul e Cachoeira do Sul , ao sul com São Sepé e a oeste com Santa Maria e Silveira Martins. Caracterizada por terrenos planos situados na depressão central com predomínio de solos de várzea, onde se exploram a cultura do arroz e pecuária. Sendo que a formação étnica do município tem suas características nos lusos, alemães, italianos e negros.

A base econômica de Restinga Seca é representada pela agricultura, especialmente o arroz. Lavouras transplantadas indicam o grau de tecnologia, com uma área produzida de 16.800 hectares. O arroz beneficiado é o segmento mais importante e sua comercialização atinge 77.910 toneladas por ano. Além disso, destaca-se o fumo com área cultivada de 680 hectares. O milho e a soja também são expressivos na produção agrícola. Já a pecuária é um setor que ocupa 51,8% da área do município, sendo a genética e a alimentação seus pontos altos.

A indústria de transformação é o setor que está em pleno desenvolvimento, sendo a moveleira um importante pólo, ocupando a 7ª posição no *ranking* nacional de exportação.

Segundo a FAMURS (com dados de 2004 do IBGE), a população do município era de 16.400 habitantes, dividida entre o meio rural (8.213 habitantes) e o urbano (8.187 habitantes). A expectativa de vida dos habitantes é de 69 anos.

Por meio do IBGE¹⁸, verificou-se que o município possui 11 estabelecimentos de saúde. Dentre eles 7 são públicos e 4 privados, oferecendo um total de 56 leitos à população. As escolas possuem 2.561 alunos matriculados no ensino fundamental (2004) e 568 alunos matriculados no ensino médio (2004) distribuídos entre escolas públicas e privadas, para um total de 173 docentes no ensino fundamental e 42 docentes no ensino médio, respectivamente.

Tendo como base os dados relativos à pecuária de Restinga Seca, nota-se que o número de cabeças é muito grande em relação aos demais municípios da Quarta Colônia. Com destaque aos bovinos e frangos, que chegam juntos a quase cem mil cabeças.

Tabela 23 – Efetivos dos Rebanhos do Município de Restinga Seca (2003) por ordem de importância.

Tipo de Rebanho	Quantidade (cabeças)
Frangos	48.590
Bovinos	45.225
Suínos	7.275
Eqüinos	1.750
Ovino	3.429

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 20.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>

As frutas dominam a lavoura temporária em Restinga Seca, evidenciando a laranja e a uva, que geram bons subprodutos para os visitantes, como sucos e vinhos.

¹⁸ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 11.fev.2007.

Tabela 24 – Produtos da lavoura permanente do município de Restinga Seca – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Laranja	1.204
Uva	128
Pêssego	59
Banana	50
Caqui	36
Tangerina	30
Limão	26
Pêra	24
Figo	22
Goiaba	12

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 20.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Verificando-se os dados da tabela a seguir, causa surpresa a grande diferença entre produção de arroz e de outros produtos da lavoura temporária, propiciada pela boa irrigação do município.

Tabela 25 – Produtos da lavoura temporária do município de Restinga Seca – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Arroz	100.443
Soja	15.120
Mandioca	5.100
Batata-doce	2.700
Fumo	1.683
Cana-de-açúcar	1.500
Milho	624
Batata-doce	115
Cebola	80
Feijão	60

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 20.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Com relação às ofertas de serviços ao turista do município de Restinga Seca – RS observa-se que este oferece 02 hotéis e 05 restaurantes.

Localizado no Rio Vacacaí, o Passo das Tunas distante 12 Km do centro da cidade de Restinga Seca, por ligação asfáltica, na divisa com o Município de Formigueiro, é um dos mais belos e visitados balneários da região central do Estado. Dispõe de uma boa infra-estrutura com banheiros públicos; chuveiros ao ar livre;

posto de atendimento da Brigada Militar; salva-vidas; atendimento ambulatorial, além de mercados; lancherias; bares; restaurantes; sorveterias; diversas lojas de variedades; canha de bocha; áreas para futebol de areia e vôlei, etc. Em sua vasta área verde localiza-se o camping, com área total de 32.895m², com capacidade para 400 barracas, contando com abastecimento de água potável. Fora da área de camping há 225 residências. Durante a temporada de veraneio, existe uma intensa programação de eventos, como *shows*, concursos de beleza; campeonatos de esporte; como vôlei; futebol, canoagem, etc. A extensa faixa de areia à beira d'água permite aos turistas aproveitarem ao máximo o sol, intercalando com os banhos, protegidos por salva-vidas.

Além disso, a cidade conta com mais um atrativo: o Buraco Fundo, formação geológica proveniente de erosão, localizado a 6 Km da cidade.

3.9 Análise do município de São João do Polêsine

O município apresenta a maioria de seus habitantes de descendência italiana, e até hoje cultivam a tradição e a cultura. Situada na parte central do Vale do Jacuí, está a 45 km de Santa Maria. São João do Polêsine nasceu da união da religiosidade com a saudade da velha terra. Recebeu este nome como uma forma de agradecer ao Padroeiro São João Batista a boa acolhida na terra nova e manter viva a lembrança à Polêsine das planícies do Rio Pó, no norte da Itália.

Caracterizada por terrenos planos situados na depressão central com predomínio de solos de várzea, onde se exploram a cultura do arroz e pecuária. São João do Polêsine é um município em franco desenvolvimento. Seus habitantes têm vocação para trabalhar a terra o que fica visível ao visitante, pois as plantações de arroz circundam a cidade e demonstram a alta tecnologia empregada para o cultivo desta cultura.

O município tem uma grande relação com a natureza e isto fez com que os recursos naturais fossem preservados. Por isso, programar-se para um passeio pelos vales e morros de São João do Polêsine é uma opção inigualável para ir com a família e amigos.

Segundo a FAMURS (com dados do IBGE de 2004), a população do município era de 2.745 habitantes, com predominância no meio rural (8.213) em relação ao urbano (1.061) habitantes. A expectativa de vida dos habitantes era de 71,4 anos.

Através do IBGE¹⁹ verificou-se que o município possui 3 estabelecimentos de saúde. Sendo que 2 são públicos e 1 é privado. O total de matriculados no ensino fundamental em 2004 era de 441 alunos, e os matriculados no ensino médio, no mesmo período, eram de 195 alunos, distribuídos entre escolas públicas e privadas, para um total de 41 docentes no ensino fundamental e 28 docentes no ensino médio, respectivamente.

A pecuária do município apresenta um destaque para os frangos, cujo número de cabeças é mais do que o triplo do segundo colocado (bovinos) e superior à soma de todos os outros.

Tabela 26 – Efetivos dos Rebanhos do Município de São João do Polêsine (2003) por ordem de importância.

Tipo de Rebanho	Quantidade (cabeças)
Frangos	18.680
Bovinos	5.620
Suínos	2.140
Ovinos	180

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 22.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>

O destaque da lavoura permanente em São João do Polêsine vai para dois tipos de frutas, a banana e a laranja. As outras frutas (uva, tangerina e pêsego) apresentam um percentual inferior de produção.

¹⁹ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 11.fev.2007.

Tabela 27 – Produtos da lavoura permanente do município de São João do Polêsine – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Banana	420
Laranja	340
Uva	55
Tangerina	55
Pêssego	36
Caqui	25

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 22.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

A análise da lavoura temporária mostra um destaque inusitado para a mandioca, que é um diferencial de São José do Polêsine com relação aos outros municípios da Quarta Colônia.

Tabela 28 – Produtos da lavoura temporária do município de São João do Polêsine – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Arroz	12.200
Cana-de-açúcar	2.400
Mandioca	9.600
Milho	630
Soja	375
Feijão	147
Fumo	68
Cebola	60
Batata-doce	108
Batata Inglesa	164

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 22.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Observa-se que a oferta de Serviços no município de São João do Polêsine – RS constitui-se de 03 restaurantes.

Dentre os principais pontos turísticos destaca-se, no distrito de Vale Vêneto, a 14 km da sede, o museu do Imigrante, fundado em 1975 e conta com aproximadamente três mil peças distribuídas em oito salas. Outra grande atração turística é o Calvário, onde do alto pode-se contemplar as belezas naturais da região e a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, entre a mata nativa. O distrito ainda possui os dois primeiros internatos do Estado: o seminário palotino e o Colégio Nossa

Senhora de Lourdes, hoje Casa de Retiro. Destaca-se também o maior evento de música erudita do Conesul, o Festival de Inverno e paralelamente a Semana Cultural Italiana.

A Igreja Corpus Christi localizada em Vale Vêneto, foi inaugurada em 1907, a única consagrada a Corpus Christi no mundo.

O Moinho Brondani é propriedade da Família Aníbal Brondani. Nele prevalece uma forte identidade cultural caracterizada pela língua (dialeto italiano). A roda d'água, o alambique e pelos hábitos alimentares, destaca-se a fabricação da cachaça, vinho, açúcar de cana de modo artesanal e a maravilhosa paisagem; lugar ideal para a prática do rapel.

3.10 Análise do município de Silveira Martins

O nome do município é uma homenagem ao grande tribuno, "Sansão dos Pampas", Gaspar Silveira Martins, que era muito admirado pelos italianos e, na época da imigração, era Senador da República. Foi assim, reconstruindo em terras brasileiras monumentos do Velho Continente, que Silveira Martins homenageou o país de onde procedia boa parte de seus habitantes.

No século XIX, o Governo Imperial requereu as terras devolutas existentes na região de Santa Maria da Boca do Monte e nelas implantou o Quarto Núcleo de Colonização do Rio Grande do Sul.

Em 1877, chegavam as primeiras famílias de imigrantes italianos ao barracão de Val de Buia, em Silveira Martins, onde hoje se encontra a grande cruz do Monumento do Imigrante. Organizada em levas, começavam a ocupar o território da Quarta Colônia Imperial a partir de Silveira Martins.

Em 1987, através da Lei Estadual nº 8.481, Silveira Martins conseguiu a sua emancipação político-administrativa do município de Santa Maria.

Silveira Martins com geografia de exuberantes paisagens e com um clima muito agradável, é um dos locais mais procurados na região para veraneio. A cidade trabalha arduamente para a construção do seu desenvolvimento socioeconômico, que tem como base a agricultura, a preservação e a valorização do seu patrimônio cultural.

Caracterizada por terrenos planos situados na depressão central com predomínio de solos de várzea, onde se exploram a cultura do arroz e pecuária.

A cidade colonizada por Italianos, possui uma cultura muito rica e oferece variadas especialidades gastronômicas.

Segundo a FAMURS (2007, com dados do IBGE 2004), a população do município era de 2.571 habitantes, com predominância no meio rural 1.527 habitantes em relação ao urbano, 1.044 habitantes. A expectativa de vida dos habitantes era de 73,11 anos.

O site do IBGE²⁰ informa que o município possui 1 estabelecimento de saúde sendo este público, oferecendo à população 7 leitos. Há um total de 319 alunos matriculados no ensino fundamental em 2004 e 115 alunos matriculados no ensino médio distribuídos entre escolas públicas e privadas, para um total de 35 docentes no ensino fundamental e 14 docentes no ensino médio, respectivamente.

Com relação à pecuária permanente, observa-se que o município de Silveira Martins possui a pecuária tradicional, com destaque para a criação de frangos.

²⁰ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 11.fev.2007.

Tabela 29 – Efetivos dos Rebanhos do Município de Silveira Martins (2003) por ordem de importância.

Tipo de Rebanho	Quantidade (cabeças)
Frangos	8.765
Bovinos	3.793
Suínos	2.370
Ovinos	230
Eqüinos	220

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 24.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

A laranja constitui o destaque do município em termos de lavoura temporária, como mostra a tabela abaixo. Este produto pode gerar muitos subprodutos, como vinho e geléias.

Tabela 30 – Produtos da lavoura permanente do município de Silveira Martins- RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Laranja	795
Uva	503
Tangerina	80
Pêssego	28
Caqui	18
Banana	15
Limão	14
Figo	6

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 24.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

No que diz respeito à lavoura permanente, Silveira Martins apresenta um destaque muito grande para a cana-de-açúcar e a batata-inglesa. Estes produtos podem ser vendidos para a alimentação do turista.

Tabela 31 – Produtos da lavoura temporária do município de Silveira Martins – RS (2003) por ordem de importância.

Produtos	Quantidade (toneladas)
Cana-de-açúcar	5.400
Batata Inglesa	4.650
Cebola	150
Batata-doce	132
Aveia	24
Amendoim	6
Alho	4

Fonte: www.ibge.gov.br, 2007. Acesso em 24.fev.2007. Fundação Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

Para a oferta de serviços ao turista no município, observa-se que existem apenas 03 restaurantes.

Principais Pontos Turísticos:

O Monumento ao Imigrante é uma homenagem aos 120 anos da Imigração italiana no Estado e dos 118 anos da colonização na Quarta Colônia, identifica o local onde chegaram os imigrantes italianos no ano de 1877. No Monumento localiza-se a coluna no estilo romano que significa o imigrante europeu; o pássaro simboliza a grande imigração no Estado; as paredes de alvenaria simbolizam os morros de Silveira Martins; a lista branca identifica a estrada do imigrante que conduz até o alto da serra. A cidade de Silveira Martins é sempre iluminada pelo sol, por isso, ele também aparece representado no monumento.

O Moinho Colonial da Família Moro é o local adequado para degustação de cachaça produzida artesanalmente, além de licores caseiros e a farinha de milho feita no moinho.

Outros pontos turísticos são a Cascata do Mezzomo, a Cascata do Escariotti, a Cascata do Rosa, além da Trilha do Imigrante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar as ações da administração pública, da iniciativa privada e do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, relacionadas a promoção do turismo na região. O principal objetivo foi identificar as causas políticas, institucionais e estruturais consideradas como essenciais na elaboração de uma política de desenvolvimento regional na área do turismo, evidenciando as principais dificuldades e obstáculos à ação integrada e intersetorial dos agentes e atores envolvidos nestes processos.

Concluiu-se que o turismo na região ainda não é considerado pelos representantes políticos como atividade econômica e social prioritária, e que tenha participação efetiva no desenvolvimento regional do estado.

Fato inegável é que existem recursos de diferentes fundos destinados ao turismo que não são dirigidos aos municípios pela “simples” falta de planos, políticas e projetos, que deveriam ser, senão apresentados, pelo mínimo, orientados por equipes destes municípios, que afinal representam a grande maioria dos indivíduos. Faz-se imperioso exigir mais atividade especializada nas secretarias municipais de turismo.

O Turismo ainda não constitui atividade destacada e indutora do crescimento da economia regional, mas poderá vir a ser em virtude de algumas iniciativas do Consórcio e da iniciativa privada.

As prioridades e dotações orçamentárias dos órgãos públicos contemplam o setor de Turismo apenas marginal e subsidiariamente, e são aplicadas na maior parte em material de divulgação.

Um aspecto positivo consiste no fato de que os projetos existentes na área do turismo são realizados de maneira integrada pelos nove municípios pertencentes à região da Quarta Colônia.

Procedida a análise das entrevistas realizadas, verificou-se que a maior dificuldade ao desempenho operacional do CONDESUS, na ordenação e na promoção do Turismo, é a indefinição de uma política regional de Turismo que normatize o sistema de gestão para o setor, isto nos órgãos de administração direta. Outra limitação reside na carência de mão-de-obra qualificada e especializada, apesar da atuação do SEBRAE; e com igual frequência, a falta de integração e coordenação entre os órgãos oficiais de Turismo em todos os níveis.

As entidades pesquisadas da administração indireta apontaram, também, a inexistência de uma ação intersetorial no desenvolvimento do turismo.

Cabe salientar que na Quarta Colônia há consciência da necessidade imperiosa de investir no turismo. Não se trata de pesados investimentos em hotelaria ou oferta complementar, mas em qualidade e competitividade.

Levantamento realizado junto às Secretarias Municipais de Turismo apontou que os principais entraves ao desenvolvimento do setor estão relacionados à falta de cultura turística e à dificuldade de acesso em alguns municípios, e de forma mais localizada, listam-se os seguintes problemas: falta de profissionalização; falta de infra-estrutura, e como fator relevante da pesquisa, observou-se que para garantir a integração deve-se refletir a vontade da população local em seu efetivo envolvimento e participação nas atividades de planejamento e desenvolvimento econômico, turístico e social e sua relação com o ambiente, que resultará em um convívio equilibrado e sustentável.

O turismo é, atualmente, a atividade econômica que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto da economia mundial.

Assim, é fundamental adotar estratégias de fomento que ordenem a ação do setor público e estimulem a iniciativa e participação articuladas do setor privado. Cabe também ao Poder Público o papel de fiscalizador das ofertas turísticas, de regulador e/ou provedor de serviços públicos indispensáveis ao turismo. Serviços esses que estão interligados à própria dinâmica dos espaços urbanos e às comunidades, aos sistemas viários e de comunicações e à proteção ao meio

ambiente. Os municípios devem promover os regulamentos de uso do solo, que são fundamentais para o desenvolvimento do turismo. Outro papel intransferível do poder público refere-se à educação e conscientização da população. Compete-lhe a função de cuidar do meio ambiente em acordo com a FEPAM, impedindo agressões a este meio, inclusive monitorando a demanda dos fluxos de turistas, para que não alcancem proporções incontroláveis e passem a prejudicar a atividade turística através do meio.

O acompanhamento do grau de satisfação por parte do usuário do turismo é outro fator importante, pois permite ao administrador corrigir anomalias e deficiências do núcleo receptor. Além da necessária ação coordenadora regional, pois o turismo é altamente sinérgico.

Como se afirmou na Introdução desta pesquisa, o trabalho de qualificação da infra-estrutura rural e urbana, que teoricamente começou em 1989, quando o Rio Grande do Sul passou a integrar o Consórcio Mata Atlântica através da FEPAM, não tem demonstrado a agilidade e presteza que originalmente se propunha. As ações compartilhadas são tímidas e as complementares, como o fomento ao turismo, deixam muito a desejar.

Constatou-se também a falta de agências receptoras e guias locais qualificados que conheçam as origens de sua própria gente.

Estudos feitos nesta pesquisa apontam que a cada geração aumenta o desconhecimento da própria cultura, pelos habitantes locais, refletindo uma diminuição da auto-estima e o começo da negação da própria identidade. Por isto faz-se urgente uma sensibilização da comunidade. Ao contrário da consciência coletiva que se encontra nas Primeiras Colônias Italianas, onde cada um tem orgulho de suas origens, na Quarta Colônia isto cada vez menos existe. Refere-se ao “orgulho de ser descendente de colono italiano ou alemão”. Entretanto há uma vantagem competitiva que se deve levar em conta, especialmente do ponto de vista do turismólogo que é a autenticidade natural preservada na Quarta Colônia quase que acidentalmente como produto de sua própria história.

Finalmente se aponta a necessidade de um inventário técnico, uma pesquisa de opinião, um bom portal na web, um banco de dados, o estudo da demanda, capacidade de carga tanto da região urbana como da rural, identificando seus atrativos. Além disto é fundamental a identificação destes atrativos com placas interpretativas nas quais o turista saiba o que está vivendo e observando. Estes trabalhos adicionados à criatividade e conseqüente inovação dos atrativos para que o efeito fidelização do visitante e turista, certamente poderá alavancar o crescimento do turismo e o desenvolvimento da Quarta Colônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do turismo; conceituação e organização**. Vol. 1, São Paulo: Sagrado Coração, 2002.

ALBUQUERQUE, P. Paulo. **Metade Sul: um espaço de ações propositivas**. Porto Alegre, RS. OCERGS. 2003.

ANDRADE, José. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo. Pioneira. 1991.

ANSARAH, G. MARÍLIA. (org.) **Turismo segmentação de Mercado**. São Paulo. Ed. Futura 2001 .

AZAMBUJA, S. Marcelo. **A gastronomia enquanto produto turístico**. In: CASTROGIOVANI. C. Antônio; GASTAL, Susana (Org.) *Turismo Urbano: cidades, sites de excitação turística*. Porto Alegre: Edição dos autores, 1999, p.84-92.

BACELAR, Tânia. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** – proposta para discussão. Ministério de Integração Nacional. Brasília, 2003.

BANCO MUNDIAL 2002. Disponível em
www.servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/estudos/dados1/2002/41005015/027/2002_027_41005015002P4_Prod_Tec.pdf >>>>>> -acesso em 14 de setembro de 2007

BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão n 630. IPEA. Brasília. 1999 (<http://www.ipea.org.br> acesso 13/06/2005).

_____. **Desequilíbrios Regionais**. Crescimento Regional no Rio Grande do Sul: tendências e desafios. (Projeto RS2010) Porto Alegre, 1998.

BARRETTO FILHO, Abdon. **Marketing Turístico para o espaço urbano: comentários acadêmicos e profissionais**. In: CASTROGIOVANI. C. Antônio;

GASTAL, Susana (Org.) *Turismo Urbano: cidades, sites de excitação turística*. Porto Alegre: Edição dos autores, 1999, p.74-82.

BASSAN, Dilani; SIEDENBERG, Dieter Rugar. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (orgs.) **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 137-155.

BENI, Mário. Análise do desempenho institucional do Turismo na administração pública. In: CASTROGIOVANI. C. Antônio; GASTAL, Susana (Org.) **Turismo Urbano: cidades, sites de excitação turística**. Porto Alegre: Edição dos autores, 1999, p.93-106.

_____. **Análise Estrutural do Turismo**. 7. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

_____. **Globalização do Turismo**. Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira, 2000.

BERTONE, Leonor Ferreira; MELLO, Neli Aparecida. Perspectivas do ordenamento territorial no Brasil: poder constitucional ou apropriação política? In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, ambiente políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília, UNB, 1986.

BOISIER, Sérgio. In: BECKER, Dinizar, BANDEIRA, Pedro (orgs.) **Desenvolvimento local-regional**. Determinantes e desafios contemporâneos. Vol.2, p.56.2002.

BOULLÓN, Roberto. Tradução Joselly Vianna Baptista. **Planejamento do Espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. **Las actividades Turísticas y Recreacionales: El hombre como protagonista**. 5. ed. México: Editorial Trillas. 1995.

BRAMBATTI, Luiz. E. (org.) **Roteiros de Turismo e Patrimônio Histórico**. Porto Alegre: Est Edições, 2002.

BROSE, Marcus. In: ETGS, V. E. (org.) **Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

CAMPANHOLA, Clayton & José Graziano DA SILVA. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor**. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Anais, Piracicaba FEALQ. 1999, p.9-42.

CASTELLI, Geraldo. **Marketing Hoteleiro**. 3ª Ed. Caxias do Sul: Educ. 1994. 134p.

CECHIN, Dilson. **Aspectos do desenho de sobrados rurais remanescentes da 4ª Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria – RS. 2002.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA (CONDESUS). **Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS**. CD-ROM, 2002. Disponível em: <<http://www.agudo.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100143002>> Acesso em 11.fev.2007.

CORRÊA, Roberto Lobato (1995) Espaço: um conceito chave em geografia. In: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

COSTA, R. & BATTISTEL, A. **Assim vivem os italianos**. Porto Alegre: EST/UCS, 1982.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da prefácio In: Faria, Ivani ferreira de (Coord.) **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local/** Ivani, Faria (Coord). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

DE BONI, L.A & COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande do Sul; Fontes históricas**. Porto Alegre; Est, 1982.

DE LA TORRE, Óscar. **El Turismo-fenômeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**; {Tradução Eugênia Deheinzelin}. São Paulo: Editora Esfera, 1999.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo. Turismo e Globalização**. Ed Atlas, SP. 2002.

FARINATT, J. **Povoadores da Quarta Colônia**. In: RIGHI, José; BISOGNIN, Edir; TORRI, Valmor (orgs.) EST EDIÇÕES, Porto Alegre, 1999.

FERRAZ, A . **Regime Jurídico do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1992

FLORES, Hilda. **Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação. In: **Simpósio Internacional de Gestão Pública, desenvolvimento e Cidadania**, 2002. UNIJUI, Ijuí/RS. Disponível em: <ipd.unijui.tche.br/simposio/texto1WFrantz.doc> acesso em: 15 ago. 2003. 23p. Relembrando Frantz (2002, p.7)...

FRIEDMANN, J. **Desenvolvimento regional - 1968**.

http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf. acesso 05 de agosto de 2007

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?ano=2005&letra=A&nome=Agudo>. Acesso em 11.fev.2007.

GIDDENS, Anthony. BECK, Ulrich. LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. {tradução de Magda Lopes}. São Paulo; Ed. UNESP, 1997.

GOIDANICH, Oswaldo. A saga do Turismo no Rio Grande do Sul. In: FLORES, Hilda (org.). **Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1992.

HOELLER, E. Helena. **Turismo de Incentivos**. In: ANSARAH, G. MARÍLIA. (org.) Turismo segmentação de Mercado. São Paulo. Ed. Futura 2001 .

ICONEWEB. **Quarta Colônia de Imigração Italiana**. [CD-ROM] In: Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia. CONDESUS, 2003.

ISAIA, A. Silveira Martins. In: **Centenário da Imigração Italiana**. Porto Alegre: Ed. Edel Ltda, 1990.

ITAQUI, José. **Quarta Colônia; inventários técnicos, flora e fauna**. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

_____, VILLAGRÁN, Angélica. **Educação patrimonial: a experiência da Quarta colônia**. : Pallotti, Santa Maria, 1998.

_____. (org.). **Inventários técnicos: flora e fauna**. Santa Maria: Pallotti, 2002.

_____. Projeto Identidade. **Projeto Regional de Educação Patrimonial**. Secretaria de Cultura e Turismo. Prefeitura Municipal de Siveira Martins/RS. 1995

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo. Atlas, 1991.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**; [tradução Contexto traduções]. São Paulo: Aleph, 2001.

LINDMANN & FERRI. **Povoadores da Quarta Colônia**. In: RIGHI, José; BISOGNIN, Edir; TORRI, Valmor (orgs.) EST EDIÇÕES, Porto Alegre, 1974.

MOLINA, Sérgio RODRIGUES, Sérgio. **Planejamento Integral do Turismo**. EDUSC, 2. ed. Bauru-SP, 1997.

MORAES. C. Claudia. **Turismo para single: uma segmentação em crescimento**. In: ANSARAH, G. MARÍLIA . (org.) Turismo segmentação de Mercado. São Paulo. Ed. Futura 2001 .

OLIVEIRA, Gesner. **Turismo e desenvolvimento**. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 fev 2002. Caderno Dinheiro nº 2.

OLIVEIRA, Marco. Sistema Integrado de gestão: uma nova abordagem para integrar a competitividade das organizações com o desenvolvimento regional. In: BECKER, D., WITTMANN, Milton (orgs.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Introducción al Turismo**. Madrid: OMT, 2003.

_____. **Introducción al Turismo**. Madrid: OMT, 2002.

PEARCE, Douglas. **Desenvolvimento em Turismo: temas contemporâneos**. Douglas G. pearce, Richard W butler 9orgs.0; {tradução de edite sciulli}. São paulo; Contexto, 1989.

PETROCCHI, Mário. **Turismo planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PUTNAM, Robert et al. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**, tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

QUARTA COLÔNIA: **Consórcio de Desenvolvimento Sustentável**. Criação Studio Arte. Produção ICONEWEB. [2003?] 1 CD-ROM.

Revista da Quarta Colônia - RS, Santa Maria: Novo Espaço, 2004.

RIEDL, Mário.; ALMEIDA, Anécio, VIANA, Andyara.(orgs.) **Turismo rural: Tendências e sustentabilidade.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC.p.7, 2002.

_____.; VOGT, Olgário. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, Silvio (org.). **Capital Social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul : EDUNISC,2003.

RIGHI, José; BISOGNIN, Edir; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia.** EST EDIÇÕES, Porto Alegre, 2001.

RUCKERT, A **Descentralização Política e Gestão territorial no Rio Grande do Sul (Brasil).** Tendências recentes. REDES. Santa Cruz do Sul, v.2,n.2,p.91-107,1997.

RUSCHMANN, D. V de M. **Marketing Turístico. Um enfoque promocional.** 2. ed. Campinas, SP: Papyrus,1995a.

_____. **Marketing Turístico. Um enfoque promocional.** 2. ed. Campinas, SP: Papyrus,1995b.

_____. **Turismo e planejamento sustentável.** A proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 2004.

_____. **Turismo e planejamento sustentável.** A proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 2001.

SANTIN, Silvino. **A imigração Esquecida.** Caxias do Sul: EDUCS,1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE. Lei Orgânica do Município de São João do Polêsine/RS, 20/03/1992.

Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização disponível em www.turismo.gov.br. Roteiros do Brasil Programa de Regionalização do Turismo Walfrido Dos Mares Guia.

SILBERBERG, T. "Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites." In: **Tourism management**. 16:361-5, Londres Butterworth-Heinemann, 1995.

SILVA, Antônio. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**. Uma análise urbano-regional baseada em Cluster. Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação-Doutorado, USP 2004.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente políticas públicas espaciais. In: _____. (Org.). **Território, ambiente políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. vol.1., vol. 2, vol.3, vol.4. São Paulo: Aleph, 2000.

URRY, John. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades modernas**. Studio Nobel SESC, São Paulo, 1996.

WITTMANN Milton Luiz; DOTTO, Dalva Maria Righi; BOFF, Antônio Boff. Estruturas organizacionais em rede e desenvolvimento regional: contextualização e complexidades. In: WITTMANN, Milton e RAMOS, Marília Patta (orgs.) **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz: Edunisc, 2004. p. 11-37.

_____; DOTTO, Dalva Maria Righi; BOFF, Antônio Boff. Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (orgs.) **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 319-339.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Identificar os projetos, programas já realizados nos municípios, na área do turismo e cultura e a forma como eles se relacionam com as políticas públicas da Metade Sul do Rio Grande do Sul e o CONDESUS.
2. Quais os projetos que estão em andamento na área de turismo?
3. Quais os que efetivamente foram desenvolvidos?
4. Como é vista a integração da atividade turística com outros municípios, pertencentes à Quarta Colônia?
5. Existe algum tipo de fomento à iniciativa privada, como hotelaria, gastronomia, artesanato? Caso responda sim, descreva o programa.
6. Quais os incentivos que existem dentro do contexto legal das políticas públicas para que a iniciativa privada ou o poder público municipal e regional permitam as ações turísticas e sua complementaridade e compartilhamento?
7. De que maneira as políticas públicas podem estar impedindo a consolidação do produto turístico?
8. Foi elaborado programa de capacitação para o desenvolvimento turístico (buscando parcerias com as entidades, como: IPHAN, SENAC, SEBRAE, EMBRATUR, COREDE CENTRAL, CONDESUS)? Caso responda sim, descreva o programa.
9. Quais as ações previstas com o objetivo de expandir o turismo integrado com vistas ao desenvolvimento regional?
10. Quais as perspectivas referentes a políticas públicas para os agentes que participam da atividade turística?
11. Identifique três razões que dificultam (obstáculos) o exercício de uma administração profissional na secretaria.
12. Cite dados econômicos e financeiros, envolvendo montante de recursos repassados e aplicados em investimentos na área do Turismo.
13. Há Lei Orgânica municipal referente ao Turismo?
14. Comente a respeito das Políticas da mesorregião da metade Sul do Rio Grande do Sul e as políticas referentes ao Ministério de Turismo, Embratur, Programa de Regionalização do Turismo, Fundo Geral do Turismo
15. Como o entrevistado vê o preparo do elemento humano para atividade turística?